



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

MARCEL THEODOOR HAZEU

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES NA
PERIFERIA DE BELÉM**

**Identities, famílias transnacionais e redes migratórias em uma
cidade na Amazônia**

Belém
2011

MARCEL THEODOOR HAZEU

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES NA
PERIFERIA DE BELÉM**

**Identities, famílias transnacionais e redes migratórias em uma
cidade na Amazônia**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Marília Ferreira Emmi

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Hazeu, Marcel Theodoor

Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia; orientadora Marília Ferreira Emmi. – 2011.

173 p.: il.; 30 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Migração Internacional – Política governamental – Belém (PA). 2. Mulheres – Migração – Belém (PA). 3. Prostituição – Família – Belém (PA). 4. Desenvolvimento sustentável – Belém (PA). I. Emmi, Marília Ferreira, orientador. II. Título.

CDD: 21. ed. 304.88115

MARCEL THEODOOR HAZEU

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES NA
PERIFERIA DE BELEM**

**Identities, famílias transnacionais e redes migratórias em uma
cidade na Amazônia**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a. Marília Ferreira Emmi
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof^o. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.
Examinador – NAEA/UFPA

Dra. Prof. Adriana Piscitelli
Examinador – Externo: UNICAMP

Resultado:

AGRADECIMENTOS

Às mulheres migrantes e seus familiares que me receberam com muita hospitalidade e que me contaram suas experiências para esta dissertação.

Ao grupo de mulheres migrantes que participaram da pesquisa ação na Sodireitos pela oportunidade que me deram de conhecê-las e refletir juntos sobre as questões relacionadas à migração.

À minha esposa e companheira, Eliana, e à minha filha, Maira, que conviveram e contribuíram com o processo de produção em casa.

A Lucia Isabel pela parceria profissional e de amizade no desenvolvimento de conhecimento sobre migração de mulheres, desde o projeto de qualificação até a versão final.

À professora Marília Emmi pelas orientações para esta dissertação e a inspiração para estudar e pesquisar migração na Amazônia.

Ao professor Aragón pela inspiração e exemplo no campo de estudos migratórios e pelas contribuições para esta dissertação.

À professora Adriana Piscitelli que, além de fazer parte da banca, manteve um diálogo aberto sobre as questões de migração e gênero.

Ao professor Saint-Clair Trindade Junior por suas observações e contribuições.

À organização e as pessoas da Sodireitos que atuam com seriedade na garantia de direitos sexuais e migratórios e onde pude dialogar e aprofundar o estudo com intervenções e experiências práticas.

Às pessoas da biblioteca, de serviços gerais, da livraria e da secretaria do Naea, que facilitaram e criaram as condições para a produção desta dissertação.

Aos meus colegas da turma de mestrado pela convivência inspiradora durante os últimos dois anos.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a configuração da migração internacional de mulheres de periferias de Belém e sua relação com a produção de identidades das mulheres migrantes, processos de sua des-re-territorialização e de suas famílias. O processo migratório é analisado desde o momento antes de migrar até as situações atuais, incluindo permanência no exterior ou retorno. As trajetórias migratórias passam, de um lado, pelo Suriname e Guiana Francesa na continente sul-americana e, do outro, por vários países europeus. As transformações nas identidades e nas relações com o território são discutidas a partir das observações e entrevistas com as mulheres migrantes e seus familiares a luz de teorias e categorias de estudos migratórios, culturais e de geografia.

Palavras chave: Migração internacional. Periferias urbanas. Mulheres. Família. Identidades. Des-re-territorialização.

ABSTRACT

This research addresses the configuration of the international migration of women from the outskirts of Belém and its relation to the production of identities of migrant women, their processes of de-re-territorialization and those of their families. The migration process is analyzed from the time before migrating to the current situations, including stay abroad or returning. The migratory paths are divided in trajectories that pass, on the one hand, by Suriname and French Guiana in the South America and, on the other, by several European countries. The changes in the identities and relations with the territory are discussed based on observations and interviews with migrant women and their families in the light of theories and categories of migration, cultural and geographic studies.

Keywords: International migration. Urban outskirts. Women. Family. Identity. De-re-territorialization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Membros de comunidades de brasileiros no exterior na Orkut oriundos de Belém.....	24
Tabela 2 -	Informações sobre as entrevistas.....	25
Tabela 3 -	Lugares de origem dos pais das mulheres migrantes.....	55
Tabela 4 -	Número de irmãos da mulher migrante por família pesquisada.....	57
Tabela 5 -	Número de filhos de cada mulher migrante antes de migrar e número de filhos dos pais das migrantes.....	61
Tabela 6 -	Países de destino de migração de migrantes das periferias de Belém.....	84
Tabela 7 -	Movimentação de mulheres migrantes entrevistadas na pesquisa trinacional que foram ao Suriname e atuaram na prostituição e das mulheres entrevistadas para esta dissertação.....	89
Tabela 8 -	Relação de familiares que migraram para Europa ou Suriname depois das mulheres migrantes pioneiras.....	116
Tabela 9 -	Número de filhos por migrante, sua trajetória migratória e o lugar atual de residência.....	117
Tabela 10 -	Informações de mulheres que buscaram passaporte na polícia federal no período de 08 de março a 21 de junho de 2010.....	161
Tabela 11 -	Listagem das mulheres migrantes agrupadas por grupos familiares que migraram.....	170

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	QUESTÕES E CONTEXTO DA PESQUISA.....	11
1.2	A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	22
1.3	O LUGAR CHAMADO ORIGEM: PERIFERIAS DE BELÉM...	28
1.4	MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES DA AMAZÔNIA.....	36
2	ANTES DE MIGRAR: VIVENDO EM BELÉM.....	51
2.1	AS FAMÍLIAS DE MULHERES MIGRANTES.....	52
2.2	RELAÇÕES AFETIVAS.....	65
2.3	MORADIA E TRABALHO.....	68
3	PARTINDO PARA O MUNDO: A DECISÃO DE MIGRAR E A ORGANIZAÇÃO DA SAÍDA.....	73
4	A VIDA NO EXTERIOR: EUROPA E SURINAME.....	84
4.1	TRABALHO.....	90
4.2	RELAÇÕES AFETIVAS: CASAMENTOS TRANSNACIONAIS.....	99
5	TRANSNACIONALIDADE E RETORNO.....	114
6	CONCLUSÕES.....	130
6.1	IDENTIDADES E TERRITORIALIDADE.....	130
6.2	CONFIGURAÇÕES DA MIGRAÇÃO INTERACIONAL DE MULHERES DAS PERIFERIAS DE BELÉM.....	147
	REFERÊNCIAS.....	158
	APÊNDICES.....	166

1. INTRODUÇÃO

1.1 QUESTÕES E CONTEXTO DA PESQUISA

Belém do Pará, uma metrópole na Amazônia, onde rios, floresta, edifícios e aglomerados de casas disputam o espaço, na qual os últimos parecem vencer. Chegando de avião de qualquer lugar do Brasil ou de países vizinhos, Belém parece se erguer de repente de um mar verde e imensos rios que recortam esta paisagem. Uma vez em terra, o que domina é asfalto, carros, prédios, casas e em vez da cor verde a cor cinza. Milhões de pessoas moram nesta cidade cinza que, apesar de conectada através das atividades econômicas e laços familiares com a floresta e os rios, vive cada vez mais uma realidade urbana, moderna, pós-moderna, desenraizada da sua história interiorana.

A Amazônia na visão nacional brasileira expressa pelas reportagens e documentários sobre a região, é caracterizada pela floresta, riquezas minerais, hídricas e naturais, povos indígenas, conflitos agrários e urbanos e certa selvageria política, com uma população numericamente irrelevante num país de 190 milhões. Esta visão parece justificar as políticas de investimento na região que pouco consideram a população local e visam uma integração econômica (capitalista e estatal) com o país e com a região.

Em consequência destas políticas e falta de outras, grandes contingentes de pessoas têm se deslocado para e dentro da região, como nômades ou estrangeiros em seu próprio país, pois são desconsiderados pelo poder público ou por ele reprimidos.

No início do século XXI esta situação começou a chamar a atenção do governo nacional e da comunidade internacional com denúncias e evidências de tráfico de mulheres dentro e para fora da região, apresentadas numa pesquisa nacional sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual (LEAL, M; LEAL, F., 2002). Esta forma específica de migração, pois caracterizada pela presença de crime organizado, encaixou-se novamente na ideia sobre a Amazônia como selvagem e sobre as mulheres desta região como mais liberais (também selvagens?) em termos de sexualidade.

Esta ênfase no tráfico de pessoas implicou em políticas públicas, representações sociais e teorizações sobre migração, mulheres que migram, as comunidades de onde vêm e sobre a própria cidade. Belém se caracterizaria como território de tráfico de mulheres e as mulheres migrantes seriam primariamente vítimas de tráfico.

Só se precisou de um olhar um pouco menos direcionado para entender que a expressiva migração de mulheres de Belém não poderia ser encaixada dentro de estereótipos que se construiu em torno do mesmo e que é necessário investigar as diferentes dinâmicas de migração feminina e dar voz para as mulheres migrantes sobre suas trajetórias. Indicadores para esta pressuposição vieram de:

1. Trabalho de campo realizado para a pesquisa nacional sobre tráfico com mulheres nas periferias de Belém (nas quais o autor desta dissertação participou);
2. Presença de mulheres de Belém nas comunidades de Orkut de brasileiros no exterior;
3. Número expressivo de expedição de passaportes na cidade de Belém para pessoas de periferias de Belém;
4. Observações sobre a presença expressiva de famílias com familiares no exterior, feitas pela organização não governamental Sodireitos¹ durante seu trabalho de prevenção à violação de direitos sexuais e migratórios nos bairros de periferia de Belém;
5. Convivência diária com famílias de mulheres migrantes num dos maiores bairros de periferia de Belém.

A presença significativa de migração internacional de mulheres de Belém levou, portanto, a outras perguntas que visaram se contrapor à leitura única desta migração como tráfico de mulheres e colocá-la como parte integrante do processo de produção de identidades e de espaços urbanos e que se procurou abordar nesta dissertação:

1. Como esta migração contribui na produção de identidades das mulheres nas periferias de Belém?

¹ A Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos) atua em Belém para a garantia dos direitos migratórios e sexuais, através de pesquisa, assistência, prevenção e incidência política. Sítio: www.sodireitos.org.br

2. Como ela impacta nos processos de des-re-territorialização das mulheres migrantes e suas famílias?
3. Como esta migração específica se configura?

A existência de mulheres que migram de várias partes das periferias de Belém para o exterior precisa, portanto, ser abordada a partir de sua configuração complexa, recolocando-a de tal forma que possa revelar seu papel na produção da cidade, das relações sociais e das identidades para que tanto as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas não fragilizem a posição da mulher na periferia e na migração, quanto reconheçam a migração internacional de mulheres como fator de relevância para pensar a cidade e sua população, principalmente aquela que mora em sua periferia.

Para responder a estas perguntas e aprofundar suas respostas, esta dissertação traz, em seu processo de elaboração e análise, dois movimentos complementares e retroalimentares:

1. Uma análise de teorias e pesquisas, trinta e três entrevistas individuais e observações da realidade vivenciada pelas famílias envolvidas na migração.
2. Diálogo com os resultados de uma pesquisa-ação² realizada com onze mulheres migrantes realizada em 2010 pela organização não governamental Sodireitos.

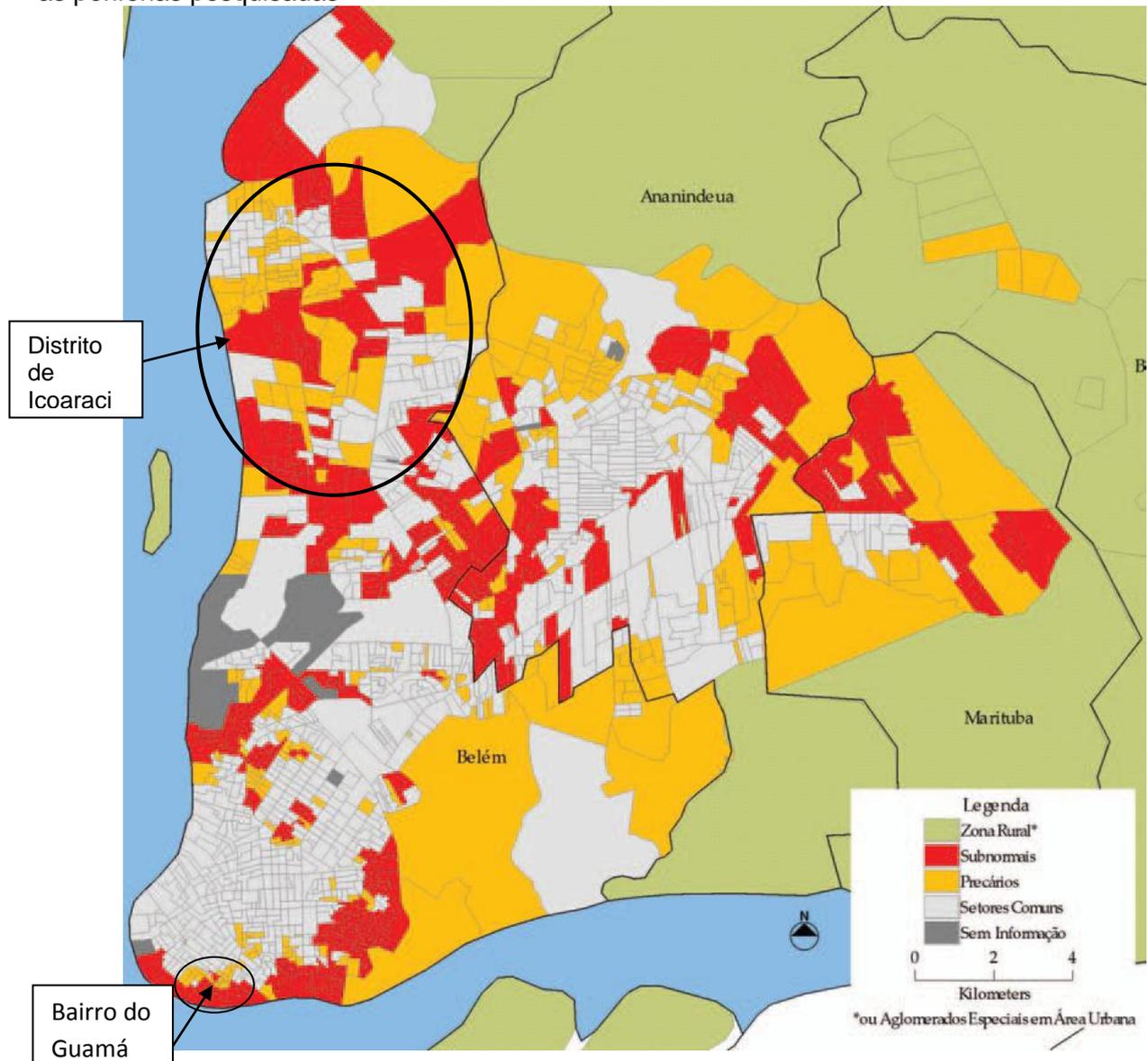
A permanente articulação entre observação, reflexão, diálogo e análise possibilitou uma imersão na temática e no universo da pesquisa e experimentar uma abordagem que integrou momentos de estudo teórico, campo e análise.

Optou-se por um recorte de classe geograficamente definido, ou seja, a migração de mulheres de famílias de classes populares que vivem na periferia da cidade de Belém porque a própria organização da cidade reflete o conflito de classes. As condições e referências para migrar são fundamentalmente diferentes de classes médias em termos de recursos, redes sociais e inserção no mundo político e econômico. Mesmo reconhecendo que as periferias não são espaços homogêneos, elas se diferenciam de outras áreas da cidade. Este recorte, portanto, se fundamenta pela estigmatização da sua população, a predominância de classes D e E (no bairro do Guamá, por exemplo, 85 % das famílias pertencem a estes

² Pesquisa coordenada por Marcel Hazeu e Lucia Isabel Silva

classes Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2001), as precárias condições infra-estruturais (as periferias neste estudo são classificadas como setores subnormais pelo IBGE, ou seja, marcados por precariedade habitacional e de infra-estrutura (MARQUES, 2007), conforme Mapa 1.

Mapa 1 - Classificação de bairros de Belém segundo graus de precariedade, identificando as periferias pesquisadas



Fonte: Elaboração CEM/CEBRAP a partir do Censo Demográfico IBGE (2000) – MARQUES (2007).

Poder-se-ia dizer que o palco desta pesquisa foram as periferias Guamá e Icoaraci em Belém e os atores seus moradores que se inseriram na migração internacional através de mulheres que migraram para outros países e de lá algumas vezes retornaram.

A ausência física no lugar de origem da mulher que migrou e, ao mesmo tempo, sua presença virtual e imaginária se tornou o elo da migração internacional de mulheres estudada.

Estudos sobre migração internacional brasileira têm priorizado a imigração histórica no país no fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX (SEYFERTH, 2001; BASSANEZI, 1995; EMMI, 2008) e mais recentemente sobre a imigração de brasileiros nos Estados Unidos e na Europa. Além de leituras recentes que destacam o tráfico de mulheres como foco para abordar a migração feminina, há um recorte, uma atenção específica para “o problema” da imigração de brasileiros para a Europa e os Estados Unidos o que tem, segundo Sayad (1998, p. 16), algeriano e estudioso da migração internacional, claras raízes ideológicas:

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. Esta é outra versão do etnocentrismo: só se conhece o que se tem interesse em conhecer.

A realidade da origem dos imigrantes é invisibilizada, e conseqüentemente também as relações que existem entre o lugar de origem e o lugar de destino, as transformações que se processam nos dois lugares pela conexão que a migração de um ou vários de seus membros provoca.

Estudos recentes no Brasil que relacionam imigração com emigração tiveram como foco o município de Governador Valadares, estado de Minas Gerais (SIQUEIRA, 2006a, 2006b; SOARES, 1995, 2003; FUSCO, 2000, 2001) donde saíram e saem contingentes de migrantes para os Estados Unidos, como um caso exemplar ou excêntrico, dependendo do ponto de vista.

Outros estudos sobre imigração brasileira em Portugal, Espanha ou Itália abordam algumas relações com a origem (PISCITELLI, 2008; RIPOLL, 2008; MACHADO, 2007) e o tráfico de mulheres, a partir de pesquisas de campo nos países de destino. A origem, em muitos casos, configura geralmente como um lugar ermo, sem muita história, ou se referem às relações sociais complexas e dinâmicas próprias antes, durante e depois da migração, como cenário (de vulnerabilidades) para discutir a imigração. Saber mais do lugar chamado “origem” como território de

migração, suas mudanças, nova forma de organização, as pessoas que ficam, a ausência de quem migra ou a inserção na rede migratória pode enriquecer a compreensão da migração internacional de mulheres.

O recorte de classe é muito importante pelas grandes diferenças que se constituem tanto no lugar de origem, quanto nos processos migratórios e no lugar de destino, diretamente vinculadas às lógicas de exploração do mundo capitalista. Apesar de que sua nacionalidade única (brasileira) apresenta e implica em algumas experiências e fatores que influenciam na produção de identidades em comum, as diferenças em termos de redes sociais, mercado de trabalho, produção de identidade e relação com o lugar de origem devem ser consideradas, como mostra, por exemplo, Machado (2007) quando se refere às diferenças de classe na produção de identidade entre imigrantes brasileiros em Portugal.

As periferias das grandes cidades brasileiras são um exemplo de lugares de origem de mulheres de classes populares que migraram e migram. Estas têm se tornado nos discursos lugares caracterizados pela violência e habitados por uma população subalterna, espaços definidos mais pela falta de serviços públicos e direitos humanos do que pela complexa interação de seus moradores com a sociedade local, regional e global. A segregação espacial e social, produtos de processos históricos não-lineares, passaram no final do século XX e início de século XXI por novas fases que contribuíram para a produção de identidades coletivas e individuais atuais dos habitantes das periferias.

Esta produção de identidades e espaços - pois é na interação com o espaço que se constroem identidades e transformam o mesmo - precisa ser compreendida na sua complexa interação entre o local e o global, nas marcas da (pós)modernidade e da reorganização da divisão internacional de trabalho no sistema capitalista mundial. A migração pode revelar processos de des-territorialização, de desestruturação e reestruturação, de exploração e resistência nas periferias urbanas específicas e, ao mesmo tempo, nos espaços conectados através dela.

A migração não pode ser descrita como um processo linear, de um lugar (origem) para outro (destino), mas como processo que assume configurações complexas de cadeias, processos circulares, vivências paralelas em vários lugares alternados, sem destinos definitivos (o lugar de origem pode se tornar um lugar de

destino e o que foi destino se tornar origem). Neste trabalho se define o lugar de origem como aquele espaço de onde saiu originariamente a migrante para ir ao exterior, para um outro país. O lugar de destino é para onde se deslocou no exterior, onde se tornou efetivamente um imigrante, uma vez que ultrapassou a fronteira de um outro país. Estas definições não encerram por si mesmas a complexa dinâmica migratória, mas denunciam onde a pessoa é considerada “do lugar”, nativo, nacional e onde ela é vista como “de fora”, estrangeiro, não-nacional.

Estudar a migração significa, portanto, trazer para o centro das análises a pessoa do migrante, o sujeito que carrega o processo de mudanças na sua própria trajetória e que articula na prática o local e o global. Sua transformação ajuda a entender mudanças nas comunidades de origem e destino que se materializam na produção de novos espaços e novas identidades. Não é um processo sem consequências. Migrantes pagam altos preços por sua participação ativa, questionando com sua presença numa outra realidade, numa outra nação, e com sua ausência na nação e lugar de origem, a ordem estabelecida, os valores hegemônicos e as “verdades dominantes”. Sayad (1998, p. 274) enfatiza que:

Não se emigra (cortando os laços com seu universo social, econômico, cultural, habitual) e não se imigra (não se agrega a outro sistema social) impunemente (i.e. sem consequências). [...] O imigrante põe em “risco” a ordem nacional, forçando a pensar o que é impensável, a pensar o que não deve ser pensado ou o que não deve ser pensado para poder existir.

Os estudos sobre migrantes também revelam e questionam a organização social local e sua importância nos processos globais, pois migrantes são seres sociais cujas trajetórias articulam processos aparentemente isolados e que questionam leituras deterministas da realidade.

O uso da categoria “migrantes” nesta dissertação inclui uma grande multiplicidade de processos e pessoas que vivem deslocamentos e mudanças de residência (temporária ou permanente). Alguns recortes ou distinções são importantes como aqueles relacionados a classe, raça, gênero, nacionalidade e idade.

Em primeiro lugar um migrante é tanto um emigrante quanto um imigrante, sendo uma pessoa que vive ao mesmo tempo processos de ausentar-se de um

lugar com o qual manterá vínculos concretos ou imaginários no outro país e processos de chegar e inserir-se num novo lugar, num outro país, que de direito não o reconhece e recebe como legítimo habitante. Vivendo esta realidade ambivalente fundamenta o uso do termo migrante para referendar a totalidade e complexidade da emigração e imigração incorporada por pessoas concretas.

Em segundo lugar é necessário distinguir a vivência da migração pela classe média daquela de classes populares, considerar a diferença para homens e mulheres, para europeus ou brasileiros, para crianças ou adultos, para negros ou brancos e reconhecer a importância das condições específicas no local de origem e no lugar de destino.

Em terceiro lugar, a migração se configura e assume formas diferentes em épocas e lugares diferentes, com grupos particulares de migrantes e relações diferenciadas.

Pellegrino (2004) afirma no estudo da Organização Mundial de Migrações, por exemplo, que na migração nos anos 1990 mais da metade de migrantes da América Latina eram mulheres. Estudos da CEPAL (2006) e Pizarro (2008) sobre migração feminina na América Latina e o Caribe reforçam esta constatação: “The literature on migration has emphasized the increased feminization occurring in most migration flows today” (CEPAL, 2006, p.27).

Entre las regiones de menor desarrollo, América Latina registra la mayor proporción de mujeres entre las personas migrantes internacionales [...] Esta feminización cuantitativa en la escala intrarregional es un rasgo característico de la migración en los últimos decenios (PIZARRO, 2003, p. 19)

A crescente presença feminina é confirmada também por estudos de caso sobre migração da América Latina e especificamente do Brasil para países na Europa e na América do Norte, como para a Suíça (CEPAL, 2006), Canadá (PIZARRO, 2003), Espanha (RIPOLL, 2008), Portugal (MACHADO, 2007) e Itália (PELLEGRINO, 2004)

Nesses fluxos migratórios de mulheres observa-se uma mudança no perfil dos migrantes:

[...] worsened and more precarious conditions of Brazilian immigrants' insertion into the Portuguese labor market in the recent period, revealing the significant changes in their profile: poorer, with

less education, less professional status and therefore fewer opportunities to achieve their dream of social ascent through their incorporation into the labor market of a European country (BOGUS, apud PELLEGRINO, 2004, p. 36)

[...] what has really changed in the last decades is the fact that more women are migrating independently in search of jobs, rather than as 'family dependants' traveling with their husbands or joining them abroad (INSTRAW, 2007, p. 2).

Este fluxo de mulheres migrantes se insere num “enorme movimento de pessoas das periferias para o centro, num dos períodos mais longos e sustentados de migração ‘não planejada’ da história recente” (HALL, 2000, p. 81), impulsionados por inúmeros fatores, como mais adiante será discutido, entre eles de fazer parte do mundo globalizado, pois:

As pessoas mais pobres do globo, em grande maioria, acabam por acreditar na ‘mensagem’ do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os ‘bens’ e onde as chances de sobrevivência são maiores (HALL, 2000, p. 81).

Não há dúvida que houve uma globalização dos mercados simbólicos e uma intensificação das migrações multidirecionais. Esta globalização faz que as pessoas recebam, no mundo todo, as mesmas mensagens simbólicas (ou adaptadas para uma melhor recepção), levando a uma noção de pertencimento global simbólico, não mais territorial, ainda menos material. Este processo retirou barreiras simbólicas de sair de um lugar ou entrar num outro, mesmo que as físicas possam ter aumentado. Combinado com os avanços tecnológicos de comunicação e de transporte, o agravamento das desigualdades econômicas e políticas, a migração internacional explodiu.

Segundo Canclini, mexicano, cientista de estudos culturais, nestes processos de

[...]des- e reterritorialização não desaparecem as perguntas pela identidade e pelo nacional, pela defesa da soberania, pela desigual apropriação do saber e da arte. Não se apagam os conflitos. Os cruzamentos intensos e a instabilidade das tradições, bases da abertura valorativa, podem ser também fonte de preconceitos e confrontos. A desterritorialização se constrói também em conexão com as práticas sociais e econômicas, nas disputas pelo poder local, na competição para aproveitadas as alianças com poderes externos (CANCLINI, 1997, p. 326).

Enfrentamos ásperas frustrações: a maioria dos migrantes são desvalorizados nas sociedades que escolheram com admiração (CANCLINI, 2007, p. 29).

A migração feminina nas últimas décadas do Brasil se enquadra nestes processos, mas tem recebido, porém, uma abordagem na qual este movimento geralmente é interpretado ou vinculado como alguma forma de tráfico de mulheres, como já se viu na primeira parte desta introdução.

O tráfico de mulheres é uma violação de direitos que se refere às condições exploradoras, com características de trabalho escravo, servidão ou análogo à escravidão, às quais migrantes recrutados são expostos. Sem dúvida o enfrentamento a essa violação é importante. Este se tornou (ou se configurou desde o início), porém, um discurso dominante que condena todas as formas de migração de mulheres à uma leitura dentro da lógica de tráfico de pessoas e nega a condição de sujeitos de mulheres migrantes, transformando-as em vítimas. Este foco no tráfico de mulheres também se centrou na prostituição como atividade que, por excelência, seria o espaço de destino e exploração das mulheres migrantes, transformando todas as migrantes em prostitutas e todas as prostitutas em vítimas de tráfico de mulheres. Trata-se de um discurso ideológico, como argumentou o grupo DAVIDA (2005) quando usa o termo pânico morais, que junta a repressão à liberdade feminina (de ir e vir, de atuar no mercado, de deixar sua família e cuidados dos filhos com outros, de trabalhar na prostituição) com a repressão a migrantes oriundos dos chamados países de terceiro mundo na Europa e nos Estados Unidos.

As mulheres que migraram das periferias de Belém viveram em precárias condições sociais e sofreram várias violações de seus direitos, algo que também pode ser dito das realidades que encontraram nos lugares de destino. Mas sua identidade não pode ser reduzida ou definida como a de vítima e nem todas as formas e variedades de viver e migrar serem reduzidas a tráfico de mulheres, o que é, de alguma forma, mais uma violência vinculada a seus processos de migração e produção de identidades.

Sua realidade é quase invisível e, portanto, pode facilmente ser negligenciada ou transformada em discursos políticos sobre mulheres e migração. A invisibilidade se deve em primeiro lugar ao fato das mulheres saírem – de suas casas, de suas comunidades – e que, diante da condição de vida que levam, só as famílias sentem essa falta. Em segundo lugar, porque, por tratar de saída, não é possível falar ou

sentir a presença incomoda, da nova pessoa, do diferente, do estranho. Além de mais, são mulheres que já viveram processos de invisibilidade nas periferias das grandes cidades.

Precisa-se entrar nas periferias, encontrar com as famílias das mulheres que migraram e as próprias mulheres que voltaram, que vieram visitar sua família ou se comunicaram de longe com ela. Um estudo, portanto, sobre a cidade e sobre migração, sobre mulheres e suas famílias, sobre exploração e sobre pertencer, ser e sonhar.

Esta dissertação segue um caminho como se fosse uma trajetória de migração, procurando respostas às perguntas formuladas no início desta introdução.

Ainda nesta introdução há uma descrição e reflexões sobre o lugar chamado origem, as periferias de Belém, a sua produção como territórios de emigração de mulheres. O lugar onde as pessoas vivem e viveram e do qual as migrantes saíram têm uma influência forte na produção de suas identidades e na dinâmica de migração. Belém é, ao mesmo tempo, um exemplo de uma metrópole e uma metrópole específica, diferente de todas as outras.

Esta introdução é encerrada com uma viagem por várias abordagens teóricas da migração internacional que são necessárias para entender a complexidade da migração das mulheres e responder à proposta de ir além de abordagens restritas a leituras da migração somente como tráfico de mulheres.

Neste estudo, que se concentra no lugar de origem, o momento e a realidade vivenciada que antecedem a decisão da saída, são tratados no capítulo 2. Enfatizam-se quatro elementos que tanto se evidenciaram em todas as entrevistas quanto teoricamente se configuram como fundamentais nos processos de produção de identidades, redes sociais e de territorialização: de um lado o pertencimento a uma família e as outras relações afetivas e de outro lado o acesso a direitos básicos, principalmente aqueles que garantem uma base física e formas de assegurar sua sobrevivência (nesta dissertação materializadas em moradia e trabalho).

O terceiro capítulo se centra na organização e momento de saída, momento crucial que implica numa quebra com a vida na periferia de Belém e o início de uma nova organização e relação familiar entre seus membros e no espaço.

A vida e territorialização no lugar de destino são caracterizadas no capítulo 4 pelos mesmos processos como no lugar de origem, porém, num outro contexto e

com o elemento de ser migrante e estar longe e conectada com sua família no Brasil. Dois contextos diferentes se apresentaram (Suriname e Europa) e suas diferenças permeiam este capítulo. No destino o trabalho na prostituição se evidencia como tema de maior relevância do que no lugar de origem.

A transnacionalidade da migração internacional é retratada no capítulo 5, através da comunicação entre os familiares nos dois lugares, as visitas recíprocas, os segundos fluxos migratórios, as remessas e os investimentos no lugar de origem e as migrações de retorno. O retorno, como elemento constitutivo para entender a migração e as mudanças que ocorrem na produção de espaço e identidades, fecha esta trajetória investigativa da migração, que não se encerra aí, mas que continua conectando lugares e pessoas num processo de mudança que não é composto por repetições, mas por inúmeras novas configurações.

No capítulo 6 apresentam-se as conclusões deste trabalho. Em primeiro lugar se analisa como esta vivência da migração internacional impacta na produção de identidades das mulheres migrantes nela envolvidas. É uma tentativa de relacionar os processos migratórios, desde a vivência antes da decisão de migrar até o momento atual no qual a família está vivenciando a configuração a que chegou sua trajetória de migração, com novas identidades produzidas e sua relação com seu espaço vivido. Outros membros das famílias também produzem novas identidades na história migratória das mulheres migrantes na família, porém, no escopo desta pesquisa se priorizaram as próprias mulheres migrantes como sujeitos que viveram diretamente as várias realidades e contextos.

Em segundo lugar o capítulo mostra, em diálogo com teorias sobre migração, como a migração de mulheres de periferia de Belém se configura na sua complexidade e diferenças, articulando as leituras sobre esta migração como tráfico de pessoas com leituras de protagonismo de mulheres, divisão internacional de trabalho e construção de famílias transnacionais.

1.2 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Analisar a migração internacional de mulheres pede um esforço intelectual de interdisciplinaridade e criatividade:

É importante lembrar que a migração é um 'fato social completo'.
Todo itinerário do imigrante é um itinerário epistemológico, um

itinerário que se dá no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direitos, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo de ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas [...], lingüística, sociolingüística, ciência política etc. (SAYAD, 1998, p. 15)

O novo perfil de emigrantes da América Latina chama atenção pela presença significativa de mulheres de classes populares que migram sozinhas. Esta migração tem provocado mudanças no lugar de saída e de chegada, conectando-os através das redes familiares e sociais envolvidas no processo. Estudar a nova configuração da migração internacional precisa incluir, portanto, um olhar voltado para o lugar de origem e sua relação com o processo migratório internacional. Sem dados estatísticos para afirmar a dimensão da existência de migrações internacionais de mulheres de classes populares, nesta pesquisa conseguiu-se levantar fortes indícios da presença da migração internacional de mulheres de classes populares em duas áreas de periferia de Belém, o bairro do Guamá e o distrito de Icoaraci. Estas áreas não representam a complexidade e a diversidade de Belém como metrópole, mas são exemplos específicos de áreas periféricas dentro da realidade da metrópole.

Em Icoaraci, 19 líderes comunitários, durante uma oficina sobre migração em 2009³ confirmaram conhecer 38 pessoas diferentes no distrito que emigraram, 18 com destino ao Suriname, 14 à Europa, 03 ao Japão e 03 à Guiana Francesa.

O levantamento realizado junto com a Polícia Federal sobre a origem de 95 mulheres⁴ que pediram a expedição de passaportes em Belém durante os meses de março a junho de 2010 mostrou uma intensa mobilidade de mulheres oriundas de bairros periféricos de Belém (64% de bairros de periferia)⁵ (Apêndice 1). São predominantemente (73%) mulheres jovens entre 17 e 30 anos, 88% declarando ser solteira ou divorciada, tendo como destino principal Europa (72%), seguido por destinos de países vizinhos ou Caribe (22%). Um terço (33%) das mulheres declara ser estudante, o que pode ser tanto universitário, de ensino médio ou fundamental.

³ Levantamento feito por Marcel Hazeu durante uma oficina sobre Migração e Tráfico de Pessoas pela equipe da Sodireitos no contexto do projeto “direitos e comunidade” para líderes comunitários e representantes de serviços públicos em Icoaraci em 27 de novembro de 2009.

⁴ Seleção feita por uma funcionária no seu plantão e a partir de seu entendimento do perfil procurado no período de 09 de março a 07 de maio de 2010

⁵ Os bairros de periferia foram definidos a partir da dominância de classes E e D (renda até 5 salários mínimos) e condições de moradia (IBGE, 2001; MARQUES, 2007). No cruzamento das profissões com os bairros afirmou também a relação de grau de educação/formação com a divisão dos bairros em periferia e centro.

47% das mulheres declararam uma profissão que não exige, em princípio, educação formal, um curso superior ou profissionalizante, 20% das mulheres declararam profissões que exigem pelo menos ensino médio completo.

Outro levantamento na rede virtual de amizades Orkut realizado em abril de 2010 mostrou uma significativa presença de pessoas que se identificaram como originárias de Belém nas comunidades de brasileiros no exterior⁶ (Tabela 1).

Tabela 1 - Membros de comunidades na Orkut de brasileiros no exterior oriundos de Belém

Nome de comunidade registrado na ORKUT	membros de Belém	total membros	%
Brasileiros no Suriname	76	396	19,19
Brasileiros na Bélgica	27	4184	0,65
Brasileiros na Grecia	6	662	0,91
Brasileiros na Inglaterra	5	909	0,55
Brasileiros na Guiana Francesa	21	195	10,77
Brasileiros na Dinamarca	6	316	1,90
Brasileiros na Holanda (Culturas e comunidades)	22	588	3,74
Brasileiros na Holanda (Países e regiões)	15	250	6,00
Brasileiros jovens em Portugal	19	1873	1,01
Brasileiros na Itália	27	4701	0,57
Brasileiros na Suíça	72	5347	1,35
Brasileiros na Espanha	149	19974	0,75
Brasileiros em Portugal	9	836	1,08
Brasileiros no exterior	90	13155	0,68
Brasileiros na Alemanha	133	13380	0,99
Brasileiros na Europa	73	6823	1,07

Fonte: elaborado pelo autor baseado no levantamento feito nas comunidades de brasileiros no exterior de Orkut em 20 de junho de 2010 (2010)

Buscou-se, de janeiro a junho de 2010 a presença e contato concreto com famílias nas duas áreas selecionadas, Guamá e Icoaraci. O bairro do Guamá e o

⁶ Precisa-se levar em consideração a precariedade da confiabilidade das informações gerais, muitas não identificaram seu lugar de origem e não necessariamente elas precisam estar no exterior para fazer parte das comunidades.

distrito de Icoaraci se localizam respectivamente no extremo sul e norte da cidade, com ocupação habitacional de pelo menos três décadas. Partiu-se do pressuposto, fundamentado em entrevistas com mulheres vítimas de tráfico de pessoas realizadas para a pesquisa sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (HAZEU; SILVA, 2008), de que a migração internacional envolve especialmente mulheres jovens entre 18 e 30 anos cujos pais chegaram a ocupar periferias da cidade nas décadas de sessenta a oitenta e que na segunda geração na cidade poderia se encontrar a presença da migração internacional.

Partindo da premissa teórica de que a migração se organiza em rede e de que as comunidades nos bairros de periferia, apesar de avançada individualização e organização pós-moderna, ainda possuem redes sociais locais por onde circulam as informações sobre a realidade no bairro, cada família identificada e contatada com algum membro migrante servia de informante para localizar outras famílias.

Em pouco tempo começou a se formar no mapa das duas áreas uma extensa e densa marcação de 49 residências de famílias de migrantes. Com 27 famílias no Guamá, 11 famílias no distrito de Icoaraci se conseguiu estabelecer contato direto.

Cada entrevista realizada com membros destas famílias trouxe elementos inusitados, indicando a necessidade de rever a toda hora hipóteses que estavam se formando. Este processo não se esgotou, mas pelo tempo e em vista da impossibilidade de trabalhar com a quantidade crescente de informações, chegou-se a um limite arbitrário e prático de trinta e três entrevistas⁷ referente a 27 famílias, no período de fevereiro a junho de 2010.

Tabela 2 - Informações sobre as entrevistas

Local da realização da entrevista	Residência da pessoa entrevistada	Local de trabalho da entrevistada	Na ONG Sodireitos	Residência do mestrando	MSN
Entrevistada no Brasil	19	3	2	3	1
Entrevistada no Exterior	02	-	-	-	3
Relação da entrevistada e mulher migrante	A mulher migrante	Irmã(o)	Mãe	Primo(a)	Filho
TOTAL	20	7	3	2	1

⁷ 29 entrevistas foram gravadas e transcritas, as outras quatro foram registradas apenas a partir de anotações. As entrevistas duravam entre 30 minutos e uma hora.

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

Vinte e quatro entrevistas foram acompanhadas de visitas e observações, quatro famílias foram observadas e contatadas durante os quatro meses de campo e com 10 mulheres migrantes foi feito, paralelamente, um trabalho de pesquisa ação⁸ na ONG Sodireitos na qual sua condição e experiência de migrante pautaram o trabalho. Com quatro pessoas foram estabelecidos contatos via Orkut e em seguida realizadas entrevistas via MSN (Tabela 2). Percorreu-se pelos bairros da periferia, visitando 25 famílias. Somente de duas famílias não foram realizadas entrevistas no Brasil.

Para garantir a integridade das famílias e pessoas entrevistadas, conforme acertado no início de cada entrevista, as migrantes nesta pesquisa são identificadas por nomes fictícios e suas falas, oriundas das entrevistas com elas realizadas para esta dissertação, referendadas com este nome fictício. No anexo 2 se encontra uma tabela com um perfil resumido das migrantes abordadas nesta pesquisa. Quando se refere a algum parente entrevistado, menciona-se a relação desta pessoa com a migrante.

Duas mulheres migrantes e seus maridos europeus foram visitadas na Holanda e uma mulher migrante e seu marido na Bélgica.

Mais do que mapear, esta pesquisa procurou compreender a complexa e diversificada realidade da migração internacional nos bairros de periferia de Belém a partir da fala de membros das famílias de migrantes. Queria-se compreender como a migração se configura e marca a produção da realidade local e das identidades das mulheres migrantes. Informações que só podiam ser adquiridas dando voz aos sujeitos, valorizando suas leituras das experiências vividas.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de temas com perguntas orientadoras, que perpassaram a história, organização e dinâmica familiar; a história da migração nas suas vidas; as relações de gênero; as mudanças que ocorreram no decorrer da migração; as experiências de trabalho; a violência; as relações afetivas; a concepção do bairro e do lugar no exterior. Iniciavam-se as entrevistas com a

⁸ A pesquisa ação surgiu dentro de uma estratégia maior de trabalho com as mulheres migrantes por parte da ONG Sodireitos, de fortalecimento das condições de enfrentamento às violações de direitos e de garantia de cidadania a estas, trabalhando coletivamente a compreensão dos problemas e as possibilidades, as motivações e as propostas que estão dispostas a ter para enfrentá-los.

apresentação do objetivo da pesquisa e o tema central, assegurando que não se usaria em nenhum momento o nome das entrevistadas e as pessoas que elas mencionariam nas entrevistas. A partir da pergunta sobre a origem e a composição da família, as pessoas eram estimuladas a falar e somente quando alguns temas não apareceram nas suas falas, estes eram introduzidos com uma nova pergunta.

O primeiro entendimento do fenômeno social para entender o que este significa para pessoas que o produziram não é do cientista, mas do grupo que vive o fenômeno. Neste sentido inseriu-se a preocupação na pesquisa com o significado dos fenômenos para as pessoas individuais. O segmento da realidade individual possui interesse e significado por estar em relação com as ideias de valores culturais com que abordamos a realidade. A posição do pesquisador, como percebido no trabalho de campo, foi descrito com muita propriedade por Sayad (1998, p. 131):

Nunca é sem emoção que recebemos as confidências mais íntimas de um entrevistado, marca da extrema confiança que acabou depositando no entrevistador, esse eterno questionador, curioso de tudo, fuçador do passado e do presente de todos, nos comportamentos visíveis, manifestos e patentes, bem como nas razões de ser desses comportamentos e em sua finalidade última, todas essas coisas secretas ou latentes; esse 'importuno' que tem a pretensão de construir e, por conseguinte, de possuir a verdade dos sujeitos melhor do que esses mesmos sujeitos, melhor do que os sujeitos que a carregam em si, que a fazem agir e a executam; e que, no fim de seu trabalho de espectador e de analista externo, intervindo sempre a posteriori, post festum, pretende querer ensiná-la a seus próprios autores, adotando assim sobre as coisas, e até mesmo sobre as coisas do mundo social um 'ponto de vista divino', como teria dito Leibniz.

A pesquisa procurou se inserir num campo pouco explorado nos estudos sobre migração: a partir da origem urbana periférica, em comum de um grupo de mulheres migrantes que se espalharam pelo mundo. Para tanto, procurou-se garantir uma leitura baseada na multiplicidade em vez de exemplaridade, abordar famílias de migrantes no espaço da periferia urbana com novos olhos, perceber os modos múltiplos de viver o urbano e as múltiplas formas de inserir-se na cidade. Cada família teve uma ou mais pessoas para falar da sua experiência e visão, que ao mesmo tempo não representaram (e não poderiam) as diferenças existentes entre e dentro das famílias, mas levaram à aproximação de essências da migração. Foram privilegiadas as falas de vinte mulheres migrantes, procurando entender a

produção de suas identidades a partir de seus relatos, junto com uma leitura das falas de 13 familiares.

Seguiram-se, através das entrevistas, a construção de duas redes sociais para conhecer melhor a dinâmica migratória. Em primeiro lugar a rede familiar, da mulher migrante pioneira⁹, construindo árvores genealógicas contendo pelo menos três gerações e enfatizando as experiências migratórias na família e as relações de cuidados entre os membros. Assim se procurou visualizar a relação entre as pessoas, os processos de decisão de migrar, a organização familiar que possibilitava a migração e a construção de famílias transnacionais. A segunda rede social em foco, identificada a partir das experiências das mulheres migrantes e suas famílias, era a rede que organizava e estruturava a emigração e imigração, ou seja, que possibilitou a saída do país e ofereceu trabalho e moradia no lugar de destino, com ênfase nas pessoas chaves.

Várias vezes se apresentou a vontade de encontrar regularidades, confirmar teorias e simplificar uma realidade complexa e contraditória, mas cada vez que se lia e analisava as entrevistas e histórias das famílias pesquisadas novas perspectivas se apresentavam e abriam a possibilidade de enriquecer a compreensão da migração internacional das mulheres, aprofundando os processos de produção de identidades e o poder explicativo das teorias sobre migrações.

1.3. O LUGAR CHAMADO ORIGEM: PERIFERIAS DE BELÉM

O lugar onde as mulheres e suas famílias vivem e viveram, antes e durante a história de migração é chamado de lugar de origem. As condições sociais, econômicas, culturais e políticas neste espaço têm um papel importante na produção de identidades de seus moradores e nos processos sociais que levaram a envolvê-los em histórias de migração e, ao mesmo tempo, estas são profundamente impactadas pela inserção de pessoas do lugar na migração internacional, ou como escreveu Sayad (1998, p. 18):

A imigração, em cada uma de suas formas, repercute sobre as condições que estiveram na origem da emigração na fase anterior e,

⁹ “mulher pioneira” nesta dissertação é considerada a primeira mulher da família que migra para um outro país.

assim, contribui para suscitar uma nova categoria de emigrantes e imigrantes.

Para entender como se produziu a figura da emigrante (aquela mulher que decidiu sair do lugar de origem) em periferias da cidade de Belém, e como a migração impactou em suas identidades e nas relações sociais nestas periferias, seguem algumas reflexões sobre a produção deste espaço e de identidades de seus moradores.

Entende-se por periferia o que Trindade Junior (1997, p.29) chamou de baixadas: “Espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários.”

A maioria de sua população pode ser caracterizada pela falta de qualificação profissional e baixo nível socioeconômico, com subempregos e desemprego, além de precárias condições de moradia.

A condição “periférica” não é natural, mas representa, como afirma Ivo, um ponto de vista do “outro”:

[...] ou seja, dos atores hegemônicos sobre o espaço construído e normatizado das cidades. Contém, portanto, tensões e conflitos inerentes às perspectivas e usos distintos atribuídos às cidades (IVO, 2010, p. 9).

As famílias pesquisadas têm no espaço de Belém, especificamente nas periferias desta cidade, sua referência de território e identidade. Para entender a relação entre a migração e a produção de identidade e do espaço social apresenta-se uma breve leitura do processo histórico da formação e da periferização de Belém.

A urbanização no seio da discussão sobre o desenvolvimento na Amazônia, imaginada muitas vezes como uma selva e floresta tropical, já está em debate e pauta desde o início dos anos 90 do século passado e ganha cada vez mais importância nos últimos anos (BECKER, 1992, 2004; STEINBREENER, 2009; TRINDADE JUNIOR, 2009).

Em 2000, segundo Girardi (2008), 68% da população da Amazônia Brasileira vivia em cidades ou vilas e experimentava os problemas e desafios urbanos dentro da realidade específica da Amazônia. No Pará, o estado mais populoso da região e com uma dinâmica migratória expressiva, principalmente destinada à “fronteira” agropecuária no estado, só a Região Metropolitana de Belém já corresponde a 30% da população do estado.

A formação da cidade de Belém é fruto de intensos movimentos e grupos migratórios que caracterizaram a ocupação da Amazônia, representando através da sua estrutura urbana e da condição dos seus habitantes a violenta segregação e exclusão social que uma parte da população amazônica, inclusive seus imigrantes, vivenciou. Trindade Junior (1998) mostra, a partir de dados do COHAB e da Caixa Econômica Federal, que a população da periferia de Belém foi composta por famílias que vieram do campo ou de centros urbanos menores no próprio estado do Pará.

Uma metrópole, como Belém, pode ser definida como uma:

[...] grande cidade que irradia sobre um vasto território e dotada de uma importante gama de atividades destinadas a satisfazer as exigências da vida cotidiana da totalidade da população nela contida, quer dizer, tanto a serviço das massas como das classes privilegiadas (SANTOS, 2004, p. 282).

A metrópole é considerada produtor e produto de pobreza, ou seja, “criadora de pobreza” (RODRIGUES, 1996, p. 267; SANTOS) “polo de pobreza” (SANTOS, 2009, p.10), “metropolização da pobreza” (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 60). Ela passa por intensa transformação no seu espaço urbano com a intensificação das atividades informais e a expansão das áreas de ocupações espontâneas e com isso um aumento constante da exclusão social.

Belém se enquadra no processo de urbanização sem ou com fraca industrialização, mas com uma rápida extensão da aglomeração, especulação com terrenos e imóveis, prosperidade ficticiamente mantida pelo próprio circuito. Os camponeses sem posses ou arruinados afluíram e ainda afluem do interior para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência (RODRIGUES, 1996).

O processo específico de metropolização de Belém revela o papel para ela estabelecido no contexto da Amazônia Oriental neste momento histórico:

Torna-se destino final de grande parte da mão-de-obra móvel e polivalente que se desloca no espaço regional, principalmente após a chamada falência de política de desenvolvimento regional estabelecida em décadas anteriores (TRINDADE JUNIOR, 1998, p.65).

A ausência de um setor secundário moderno e dinâmico, combinada com a ausência de alternativas de desenvolvimento e ocupações urbanas, agravou em Belém as condições de empobrecimento. A cidade apresentou nos anos de 1980 de todas as regiões metropolitanas os mais baixos índices de modernização e 65% dos

moradores das periferias exerciam atividades não renumeradas ou informais (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 92).

Apesar da chegada na primeira década do século XXI de migrantes de outros lugares no Brasil ou do próprio estado na cidade de Belém, várias periferias já foram formadas nas últimas décadas do século XX por migrantes do interior da Amazônia Oriental (Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão). O que se vê agora é uma migração da própria cidade de Belém para outras cidades da região metropolitana de Belém e ainda uma vertente internacional feminina.

A metrópole não significa mais a estação final de movimentos migratórios do campo para cidades de médio porte e, em seguida, para metrópoles. Nem confirma a distinção entre migrações de longa distância como campo dos homens e de curta distância das mulheres, como apontava Lee (1980). A metrópole e suas periferias, mesmo nos lugares considerados periferia da periferia do sistema mundial, estão hoje conectadas com o mundo, através dos meios de comunicação e a migração internacional (no caso da América Latina principalmente de mulheres), o que também é verdade para a cidade de Belém. A cidade se constitui como um espaço e momento de vivência da modernidade e pós-modernidade, uma possibilidade de estar conectado ou se conectar com o mundo.

O desenvolvimento da produção da borracha no fim do século XIX provocou o primeiro grande crescimento da população. Além de atender às necessidades de conforto e bem-estar dos grupos enriquecidos com o comércio da borracha, as transformações urbanísticas da cidade de Belém faziam-se necessárias em razão do fluxo de migrantes nordestinos que não se deslocavam para os seringais e contribuíam para o aumento populacional na cidade e no estado como um todo, priorizando até o século XX a ocupação de terrenos de cotas mais elevadas, conferindo assim um arranjo irregular do tecido urbano.

O segundo fluxo migratório expressivo se relacionou justamente com a desativação do mercado de borracha:

[...] depois da guerra, quando a economia gomífera entra novamente em crise, que, ao serem desativados processo produtivos da borracha, significativos contingentes da força de trabalho excedente nos seringais ou nas atividades paralelas que também entram em crise, passam a migrar para os maiores pólos urbanos da região, inclusive Belém (RODRIGUES, 1996, p. 126).

O terceiro momento significativo de crescimento expansivo da população da cidade de Belém se iniciou com a política de integração nacional concretizada através do plano de metas que inaugurou a estrada Belém-Brasília em 1960, seguida pelos planos de desenvolvimento e integração dos governos militares nas décadas de 1960 e 1970 (com a abertura da Transamazônica, estímulos à migração rural, investimento em grandes projetos de mineração e energia).

Nos anos de 1960 os migrantes que chegaram à cidade eram oriundos do Sul e de Nordeste, nos anos 1970 a maioria (68%) chegava de municípios do próprio estado do Pará. Isso seria um indício claro de que a área metropolitana passou a exercer uma grande atração para as populações trabalhadores expulsas do campo pela expansão capitalista, vinculado a criação de novas atividades urbanas pelo Estado e pelas empresas privadas (TRINDADE JUNIOR, 1997).

É quando os bairros chamados de “baixadas” em Belém foram ocupados pelos migrantes pobres que chegaram à cidade, enquanto o capital imobiliário começou a se apropriar das áreas centrais, nobres e estruturadas.

A periferação nas baixadas tem seu efeito direto sobre a população que nela constrói sua habitação. Couto (2008, p. 26) aponta que:

[...] a população segregada em grande parte tem menores oportunidades de emprego formal, de profissionalização, sofre maior exposição à violência urbana, discriminação social ou racial. Portanto, esses elementos citados dificultam o acesso a justiça social e cidadania plena.

Um pouco da história dos bairro do Guamá e do distrito de Icoaraci em Belém podem ilustrar a produção destas periferias na cidade. A descrição seguinte é baseada nas pesquisas de Leão (2010), e Dias Junior (2009) que descreveram a história do bairro do Guamá.

Em sua origem, o Guamá foi palco da fixação e catequização de índios Tupinambás. No século XVII uma olaria no Guamá abastecia a cidade com tijolos. A Santa Casa de Misericórdia construiu, entre 1814 e 1816 o Leprosário do Tucunduba, para afastar os leprosos das pessoas saudáveis na cidade. O igarapé do Tucunduba, que corta o bairro do Guamá, foi uma das principais vias de entrada de migrantes ribeirinhos que procuravam terras urbanas para construir suas casas. Com isso, a população, boa parte constituída de caboclos que vieram do interior, trazia consigo para a cidade suas heranças e práticas culturais. Esta

população se misturava com os moradores do Lazareto e quando em 1938 o Leprosário foi desativado este foi ocupado e dividido com os moradores do bairro. Ainda no final do século XIX foram inaugurados três cemitérios no bairro do Guamá. Na época da borracha os migrantes do Nordeste brasileiro, que chegavam de trem no bairro de São Braz, começaram a se instalar na proximidade do cemitério Santa Isabel. Muitos moradores fixaram-se mesmo nos terrenos constantemente alagados.

A população do bairro começou a crescer mesmo a partir dos anos 1950 com a chegada de cada vez mais migrantes vindos, principalmente, de cidades próximas de Belém. De 13.885 moradores em 1950, passou para 23.400 em 1969, 45.913 em 1970, 70.083 em 1980, 98.879 em 1990 e 102.124 em 2000. (DIAS JUNIOR, 2009). O efeito deste crescimento foi o surgimento de problemas de ordem estrutural, acompanhado pela criação de serviços (insuficientes) de educação, saúde e segurança pública.

Na década de 1960, além do fluxo crescente de migrantes, criou-se o Núcleo Pioneiro Universitário do Pará, o que provocou uma valorização imobiliária do espaço e trouxe novos serviços para a comunidade.

O bairro é marcado por diversas transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas, caracterizadas pelo envolvimento de movimentos sociais que conseguiram modificar de alguma forma a realidade de vida da comunidade, criar espaços de referências sociais, educacionais e culturais. Porém, a área, mesmo situada no centro de Belém, tem um histórico de exclusão pelos poderes públicos. Até os dias de hoje, o bairro possui carência de infra-estrutura básica. A vida das pessoas que ali residem é marcada pela violência, pela precariedade dos serviços de saúde, pela inexistência de esgotos sanitários etc. (LEÃO 2010; DIAS JUNIOR, 2009).

Segundo Mitschein (2006) trata-se de um dos bairros mais violentos da cidade.

Icoaraci é um distrito de Belém, distante aproximadamente 20 km do centro da cidade e possui cerca de 300 mil habitantes. Localiza-se na beira da baía de Guajará e mantém travessias diárias de balsa. É formado pelos bairros Águas Negras, Agulha, Campina de Icoaraci, Cohab, Cruzeiro, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa e Tenoné. Sua economia é baseada no Parque Industrial que abriga atividades que atuam principalmente nos ramos de pesca, madeira, marcenaria e palmito.

Baseada na dissertação de Veloso (2009) pode se reconstruir brevemente a história do distrito.

O distrito de Icoaraci era caracterizado como área de pescadores, ribeirinhos. Em 1701 foi fundada a fazenda Pinheiro, que passou para as mãos dos frades carmelitas que empregaram na fazenda alguns descendentes indígenas. Como a fazenda não era considerada produtiva, esta foi vendida ao tenente coronel Bulhões, cuja filha a passou para o presidente da província do Grão Pará em 1838. Este instalou um lazareto da Santa Casa, que o devolveu 20 anos depois. Por volta de 1849 havia uma população dispersa na área que hoje corresponde ao Distrito de Icoaraci.

A época de borracha aumentou a procura por peixe e possibilitou avanços na base técnica da pesca. Em 1900 a Vila do Pinheiro passou a integrar o patrimônio municipal de Belém e em 1920 o trecho da estrada de ferro que ligava Belém a Icoaraci foi inaugurado. Além de vila de pesca, a vila começou a se constituir como balneário onde famílias ricas de Belém construía suas mansões.

Em 1967 o Governo Federal estendeu a política de incentivos fiscais para o setor pesqueiro regional, os quais atraíram grupos industriais de pesca, do centro sul e do nordeste do país e ainda empresas estrangeiras, atuando na captura, beneficiamento e exportação.

Por Icoaraci ser um local tradicionalmente ligado à atividade da pesca, foi e ainda é atrativo aos pescadores. Em 1965 a colônia de pescadores tinha 1470 associados, em meados da década de 1980 a colônia chegou a ter 8760 associados, dos quais 6333 eram migrantes. Em 2004 foram cadastrados somente 1500 pescadores.

A migração para o distrito de Icoaraci trouxe muitas famílias de pescadores do interior do Pará, sobretudo, em busca de melhores condições de vida e trabalho, em busca de melhores áreas para pescar e comercializar o pescado e por conta da possibilidade de emprego, em razão da implementação do Parque Industrial Pesqueiro e devido à construção do Distrito Industrial de Icoaraci; por causa da ausência e/ou precariedade dos serviços públicos nas áreas rurais do estado e consequente busca de melhores condições de exercício da pesca e comercialização do pescado. O processo migratório era antes de tudo um projeto “familiar”.

Nas últimas décadas Icoaraci tem vivido uma expansão de ocupação de suas áreas, por migrantes que vieram do interior do Pará, mas também de pessoas que migraram de bairros periféricos mais antigos de Belém, como Guamá, Jurunas e Terra Firme devido à falta de espaço para novas construções, à incidência de violência, às desapropriações de áreas para obras urbanas e à valorização imobiliária. Diferente do Guamá, o distrito de Icoaraci construiu sua identidade

urbana a partir de sua atividade pesqueira, balneária e sua produção de cerâmica (VELOSO, 2009).

Durante a produção destas duas áreas periféricas nasceu, nos anos 1970 e 1980, uma segunda geração de moradores que não apresentaram mais vínculos diretos e estreitos com o interior do Estado nem com outros estados amazônicos ou nordestinos, donde vieram seus pais ou avôs. Ela pouco parece acreditar na possibilidade de mudança através de lutas sociais e não acompanhou o processo de mudança que acompanhou a família na sua trajetória do interior para a cidade e as lutas pela ocupação do espaço, nem compartilham valores oriundos do interior. Essa geração sofre com o processo de segregação social e falta de perspectivas, sem referências de uma vivência anterior, em outro lugar. É uma geração urbana que desenvolveu outros valores, diferentes daqueles de seus pais e que se compara com a vida urbana da classe média (tão perto e tão longe ao mesmo tempo) e com aquela que se apresenta na mídia, entre aquela que se deseja e aquela que se vive. Mitschein (2006) que estudou a violência urbana em Belém, descreve esta juventude:

Influenciados em seus sonhos pelas imagens e valores transmitidos pela mídia, vivem no seu cotidiano a dura realidade da favela. Tendem a desprezar esforços de auto-organização em seu próprio ambiente social, que procuram construir melhores condições de sobrevivência [...] procuram garantir a sua auto-afirmação através de atos violentos que se dirigem, primordialmente, contra os moradores de sua própria vizinhança (MITSCHHEIN, 2006, p. 24).

Ou seja, uma juventude violenta pela sensação de impotência para poder mudar e pela necessidade de se afirmar como sujeito neste espaço, segregado e produto de processos anteriores. Couto (2008), analisando a violência nos bairros da periferia de Belém, argumenta que a violência na periferia não pode ser dissociada do território e das condições socioeconômicas, e apresenta o que chama de “fórmula das bombas socioecológicas”:

Concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, falta de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras consequências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais (MARICATO apud COUTO, 2008, p. 25).

A pobreza urbana está, neste sentido, diretamente ligada ao ingresso de jovens (predominantemente masculinos) no crime organizado, onde adquirem

dinheiro, armas e drogas, tornando-se parte de quem domina o espaço e assim tendo oportunidade de se territorializar (COUTO, 2008).

A impressão que se dá desta descrição é de uma dominação masculina do espaço de rua, da violência e do crime. As mulheres jovens na periferia parecem continuar desterritorializadas:

A desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, pelo simples fato de que os “limites” do nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob controle ou o comando de outros (HAESABAERT, 2004, p. 236).

Em vez de recorrer à violência, várias jovens mulheres parecem estar escolhendo uma saída para outro lugar em busca de uma territorialização através da migração internacional. A cidade é um lugar propício para esta opção, pois é na cidade que informações sobre esse outro mundo circulam através da mídia, dos meios de comunicação e das comunidades brasileiras no exterior, onde pessoas que já migraram ou que têm familiares que já migraram residem. A riqueza com a qual certos jovens masculinos são seduzidos para o crime, aparece às mulheres em forma de casas construídas, lojas abertas, casamentos bem sucedidos de mulheres que já migraram para o exterior ou através das falas sobre elas.

1.4. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES NA AMAZÔNIA

A nova migração feminina internacional da Amazônia, especialmente de periferias dos grandes centros urbanos como Belém, enquadra-se no contexto histórico de migração de mulheres na região. Ela tem várias formas e realidades que podem ser abordadas através de estudos de redes sociais, permeadas por relações de poder e num movimento que articula vários cantos no mundo na redefinição de papéis e posições, nem sempre libertadores.

Para analisar a migração internacional de mulheres na Amazônia, elas precisam ser visibilizadas na história contada da Amazônia, relacionando as com as “outras” histórias. Marina Silva (2008) apresentou sua construção da “condição” e identidade da mulher amazônica (referindo-se ao Acre), sem menção específica à origem das primeiras mulheres que vieram para a região na época da borracha. Relatou que no primeiro período da exploração da borracha houve a captura de

mulheres indígenas, o que logo foi seguido pelo tráfico de mulheres do Nordeste e do Sul do Brasil para viverem com os seringueiros, como prostitutas ou como companheiras. Esta convivência levou à constituição de famílias, que com a diversificação da produção agrícola aos poucos reorganizaram sua relação com o mercado e a região. Com o passar do tempo a crise na comercialização da borracha amazônica começou seu período clássico de migração do campo à cidade, como também de cidade para cidade, especificamente à periferia das cidades:

[...] lugar onde a condição humana amazônica, particularmente a feminina, enfrenta sua batalha decisiva. É onde se dá a exposição, fora do ventre protetor da floresta. Nessa situação, a mulher é a intimidade exposta. Antes lavava a roupa e fazia a comida do marido e dos filhos, agora "lava pra fora" e cozinha na casa dos outros. Na maioria das vezes, essa exposição acontece em condições miseráveis. A família constrói um barraco de um só cômodo em uma área inóspita e alagadiça, ocupando um terreno pequeno em que não pode plantar ou criar animais. Não há emprego para o homem, os idosos e as crianças adoecem, todos passam fome. Muitas vezes a família fragmenta-se e reagrupa-se de formas diferentes, com a presença de cunhados, primos e tios na mesma casa, ou seja, surgem novas combinações além da família nuclear típica. À mulher cabe, geralmente, o esforço para manter a família unida (SILVA, 2008, p. 2).

Manter a família unida pode significar lançar mão de migração de componentes da família, como mostra Andreatta (2007) no seu estudo sobre o impacto da imigração no sistema familiar. Pode implicar na própria migração da mulher como decisão tomada no âmbito familiar ou devido às relações familiares, pendulando entre um projeto individual ou familiar (MORALES, 2007), um fortalecer da rede familiar e comunitária ou uma tentativa de sair dela. As famílias ou membros das mesmas do interior do estado se deslocaram nesta lógica para cidades como Belém. A migração internacional de filhas destas famílias, porém, não parece se enquadrar nesta lógica estratégica de família.

A literatura sobre migração feminina identificou a importância da presença numérica das mulheres (PELLEGRINO, 2004) e a necessidade de estudar questões de gênero (PESSAR, 2005; CEPAL, 2006) para analisar a dinâmica migratória.

Gênero foi muito tempo entendido como o significado que pessoas dão para a realidade biológica de que há dois sexos. Butler (2008) chama a atenção para o fato de que este modelo, a despeito de retirar o *locus* de produção da identidade da essência biológica e situá-la na cultura, ainda pressupõe uma identidade definida,

estável, logo reforça aquilo que se propõe a superar. Para a autora é necessário repensar a noção de identidade definida, assumindo a concepção de identidade não estável, e, conseqüentemente, assumir que “o próprio sujeito – mulheres - não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2008, p. 18)

Butler (2008) questiona o conceito de gênero, afirmando a necessidade de ir além dele e além dos dualismos, como forma de entender o processo de construção de sujeitos.

Neste sentido parece não fazer mais sentido em definir o gênero como a interpretação cultural do sexo, já que sexo e gênero, sempre apareceram como categorias relacionadas, aludindo a um corpo que é interpretado culturalmente e as pessoas, sempre se constroem ou “só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero”, quer dizer, a pessoa sempre se constrói em conformidade com as condições e contextos nos quais se insere.

É essa matriz cultural (de heterossexualidade compulsória, no dizer de Butler, 2008) que confere inteligibilidade à identidade de gênero e faz com que certos tipos de identidades não possam existir ou sejam ininteligíveis. Segundo Butler (2008, p. 48): “aquelas cujos gêneros não decorrem do sexo e as práticas de desejo não decorrem nem do sexo, nem do gênero”, a exemplo dos travestis ou das lésbicas.

Neste sentido, a noção de “identidade de gênero” parece poder ser discutida dentro do debate sobre a produção de identidades, já que é impossível separá-la das dimensões políticas e culturais nas quais que se produz. Dessa forma, ser mulher não pode ser uma única identidade possível, seja porque nesta identidade podem caber processos diversos de negociação e de identificação (homo, hétero, bissexual, travestis etc.), seja porque diferentes contextos históricos ou experiências também podem produzir diversidades ou ainda, pelas interseções do gênero com as diversidades de raças, classes, etnias, nacionalidades etc.

Pesquisar a migração feminina não é, portanto, uma simples inclusão do variável “mulher” na pesquisa, mas levar para o centro da pesquisa análises sobre como relações de gênero influenciam na migração para mulheres e homens (PESSAR, 2001), ou seja, como identidades de gênero são produzidas no contexto de migração.

No Brasil foram principalmente os núcleos de estudo de gênero de universidades¹⁰ e o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios que, a partir de 2005, dedicaram-se a abordar as especificidades de gênero no contexto migratório. Os estudos sobre migração e gênero apresentados por estes núcleos enriqueceram o debate sobre migrações com a abordagem de gênero, porém não se referiram à região Amazônica.

Ao mesmo tempo, artigos que analisam dados demográficos referente ao Brasil e a Amazônia pecaram geralmente por ausência de informações agregadas por sexo, como observado, por exemplo, em Murinucci (2008) e em Baeninger (2008).

A produção acadêmica sobre migração contemporânea na Amazônia a partir de 2005 (quando mulher e gênero se tornaram objetos de estudos no campo de migração), geralmente não tratou a inserção do foco gênero e mulheres, com algumas exceções, como a pesquisa sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para Suriname (HAZEU; SILVA, 2008) que abordou o tráfico de mulheres dentro de fluxos migratórios e as relações de gênero que vulnerabilizam as mulheres a migração de alto risco. Sem mencionar as teorias de migração ela evidencia a importância do retorno, das redes migratórias, a desterritorialização e a dificuldade de reterritorializar.

Arouck (2001) pesquisou a migração brasileira para Guiana Francesa, mostrando como esta está vinculada às políticas econômicas e migratórias da França. Ele introduziu também a importância das redes migratórias que se estabeleceram no Brasil e entre Brasil e Guiana Francesa para organizar e perpetuar a migração brasileira para a Guiana Francesa, mesmo com as “atrações” diminuindo e os “obstáculos” aumentando. A complexa construção de identidade do migrante é discutida no lugar de destino e de origem, espaços ligados através dos migrantes, suas histórias, sonhos, imaginários etc. Sobre a mulher e as relações de gênero nesta realidade híbrida e contraditória há uma única menção, quando se fala da prostituição feminina.

Pode-se concluir que a migração feminina na Amazônia ainda se configura como uma realidade pouco abordada nas produções acadêmicas e nas análises

¹⁰ O Núcleo de Estudos de Gênero PAGU (2005, 2008) da Universidade Estadual de Campinas, a Universidade da Santa Catarina através de seus seminários Fazendo Gênero (2007) e revista Estudos Feministas (2007)

demográficas. Trata-se de uma invisibilidade dupla, tanto da Amazônia nos estudos que abordam gênero e migrações, quanto de um foco de gênero nos estudos sobre migrações na Amazônia. Quando a mulher migrante aparece, é como vítima de tráfico de mulheres ou relacionada à prostituição, realidade marcante, porém não única e nem isolada como fenômeno social próprio. Esta identificação quase automática entre a migração feminina, a prostituição e o tráfico de mulheres tem seus fundamentos ideológicos (como já mencionados na introdução), mas ao mesmo tempo refletem conflitos de gênero que permeiam a migração internacional (de mulheres) e a organização de gênero da migração. Precisa-se conhecer melhor a realidade migratória, principalmente os processos de sua organização e as relações sociais envolvidas para poder, tanto, contrapor-se à abordagem monolítica e ideológica da migração feminina como tráfico de mulheres para a prostituição, quanto poder intervir para que a migração feminina não seja dominada pela lógica do tráfico de mulheres.

Estudar redes migratórias contextualizadas, inserindo categorias de gênero, raça e classe e priorizando as representações de migrantes sobre a migração, pode levar a novos conhecimentos sobre a migração na Amazônia, processos de re-desterritorialização e a valorização dos sujeitos migratórios. Sujeitos migratórios que, como se viu, na Amazônia cada vez mais estão localizadas nas metrópoles, para onde fluxos migratórios têm levado muitas famílias do interior e de cidades menores e que hoje constituem um elo nas migrações internacionais da Amazônia.

A migração internacional de mulheres da periferia de Belém para o exterior pode ser contada como histórias individuais ou familiares, porém sua incidência e características chamam atenção para a sua lógica conjuntural e estrutural da ampla ocorrência nas periferias, influenciada pelas condições locais e internacionais, sociais, políticas, culturais e econômicas.

As diversas teorias sobre migração podem contribuir para entender a complexidade de forças e fatores que mediam esta migração internacional de mulheres; teorias que nascem no âmbito da sociologia, geografia e estudos culturais.

Primeiro, a migração internacional precisa ser abordada a partir de seus dois processos complementares, a emigração e a imigração, que articulam ao mesmo tempo lugares e pessoas diferentes, resultando em mudanças de identidades e das

realidades sociais nas sociedades e espaços vinculados pelo processo migratório, como aprofundou o sociólogo algeriano Sayad (2000).

A realidade no lugar de origem, neste caso as periferias de Belém, é profundamente influenciada pela experiência migratória, onde se vive com a ausência das pessoas que migraram, a possibilidade ou seu efetivo retorno e a comunicação e repasse de bens materiais e simbólicos entre quem migrou e quem ficou. O próprio migrante vive uma ambiguidade de estar entre dois lugares:

Ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente - efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá. (SAYAD, 2000, p. 20).

Uma situação que se estende também depois do retorno físico para o lugar de origem, que nunca é mais o mesmo lugar, pois:

[...] pode-se sempre voltar ao ponto de partida [...], de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação os lugares e os homens que se deixou, tal que se os deixou (SAYAD, 2000, p. 12).

A família que fica no lugar de origem vive o mesmo paradoxo, mesmo sem nunca ter migrado. Ela se reorganiza a partir da ausência e com a nova relação estabelecida com o exterior, de forma física (recursos financeiros), virtual (internet) e imaginário; toda família se torna parte da migração como explica Levy (apud Haesbaert, 2004, p. 238):

Pode se definir a mobilidade com a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como um conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.

Não se pode confundir a mobilidade de mulheres de classes mais pobres de Belém com a realidade das elites que vivem “uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade opcional” (HAESBAERT, 2004, p. 250). Para elas a migração é quase “compulsória, resultado da total falta de alternativas, de flexibilidade, em experiências múltiplas imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana” (HAESBAERT, 2004, p. 250). Importante ressaltar, porém, que a ideia de vivência de

multiterritorialidade pelas classes médias habita também o imaginário de classes populares e, ao mesmo tempo, as motivações e realidades migratórias vivenciadas pela classe média podem envolver elementos e situações que parecem próprios de classes populares.

Peixoto, sociólogo e estudioso de teorias migratórias, apresentou várias vertentes teóricas que tratam da migração que ajudam a entender por que os fluxos migratórios percorridos pelas mulheres não são aleatórios, pois:

[...] devem ser concebidos como resultados de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema como um conjunto de países ou regiões que alimentam fluxos migratórios importantes entre si, redes macro-regionais que unem uma região central a uma série de países emissores de migrantes e a interligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbio (político, comercial, cultural e econômico) (PEIXOTO, 2004, p. 27).

Teorias macro sociológicas explicam que em muitos casos não são os agentes individuais, mas as organizações e as instituições que decidem de fato os mapas migratórios (embora a decisão individual seja em última instância decisiva).

Estas teorias, segundo Peixoto (2004), enfatizam estruturas espaciais, sistemas mundo e sistemas migratórios, nas quais a consolidação de uma série de decisões econômicas de localização criam uma estrutura objetiva de atividades que condiciona o mapa de decisões migratórias dos agentes, ou seja, a geografia da produção representa a expressão espacial das relações sociais de produção, os condicionantes macros do comportamento migratório (como o desenvolvimento desigual do espaço devido à lógica de acumulação privada do capital, a concentração urbana das atividades produtivas, a fragmentação das atividades do capital e a hipermobilidade do capital).

A migração tem vinculado a região Amazônia há muito tempo a vários lugares no Brasil e no exterior. As escolhas das pessoas para migrarem ocorrem numa realidade amazônica na qual a disputa concreta pelo acesso e usufruto do território desterritorializam contingentes de pessoas ou asseguram uma territorialização precária, tanto no espaço urbano quanto no interior e nos países amazônicos vizinhos como o Suriname e a Guiana Francesa, ao mesmo tempo que os mercados e sociedades europeias têm mudado a demanda por trabalhadores imigrantes que, de fato, sejam temporários para setores com precárias condições de trabalho. Para

assegurar esta lógica, a legislação e as intervenções visam dificultar a permanência legal e a unificação familiar, enquanto o mercado de trabalho se reorganizou através de sub-contratações e alta rotatividade de trabalhadores nas empresas.

A Amazônia figura no mundo globalizado como fornecedor de matérias-primas e reservas minerais e naturais, disputados e explorados por forças econômicas extremamente globalizadas, como as empresas Vale do Rio Doce e Cargil. A presença do “exterior” na Amazônia é assim espalhada tanto no interior onde se exploram suas riquezas quanto nos centros urbanos onde se organizam o controle, a distribuição e as garantias políticas.

A população pobre da Amazônia vive neste contexto do grande capital e os projetos subsequentes de desenvolvimento com possibilidades temporárias de trabalho, desemprego seguinte, desapropriação de terras e migração em direção dos centros urbanos. A industrialização na região Norte se concentrou principalmente na cidade de Manaus enquanto as outras cidades se desenvolveram mais em torno de serviços públicos, poder público, comércio e transporte, o que não absorveu os fluxos migratórios e mão-de-obra disponível, provocando desemprego ou subemprego em escalas crescentes.

O sonho de se tornar funcionário público (pela garantia de permanência no emprego e salários melhores) só é realizável para poucos e em pequenas cidades não se garantem nem este direito por não se realizar concursos públicos. Para mulheres pobres sobram principalmente trabalhos como caixas de supermercado, empregadas domésticas, professoras de escolinhas, garçonetes etc. Para fugir da exploração por empregadores e poder se territorializar, algumas sonham com um negócio próprio autônomo, como pequena empresária, sonho que precisa, porém, de capital inicial.

Uma possibilidade de sair deste quadro de poucas oportunidades e territorialização precária se apresenta com a migração internacional. Neste contexto complexo as escolhas das pessoas para migrar não são totalmente racionais e ocorrem num mercado imperfeito, no qual a migrante atua com racionalidade limitada que advém da informação disponível das redes migratórias, que podem ser pensadas como um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras ou um conjunto de pessoas (PEIXOTO, 2004, p. 30).

Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações em rede mais importantes são as baseadas em parentesco, amizade e origem comum, as quais são reforçadas por uma interação regular em associações voluntárias (ASSIS, 2007, p. 752).

As redes desmentem, no entanto, as teorias explicativas gerais das migrações internacionais, pois, em lugar de estabelecerem “padrões globais” generalizados, separam as características dos fluxos segundo contextos históricos de atuação, ou condicionantes específicas de espaço e tempo (PEIXOTO, 2004, p. 28).

Lopes Junior (2002, p. 2), quando trata dos avanços nas teorias sobre migração a partir do debate entre Bourdieu e Sayad, afirma que:

A incorporação das análises de gênero e de redes sociais constitui-se em um movimento teórico importante no campo dos estudos de migração. A sua emergência e os seus desdobramentos impactam profundamente o desenvolvimento da sociologia da imigração.

Compreender que a migração ocorre em rede implica, portanto, mais do que interligações de informações e afinidade, pois as relações de poder que existem dentro da rede e como esta rede se relaciona com outras redes ajudam a explicar quem toma as decisões sobre a migração, as formas e as configurações concretas que a migração assume e como a migração muda ou reforça as relações de poder na rede.

Segundo Hita e Duccini (2008), uma vez que a concepção de redes sociais alia micro e macro-sociologia e a esfera global e local, que,

Do ponto de vista etnográfico, a observação in loco de redes de sociabilidades pode revelar, na experiência de pessoas pobres, estruturas mais gerais de funcionamento de uma metrópole em desenvolvimento (HITA; DUCCINI, 2008, p. 187).

A migração estudada trata de mulheres que migraram sozinhas para o exterior, sem família. Só depois de a mulher pioneira ter ido, outras mulheres da família seguiram o caminho. O fato de a pioneira viajar sem familiares não quer dizer que ela tomou sua decisão sozinha. A família sempre é referendada de alguma forma na organização da migração (mesmo quando não é consultada para a decisão

de migrar), além de outros atores (outras mulheres, homens estrangeiros, por exemplo) que interagem diretamente entre a origem e o destino do fluxo migratório.

Os mercados e as sociedades que demandam e são, de certa forma, acessíveis para as mulheres migrantes se organizam através de redes que dominam e controlam estes mercados, às vezes desde o lugar de origem, onde fazem o recrutamento, passam as informações das possibilidades, organizam e financiam a viagem. No lugar de destino estas redes estruturam a organização do trabalho nos diversos setores de mercado, definindo quem pode entrar e quem tem menos acesso. Muitas destas redes são compostas por brasileiros, têm articulação com redes de nacionais e controlam o acesso e a organização de certos mercados, como o garimpo, a limpeza de prédios ou a prostituição.

Há também novas redes de socialização, quase obrigatórias pela condição de imigrante:

[...] na medida em que todo indivíduo é em princípio membro de um grupo original e, em seguida, membro de vários outros grupos que se diria 'segundos', mas não necessariamente secundárias, sobretudo no caso da imigração, em que se é inevitavelmente membro, de certa maneira, da sociedade de imigração e de outros grupos ainda, entre os quais os grupos dos imigrantes (de mesma origem ou de origem diferente) (SAYAD, 2000, p. 13).

O conceito de redes, portanto, concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão de estrutura social entendida como estrutura de relações. Sasaki e Assis (2000) reforçam a importância da abordagem a partir de "redes migratórias" e falam do conceito de transnacionalidade, de pertencer ao espaço transnacional, ou seja, nem completamente ao novo espaço, nem à origem, mas ao espaço que se constitui na relação estabelecida entre os dois a partir da migração, "estar entre dois lugares". Esta abordagem ajuda perceber que a migração internacional não é um processo linear e restrita à mobilidade física de um lugar para outro, mas implica em mudanças diversas nos lugares conectados pela migração e as pessoas diretamente e indiretamente envolvidas, e, ainda mais, que significa a criação de uma relação transnacional que produz um novo espaço.

Os próprios processos de migração, segundo o teórico de estudos culturais, o jamaicano Hall (2009a), constroem novos arranjos culturais e identidades a partir da experiência migratória, que ganham significado a partir de suas histórias, mitos, experiências divididas, características e representações e esta reorganização das

peças nos espaços muda as peças e os espaços, num processo de des-reterritorialização. Os filósofos franceses Deleuze e Guatarri (1997, p. 198) afirmam que:

A desterritorialização [...] é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a desterritorialização nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo por formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual momento um “desterritorializado” e um “desterritorializante”.

Sayad (2000), como já se mencionou, aborda a migração através de processos de mudança de identidades e comunidades, sempre se referindo à totalidade do processo, na origem e no destino, vinculados pelo “retorno” para aquele lugar que na sua forma original deixou de existir quando alguém migra. Ou seja, não existe um verdadeiro retorno, nem para seu estado anterior como pessoa, nem para o grupo do qual partiu e nem para o espaço como deixou quando partiu, mas o imaginar desta possibilidade tem uma influência forte na produção de identidades.

Identidades culturais, segundo Hall (2009), estão sempre em produção, inclusive pela realidade vivenciada pelos migrantes e no encontro entre diferentes culturas, nas sociedades donde saem e onde se inserem, nas leituras e releituras, ou seja, como explica Truzzi (2008, p. 212): “A própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes”.

A identidade da migrante no âmbito internacional tem na nacionalidade um componente estruturante, pois só pode existir no cenário internacional como membro de uma nação. “Todas as formas de pensamento comuns à nostalgia, em última análise, são formas de pensamento do Estado, e o Estado se pensa a pensar imigração” (SAYAD, 2000, p. 13). E é na lógica política dos Estados nacionais, que a imigrante ganha uma nova identidade, não só referente a sua origem coletiva, como membro de uma nação, mas como pessoa que chega numa nação que não a considera como da nação e cidadã plena.

Sendo o político monopólio exclusivo do nacional, o imigrante, como não-nacional, é dele excluído, é excluído de direito; mas o emigrante que ele também é, é excluído de fato enquanto é um nacional ausente do político (SAYAD, 1998, p. 269).

Esta condição de não-nacional, de imigrante, ameaça, segundo Sayad (1998), por sua própria existência, a ordem política pautada na soberania e lógica do Estado-nação, que não consegue integrar e interpretar esta existência segundo a sua própria lógica. Conflitos, disputas e competição pelo poder político só são, nela, admitidas entre nacionais nativos. Portanto, o imigrante será sempre excluído pela lógica necessária de organização dos Estados-nações:

É porque só existem, no limite, dois modos de existir no seio de um conjunto nacional: um modo legítimo, que é dos nacionais e um modo ilegítimo em si que é aquele dos imigrantes (SAYAD, 1998, p. 280).

Ser imigrante significa que a pessoa migrante precisa produzir sua identidade neste campo de negação de sua presença legítima, justificando-se e se dando lugar no país de destino, na história e na organização daquele país.

A razão que lhe serve de alibi é o trabalho, é a razão de ser do imigrante: “Na falta deste motivo estaria confinado ao absurdo aos olhos da razão nacional, pois a presença imigrante não poderia conter em si mesma seu próprio fim” (SAYAD, 2000, p. 21).

Uma vez que a migração tem a ver com as pessoas e com as condições sociais, econômicas, culturais, políticas, climatológicas etc. no lugar de origem e no lugar de destino, ela traz consigo processos permanentes de articulação, conexão e mudança entre as pessoas e os lugares nos vários polos de migração. Sair de um lugar implica em levar lembranças, costumes, memórias e imagens que no lugar de destino se transformam em contato com o novo lugar e nele ganham algum significado novo, às vezes traduzido em nostalgia e saudades. Uma vez que o tempo passa, tudo continua, num processo de mudança, se influenciando, desde a identidade pessoal até as relações internacionais entre países.

No contexto das mudanças no mundo globalizado, tanto políticas, econômicas e culturais quanto especificamente na área de tecnologia, transporte e comunicação, precisa-se entender a migração a partir de localidades articuladas globalmente num processo dinâmico. As identidades e os espaços se transformam através da vivência articulada de todos os envolvidos. Esta realidade pode ser estudada dentro da marca teórica da migração transnacional ou da multiterritorialidade, que parecem se complementar teoricamente.

A multiterritorialidade se refere à experiência de vivenciar vários territórios concomitantemente ou em seguida, em decorrer de possibilidades de acesso, mobilidade e relação espaço e tempo:

Há portanto as diferentes representações do espaço referidas à nossa mobilidade mais restrita, cotidiana (a nível de bairro, cidade, deslocamentos de fim de semana); as configurações espaciais não-coincidentes das redes das quais dependemos (redes administrativas, de comercialização, de influência urbana, financeiras); e as representações espaciais de mais ampla escala, veiculadas pela mídia e pelo turismo, e que frequentemente abarcam o globo no seu conjunto (HAESBAERT, 2005, p. 6785).

Ou seja, como Haesbaert explica, com o acesso e a existência de modernas tecnologias de comunicação e informação há a possibilidade de tecer próprios territórios-redes e assim possibilitar vivenciar uma multiterritorialidade, não somente através de deslocamentos físicos, mas também interagindo à distância e assim integrando outros territórios.

A multiterritorialidade que se vivência de forma física e concreta através da migração implica em considerar identidades e lugares profundamente afetados por este processo:

A efetiva multiterritorialidade seria uma experiência profundamente inovadora a partir da compressão espaço-temporal a evidência de que hoje não temos mais espaços fechados e identidades homogêneas e “autênticas”. Nossas vidas estão impregnadas com influências provenientes de inúmeros outros espaços e escalas. A própria “singularidade” dos lugares (e dos territórios) advém sobretudo de uma específica *combinação* de influências diversas, que podem ser provenientes das mais diversas partes do mundo (HAESBAERT, 2005, p. 6790).

A vivência da multiterritorialidade através da migração internacional pode de alguma forma ser exemplificada com a ideia de transnacionalidade. Glick-Schiller, Basch e Szanton-Blanc, que pesquisam a migração transnacional há duas décadas, concluíram que um conjunto significativo e crescente de imigrantes constituía-se como “transmigrantes”, isto é, gente que vive suas vidas em dois ou mais países simultaneamente (GLICK-SCHILLER; BASCH; SZANTON-BLANC, 1998). Migração transnacional é por eles defenida como:

The process by which immigrants forge and sustain simultaneous multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. In identifying a new process of migration, scholars of transnational migration emphasize the ongoing and continuing ways in which current-day immigrants construct and

reconstitute their simultaneous embeddedness in more than one society (GLICK-SCHILLER et al., 1995, p. 48).

Schiller (2000) chama atenção que os estados de origem, inclusive o Brasil, têm se empenhado em reforçar a nacionalidade e o pertencimento originários para os transmigrantes, numa tentativa de envolver seus projetos de migração em projetos do Estado nação. Nesta tentativa procura-se criar uma identidade de nacionais através de uma história de pertencimento enraizada em laços sanguíneos ou familiares e assim reivindicando sua contribuição para a nação. Neste sentido, o transnacionalismo seria uma forma de nacionalismo à distância, como um projeto do Estado nação (GLICK-SCHILLER, 2000). Desta forma, o projeto do estado de origem se fundamentaria na divisão excludente entre imigrante e nacional nos países de destino, reforçando a nacionalidade de origem, de pertencer ao estado de origem.

Porém, pode-se também imaginar que a vivência em vários lugares influencia de tal forma na produção de identidade e dos atos consequentes que não se sente pertencer ou dever a um único estado, mas começa a se sentir na posição de construir novas opções, de pertencer a dois estados, a nenhum estado específico, parcialmente a cada um etc. Esta possibilidade abre um campo de novas negociações de identidades, de ocupação de espaços e de ação política.

A vivência transnacional não se restringe ao migrante, nem se limita a experiência direta de migração, uma vez que pessoas que migraram mantêm contatos com outras que não migraram. Não há uma única forma de vivenciar a transnacionalidade e os processos de identificação e de pertencimento dependem de inúmeros fatores:

Los individuos que viven en campos sociales transnacionales combinan formas de estar con formas de pertenecer de diferentes maneras, en diferentes contextos y en diferentes momentos. Una persona puede tener numerosos contactos sociales con gente en su país de origen, pero no identificarse en absoluto con una pertenencia a su tierra natal (homeland). Viven en campos sociales transnacionales y están involucrados en formas de estar transnacionales, pero no están comprometidos con formas de pertenecer, ni identificados activamente con una comunidad que trasciende fronteras (LEVITT, 2010, p. 19).

Pesquisando a migração internacional de mulheres de periferias de Belém, a vivência transnacional se apresentou como uma realidade muito presente e parece configurar-se uma ferramenta teórica que pode ajudar entender melhor sua dinâmica e significado, conforme Parella e Cavalcanti (2010, p. 93):

Situar el foco en las familias insertas en circuitos transnacionales permite explorar y delimitar las articulaciones entre lo macro y lo micro, entre la esfera productiva y la esfera reproductiva. El uso de la lente transnacional para el análisis de las familias migrantes revela su naturaleza cambiante como unidad estratégica socioeconómica; de modo que los vínculos familiares - tanto los económicos como los que tienen que ver con la reproducción social -, son reelaborados y reacomodados a lo largo del tiempo y del espacio.

Seguindo a trajetória de migração das mulheres nos próximos capítulos desta dissertação, estas abordagens teóricas vão poder mostrar sua aplicabilidade e limitações, ajudar a entender os processos e contextos nesta realidade migratória e iluminar as mudanças que a migração internacional de mulheres da periferia provoca.

2 ANTES DE MIGRAR: VIVENDO EM BELÉM

A migração compreende vários momentos e espaços conectados (aqui-lá-aqui) e as mudanças que ocorrem precisam ser vistas pelo menos nos dois espaços, o de “lá” e o de “aqui”. A percepção de tempo inclui, pelo menos, o antes de migrar, a permanência no exterior e o processo de retorno.

Estudar a migração internacional de mulheres das periferias de Belém poderia começar com a organização de sua saída das localidades em que todas elas viveram como seu espaço de origem no mesmo período histórico. Poder-se-ia dizer que o ponto geográfico de partida seria o mesmo, se não fosse que nenhuma mulher vive este espaço da mesma forma e nenhuma família se configura e organiza do mesmo jeito, ou seja, o espaço vivenciado é diversificado.

A vivência no lugar e no momento antes de migrar pode ser abordada a partir de processos de (des)territorialização das mulheres que depois decidiram migrar e avançaram num processo que Haesbaert (2004) indica como multiterritorialidade. O território aqui se entende como um espaço objeto de disputas de poder e de apropriação, como também como um espaço com um poder simbólico que se traduz no sentimento de pertencimento.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Para as mulheres migrantes e suas famílias das periferias de Belém o território como abrigo, onde podem morar num lugar que se considera delas e onde sua sobrevivência é garantida se configura como primeiro desafio.

Seu (limitado) domínio sobre o espaço depende em parte da organização da sua rede familiar e organização comunitária que poderiam assegurar acesso a recursos e possibilidades de sobrevivência.

A territorialização primária das mulheres migrantes começou com o sentimento de pertencer a uma família, com a figura da mãe da mulher migrante como aquela que define e delimita o seu espaço de referência. É basicamente onde ela está e o espaço que ela influencia que é considerado como território familiar (em disputa). Outras relações afetivas, que vinculam suas redes familiares a outras redes

através de casamentos, amigamentos e construção de novas famílias que poderiam contribuir ao sentimento de pertencer, muitas vezes se mostraram ser um dos motivos de pensar em migrar.

A ocupação física do território se materializa em casas para moradia. Justamente esta forma de territorialização e produção do espaço é um processo precário, é a base da ocupação e produção das periferias, onde as moradias estruturam a organização espacial e social e o lar como referência espacial por excelência.

Mudar de uma realidade interiorana para uma realidade urbana significou para as famílias participar de processos de produção e trabalho no contexto urbano, ou seja, tornar-se trabalhadores urbanos e modernos. Educação e formação profissional começaram a fazer parte de uma concepção e projeto necessário para poder participar desta vida e do mercado de trabalho urbano.

A percepção de pertencer, de territorializar no seu sentido simbólico, também se relaciona com o acesso a serviços públicos, de se perceber como cidadã ou cidadão de direitos. Neste sentido o acesso ou não acesso a serviços de saúde apresentou para algumas das pessoas entrevistadas um fator de se sentir territorializadas ou não.

A sensação de segurança ou insegurança no espaço vivenciado, tanto dentro de casa quanto na rua influenciou no sentimento de pertencer e a possibilidade de se apropriar deste espaço. Contaram que na Europa e no Suriname elas se sentem ou sentiram mais seguras na rua e vivem menos a sensação de insegurança. Porém, reconheceram que a violência se espalha sobre o mundo e falaram que em termos de violência doméstica não perceberam diferença entre o Brasil e o exterior, até se referem à lei Maria da Penha para dizer que se sentiram mais protegidas no Brasil.

2.1 AS FAMÍLIAS DE MULHERES MIGRANTES

Antes de migrar as mulheres migrantes tiveram sua história atrelada a sua vivência familiar, que se constitui como primeira referência de identidade e de possibilidades de organização de vida. Esta família depois se transformou e ocupou

um novo lugar na vida da mulher migrante com a experiência migratória de um de seus membros.

Considera-se nesta dissertação a família:

La familia generalmente se define tanto en términos del tipo de relaciones y las conexiones que rodean a la institución (el grupo doméstico o el hogar, la familia cercana que no necesariamente reside junta, y la red más amplia o la genealogía de parentesco más en profundidad) o en términos de sus funciones (la regulación de la socialización, sexualidad, trabajo e consumo). Además, dentro de la teoría feminista, la familia ha sido conceptualizada como una unidad de reproducción y de transmisión cultural en cuanto al género, o un espacio para relaciones sociales de género (SORENSEN, 2000, p. 262).

Tentar caracterizar as famílias pesquisadas é um desafio diante da riqueza de fatores que as identificam, diferenciam ou assemelham. Essa categorização é indispensável para poder acompanhar suas trajetórias e processos de produção de identidade e do espaço, dos processos de des-re-territorialização e vivência de multiterritorialidades ao longo das experiências e vivências migratórias. Neste sentido, tratam-se neste capítulo da origem a composição familiar das mulheres migrantes e a divisão dos papéis na família para uma primeira identificação das famílias.

As 27 mulheres migrantes pioneiras nesta pesquisa moravam todas na periferia de Belém: no distrito de Icoaraci ou no bairro do Guamá. Quando migraram tinham entre 16 e 30 anos, a maioria morava na casa da sua mãe, algumas em casa alugada ou com amigas. Nenhuma mulher teve acesso ao ensino superior, apesar de duas ter tentado passar no vestibular. Oito mulheres concluíram o ensino médio enquanto as outras 19 não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio. Sete mulheres migraram ainda sem ter filhos enquanto as outras 21 deixaram um ou mais filhos quando migraram.

A maioria das famílias das mulheres migrantes tem uma origem interiorana paraense, com destaque para a origem “próxima” a capital paraense (Nordeste Paraense e Marajó), conforme a Tabela 3 e o Mapa 2.

Somente os pais de duas mulheres migrantes nasceram em Belém, enquanto os outros nasceram em municípios do Nordeste Paraense, na ilha do Marajó, no Baixo Amazonas e dois vêm de outros estados vizinhos (Amapá e Ceará).

Elas trouxeram em sua recente história uma experiência viva de migração do interior do estado do Pará para a capital e da ocupação de espaço nas periferias da cidade. Largaram a vida no interior, nas pequenas cidades e no campo, onde viveram da agricultura, de pesca ou de comércio e viajaram para a grande cidade com toda família em busca de melhorias, entretanto nesse local precisaram ocupar espaços periféricos e precários. Os pais das mulheres migrantes vieram de três maneiras do interior para a cidade:

1. Com a família toda do interior, já com filhos e filhas, ainda pequenos, nascidos lá.

2. A mãe sozinha que constituiu uma família na cidade.

3. Primeiro os próprios filhos antes que seus pais viessem morar na cidade

Quando havia algum familiar ou conhecido que já morava na cidade, este servia como referência de chegada e primeira moradia, acomodando-se de forma precária nos poucos cômodos das casas, também já periféricas. Algumas mulheres expressaram como esta migração como família se realizou:

O meu tio ele comprou isso aqui e ele deu pra cada filho. O primeiro lá da frente casou, separou e alugou o quarto, aí veio o outro filho dele que é casado e ficou com a casa e tem duas partes do terreno. Outra parte é de um primo meu. A terceira casa ele também comprou e ficou e aluga a casa. Aí tem essa casa azul aqui que é um primo, tipo um tio da gente já de segundo grau (informação verbal)¹¹ (irmã da Rafaela).

Vimos com a minha mãe, porque quando meu avô morreu as coisas foram se acabando de certa forma. Minha vó juntou já os filhos, os genros e o meu tio mais velho e veio botar comércio em Belém. Ficou lá a casa e o que eles chamavam de criação que eram os animais. Depois foi se perdendo tudo (Irmã da Lena).

Vimos todos juntos, sobrinhos, filhos da minha irmã que minha mãe criou para morar em Icoaraci com a minha vó, depois alugamos casa (Loeci).

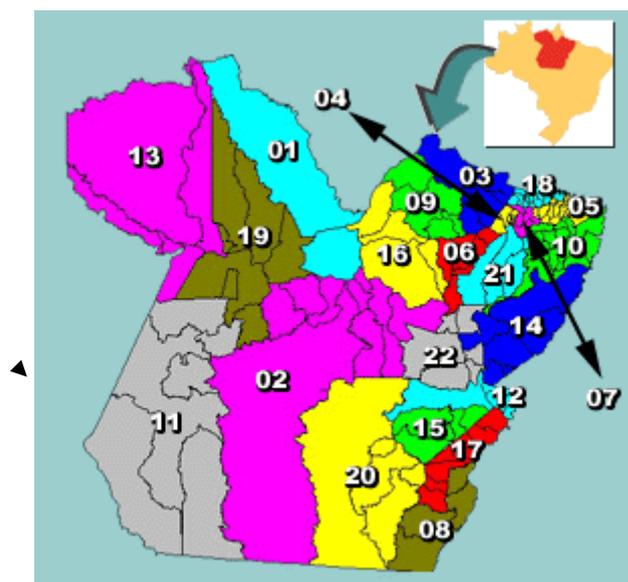
¹¹ As informações verbais - citações de entrevistas realizadas para esta dissertação em 2010 - serão, a partir deste momento identificado pela nome fictício atribuído a cada entrevista e a citação será destacada em itálica.

Tabela 3 - Lugares de origem dos pais das mulheres migrantes

Municípios paraenses de origem	Quantidade de pais originários	Código da microrregião paraense conforme figura 1
Abaetetuba	6	6
Acará	1	21
Alenquer	1	19
Ananindeua	1	4
Baião	1	6
Barcarena	2	4
Belém	4	4
Bragança	1	5
Breves	2	9
Cairu (Ponta de Pedras)	2	3
Cametá	2	6
Capitão Poço	1	10
Colares	1	18
Curuça	1	18
Igarapé Mirim	2	6
Maparani	4	18
Óbidos	1	13
Santo Antônio do Tauá	1	7
São Domingos de Capim	2	10
São Miguel do Guamá	2	10
Vigia	2	18
Municípios de outros estados	2	
Sem informação	11	
TOTAL	54	

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

Figura 1 - Estado do Pará e as microrregiões onde vieram os pais das mulheres migrantes



Fonte: Citybrazil (2010)

Nem sempre a família toda migrou para a cidade. Às vezes a mãe da mulher migrante veio sozinha para a cidade, solteira e jovem, parecendo ser precursoras dos futuros passos de sua filha, nos quais a periferia de Belém que se configurava como destino da mãe se tornará a origem da sua filha para a migração internacional:

Eu nasci no interior. Meus pais trabalhavam na roça e lá tinha até a quarta série primária. Eu estudei até a quarta série e como não tinha mais como estudar a minha mãe me botou pra cá pra Belém. Fui trabalhar, morar em casa de família com uns onze anos. Eu fiquei morando em casa de família e quando não dava certo numa eu ia pra outra. Quando eu tava com 19 anos eu conheci meu marido. Namorei com ele uns quatro meses e casei, já grávida com dois meses. Casei tive cinco filhos e tive que parar de estudar (Mãe da Daiane e Daíara).

Nestes casos a mãe das mulheres migrantes veio sozinha para trabalhar na cidade como doméstica em casa de família, às vezes ainda criança, às vezes adolescente ou jovem. Elas conseguiram um lugar próprio a partir de um casamento, o que significou um espaço físico (casa) e social (casada) que garantiu um papel mais reconhecido e respeitado na cidade.

Em um caso alguns dos filhos migraram primeiro para Belém, sem os pais:

Ele (irmão) alugou uma casa pra eu morar com ele. Ele fazia faculdade aqui mas dava aula no interior. Aqui ele só mantinha a gente pra estudar. Infelizmente eu não passei no vestibular, nem minha irmã. Ela voltou e eu continuei morando aqui. Eu queria pelo menos arrumar um emprego. Trabalhei um ano quando pintou essa viagem pra lá, me convidaram (Abigail).

Uma vez que ela se estabilizou no Guamá, depois de várias idas e voltas para Suriname e a Holanda, ela trouxe seus pais e outros familiares para morar com ela no Guamá, porém os pais preferiram voltar para o interior

Algumas mulheres não sabem identificar donde vieram seus pais, porque foram adotadas e não conheceram a história familiar de seus pais adotivos e de seus pais biológicos. Para elas sua história começa na cidade, sem memória anterior e a sua mãe adotiva se torna o início de “família”.

As mulheres migrantes vêm muitas vezes de famílias numerosas. Na construção das árvores genealógicas elas apresentaram (quem elas consideram) seus irmãos (inclusive os adotivos), conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Número de irmãos da mulher migrante por família pesquisada

Número de irmãos	02	03	04	05	06	07	Mais que 07	Total
Famílias com o número de irmãos acima posto	2	2	3	6	3	3	2(8), 3(9), 1(11) 1(12)	26
Número de irmãs	4	3	8	19	13	14	38	99
Número de Irmãos		3	4	11	5	7	28	57

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

São famílias extensas, sendo 22 famílias com quatro ou mais irmãs e irmãos, destas até sete famílias com oito ou mais irmãs e irmãos. São famílias onde a presença de mulheres (irmãs) predomina: 63% mulheres/irmãs contra 37% homens/irmãos e não há nenhuma filha única entre as migrantes.

Este tamanho de famílias reflete, de um lado, sua origem interiorana, na qual famílias grandes eram comuns e de certa forma adequada à dinâmica de produção e organização familiar naqueles lugares e naquela época (anos 1960 e 1970) quando a ocupação da Amazônia por colonos era estimulada e se precisava de muitas mãos para roças, plantar, colher e ainda contribuir na abertura de estradas. Expulsas do interior ou com perspectivas limitadas de melhoria de vida, elas vieram para a cidade em busca de melhores oportunidades para a família em termos de educação, saúde e atraídas pela vida moderna cosmopolita. Famílias inteiras migraram (às vezes em etapas) para a cidade onde construíram ou ocuparam casas nas periferias da cidade. No contexto urbano famílias numerosas não significavam vantagens, mas principalmente despesas e falta de espaço de moradia adequada. Ou seja, estruturas e composições de famílias rurais num espaço urbano precário.

As mães carregaram as maiores responsabilidades, às vezes divididas com suas próprias mães, alguma irmã ou tia, pois, como se observou, em muitas famílias (em 18 das 27 pesquisadas) o pai não fazia parte da vida familiar da mulher migrante e não residia junto com ela e seus irmãos.

A percepção de pertencer a uma família por parte das mulheres migrantes implica na sua concepção de quem faz parte da sua família. Quando era criada pela avó, os tios (irmãos da mãe ou pai) se tornaram “irmãos”, os filhos que o pai teve com outras mulheres do que sua mãe nem sempre são considerados irmãos, ou, ao

contrário, todos os filhos de vários relacionamentos de seu pai e de sua mãe são lembrados como irmãos.

Eu considero os meus tios como irmão né, porque eu fui criada com a minha vó Os irmãos do meu pai, são os meus tios que são os meus irmãos (Nádia).

Tenho uma irmã por parte de pai em outro casamento e 2 casais de irmãos da parte de minha mãe também com outro casamento e tenho 2 irmãs da mesma mãe e pai (Selma).

Mora eu e meus pais e um sobrinho que a gente criou desde 15 dias. Quando ele nasceu a gente pegou amor nele. Criamos ele pra gente e com o passar do tempo a gente já não queria que ele fosse embora. Depois de um tempo pra cá ele chama de irmã pra gente e mãe pra minha mãe (Irmã da Rafaela).

Pode-se dizer que a família que é considerada como tal é referendada a partir da figura da mãe, biológica ou não, aquela que se responsabilizou em cuidar da mulher migrante, quando nasceu ou no decorrer da vida. Quando há uma casa ou terreno como bem, a mulher migrante sabe quem teria direito à herança e, quem, portanto, legalmente faz parte da unidade familiar. Além da figura de mãe, a ideia da família envolve ainda filhos e filhas, netos e netas, sobrinhos e sobrinhas, convivendo sob a autoridade da mãe e com os cuidados divididos entre quem se considera família. Mais que vínculos consanguíneos ou definições legais, a família parece se definir pelos cuidados e responsabilidades assumidas e percebidas a partir da figura da mãe.

A responsabilidade pela criação das mulheres migrantes foi predominantemente feminina, com pouca presença concreta do pai, sendo que 15 mulheres migrantes foram criadas por mães separadas, três por tias e duas por avós. Somente em sete situações o pai (junto com a mãe) esteve presente. Nenhuma das mulheres foi criada somente pelo pai.

Mesmo quando o pai estava presente na estrutura familiar, ele foi pouco considerado como pessoa de referência ou com algum poder de decisão:

Ele (pai) não é assim, quando elas querem fazer alguma coisa ele não é muito de se meter. Eu já sou mais assim de chegar e conversar. Se ele quiser fazer isso ele deixa minha mãe fazer” (Mãe da Daiane e Daiara).

A gente nunca foi assim pro lado do pai.. Eu amo muito o pai que eu tenho só que ele é mais desligado. A gente chega mais com a mamãe (irmã da Rafaela).

Três fatores parecem pesar nesta “ausência” da figura do pai nas famílias. Em primeiro lugar as periferias de Belém se inserem numa cultura com características de relações patriarcais e de dominação masculina. Um segundo elemento pode ser identificado na história da ocupação da Amazônia, que levou a uma organização do mercado de trabalho através de movimentos migratórios masculinos para trabalhos temporários no interior da Amazônia (garimpo, construção, fazendas). Pelo tempo de afastamento e pelas difíceis condições isto significa separações e nenhum contato. Em terceiro lugar precisa se localizar as famílias nas periferias de Belém numa realidade urbana contemporânea onde se pode falar numa crise referente ao papel do homem na sociedade e família contemporânea:

O homem da classe trabalhadora vai perdendo sua autoridade interna e função de provedor, ao mesmo tempo em que se dá um fortalecimento dos laços matrifocais. A abordagem privilegia assim a centralidade da mulher e das relações com sua rede de parentesco em detrimento do modelo tradicional de família, onde o homem é o centro e sujeito representante da autoridade máxima. O homem perde toda sua força, não é ninguém no mundo da casa ("o terreiro onde o galo não canta"), e não é ninguém no mundo da rua, (um explorado no sistema e mercado de trabalho), fica deslocado do seu papel central de provedor que lhe outorga autoridade. Resta-lhe ficar vagando na rua e nos bares, é um "jogado fora" pela sociedade (HITA, 1997).

Na história da migração (antes, durante e, às vezes, depois), a mãe da migrante é a pessoa âncora da territorialização em Belém. Mais do que um lugar físico, o território se definiu a partir do “lugar da mãe ou avô”, referência de “elo da família”, independente se os filhos sempre foram criados por ela ou não. O território é ocupado e assumido através do grau da territorialização da mãe/avô e de sua presença na família, no sentido de pertencer (sentido subjetivo), de sobrevivência e de constituir certo poder sobre o território (sentido político).

Gisele, por exemplo, não conseguiu se territorializar na cidade, uma vez que não havia uma relação com sua mãe de construção deste lugar. Ela morou de favor ou de aluguel com amigas.

Quando Nádia perdeu sua mãe/avô que organizava e cuidava de todos e todas, filhos e netos, ela parece ter perdido sua relação com o território e passa a

viver um processo de insegurança, precisando dividir a “herança” com os filhos legítimos, adotados, netos e netas, sem se sentir no direito de ter e estar.

Valda, que migrou com dois irmãos para a Bélgica, tem na mãe uma matriarca que no Guamá e em outros bairros cuida dos imóveis e cuja vila de quitnetes é uma forte referência de território, de ser e ter algo na cidade.

Percebem-se várias situações nas quais a moradia da família se organizava como uma comunidade dentro do bairro, com várias casas aglomeradas, concentrando a família e, ao mesmo tempo, vários membros da família morando sobre o mesmo teto. A vivência familiar não se organiza, portanto, num lar, mas em vários lares, sendo a casa onde a mãe vive, muitas vezes com alguns dos seus filhos, a referência principal. A perspectiva que ela pode morrer e assim sua morte desencadear numa disputa entre os herdeiros e os moradores foi citado por vários familiares que se encontraram morando deste jeito.

A morte da mãe de três mulheres migrantes desfez de fato esta forma de organização da moradia e de territorialização e conseqüentemente a forma de convivência familiar; todos se espalharam para outros lugares. Às vezes uma irmã que não migrou assume o papel aglutinador que era antes da mãe. Em outra situação a mulher migrante que voltou ou aquela que ainda mora no exterior organizam a família a partir da administração de seus imóveis.

A impressão que a organização das famílias em geral deixou é de uma certa informalidade e flexibilidade para com os cuidados dos filhos, confiando mais no conjunto da família (irmãs, irmãos, tios, tias, avôs, mães) do que dentro de uma estrutura claramente definida e papéis divididos. É assim que os filhos das mulheres migrantes também começaram a se inserir nas famílias.

A relação entre os filhos das mulheres que migraram e a família tem várias configurações e foge da ideia de família nuclear e a mãe como (única) responsável pela criação e pela educação dos filhos. A organização dos cuidados e da educação dos filhos é organizada e re-organizada já antes da decisão ou consideração da possibilidade de migrar e se reorganiza também no decorrer da própria migração.

As mulheres migrantes pioneiras, antes de migrar (pela primeira vez) tiveram poucos filhos (em média 1,4 filhos por mulher; 85% das mulheres com dois ou menos filhos), principalmente comparado com o número de filhos que seus pais

tiveram (em média seis filhos por família; 85% das famílias com cinco ou mais filhos), conforme tabela 5.

Tabela 5 - Número de filhos de cada mulher migrante antes de migrar e número de filhos dos pais das migrantes

	0 filhos	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 filhos	7 filhos	8 filhos	Mais que 8 filhos
Mulheres migrantes	6	11	5	3	1					
Pais das migrantes				2	2	3	6	3	3	7

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

Seis mulheres não tinham filhos quando migraram, o que quer dizer que sua justificativa de se ausentar do lugar de origem, de alguma forma exigida quando emigra, como argumenta Sayad (2000), não pode recair sobre as necessidades de seus filhos, sendo, neste caso, substituída por uma busca de ajuda para sua família, e veladamente por projetos pessoais de busca de realizações.

Para as outras migrantes que já tiveram filhos destacaram-se três pessoas na divisão ou transferência da responsabilidade direta de criar os filhos: o pai biológico ou sua família, a avó materna (ou seja, a mãe da mulher migrante) ou uma irmã. Muitas vezes a maternidade já era um projeto dividido com outros familiares e não assumida como a principal ou única vocação da maioria das mulheres pioneiras antes de pensar ou organizar a migração.

Uma mulher entregou um filho para sua irmã criar como se fosse mãe, enquanto sua mãe cuidava de outros dois filhos. Ela não o queria, pois foi fruto de uma relação não desejada:

O filho que tive de uma relação não desejada eu dei para minha irmã que a cria e a considera como filha. Quando me separei, meu filho ficou com o pai dele e minha filha veio comigo morar com minha mãe (Dolores).

As irmãs apareceram várias vezes como quem cuidam de filhos de outros na família, como explicou uma irmã:

Fui eu que criei ele (filho da sua irmã que migrou). Depois que eu arranjei marido eu sai de casa e ele veio comigo, ficou morando comigo. Duas outras sobrinhas vieram depois morar comigo porque sua mãe fugiu com outra mulher (Irmã da Gabriela).

Uma parte das mulheres envolveu seus próprios pais (principalmente sua mãe) com os cuidados e as responsabilidades com os filhos, situação que elas mesmas, muitas vezes, têm experimentado durante algum momento de sua infância e adolescência:

Até meus 18 anos eu morei na casa da minha mãe. Eu saí de casa da minha mãe porque minha mãe era um pouco impossível, a gente não se entedia muito bem. Meu filho já ficava com ela (Gisele).

A responsabilização do pai das crianças ou a família dele é algo que se repete em várias histórias de mulheres entrevistadas. A consciência da necessidade de partilha e de chamar pela obrigação de sustentar os filhos parece uma postura pró-ativa, tanto na produção da identidade do pai, quanto na afirmação de sua independência e de poder de decisão. Esta “divisão” de responsabilidades se deu de diferentes formas, sem ou com planos de migrar:

Quando ela tinha dois meses de nascida eu a entreguei para a família do pai dela. O que foi que eu fiz, optei para entregar para o pai: ‘você vai tomar conta da sua filha’ (Gisele).

Minha prima era daquela que bate o pé: eu vou, eu vou! Tanto que ela largou a filha. A minha tia que pegou a filha e entregou para o pai criar (Prima da Cacilda).

Não, meu filho ficou aqui com o pai dele, às vezes com a minha mãe e com a minha irmã. Até hoje ele mora com o pai dele. (Dafne).

Uma filha dela mora comigo e tem mais dois que moram com o pai desde que se separaram (Irmã da Bárbara).

O meu filho já não morava comigo quando viajei. Eu já tinha dado ele prá passar pelo menos um ano na casa da mãe do pai dele, porque eu estava desempregada (Barbie).

Além das avós e dos avôs maternos (pais das mulheres migrantes), o pai biológico (ou a mãe dele) das filhas foi explicitamente envolvido para o cuidado de seus filhos, para assumir seus filhos, às vezes antes de decidir viajar, às vezes na véspera da viagem. Elas deixaram claro que no seu entendimento a responsabilidade de cuidar dos filhos não era exclusivamente da mãe, ou nem necessariamente da mãe. Elas mostraram poder tomar atitudes concretas de, além de envolver outros familiares, entregar os filhos aos pais biológicos e sua família,

para o bem dos filhos, para seus próprios projetos de vida e/ou como “estação” temporária (pelo menos, como era pensado antes de migrar) para poder assumir futuramente novamente seus filhos. Esta atitude nem sempre é considerada nos estudos sobre migração, porém, não é estranha à vivência de famílias na América Latina, como ilustra Wagner quando trata da migração no Equador:

El hecho de hijos crecer con otros familiares no es algo que recién se inicia con la migración, sino que ya antes obedecía a patrones culturales y experiencias que le permitieron a la madre ver en ello algo normal y no necesariamente traumatizante para sus hijos (WAGNER, 2008, p. 329).

Enquanto na criação das mulheres migrantes o seu próprio pai, muitas vezes, se fazia ausente, mulheres migrantes chamaram o pai de seus filhos para assumir, se não todos, pelo menos alguns dos seus filhos. O projeto de maternidade tradicional, portanto, não necessariamente direcionou ou determinou seus atos e projetos. Isto parece importante para relativizar as afirmações que as mulheres migram essencialmente em função de seus filhos.

Para contrapor a esta ideia, há também mulheres que nem contaram ao pai biológico que estavam grávidas e tiveram filhos, ou quando contaram estes não quiseram saber de nenhuma responsabilidade.

Quando eu engravidei dele eu tinha 17 anos e eu tive minha filha ainda com 17 anos. Ele foi morar pra Bahia, então quando ele foi ele não sabia que eu tava grávida (Aci).

Ela só namorou com o pai do filho dela numa viagem que ela fez com ele. Ela engravidou e até hoje ela nunca falou pra ele que ela engravidou (Loeci).

O pai da filha só fez fazer a criança. Eu acho que foi tudo isso por que ela se revoltou. Não teve o apoio dele, só da mãe e do pai que são os avos maternos. Ela ficava revoltada e por isso que eu acho que ela colocou na cabeça eu vou conseguir lá pra dar o melhor para minha filha' (Prima da Cacilda).

Podem-se destacar, portanto, quatro relações com o pai dos filhos das mulheres migrantes que se constituem como parte das tramas da migração vivenciada:

1. O pai responsabilizado

2. A paternidade assumida
3. O pai excluído
4. A paternidade negada.

Quando o pai era responsabilizado, ele transferiu, muitas vezes, os cuidados do dia-a-dia para sua própria mãe, assim não necessariamente assumindo uma nova concepção de ser pai, fato observado também por Parella e Cavalcanti 2010, p. 97):

Quando los hijos se quedan con su padre u otra figura masculina, prácticamente no se altera la división sexual del trabajo, tal y como ponen de manifiesto los trabajos de Herrera para el caso ecuatoriano. Si bien los varones que quedan a cargo de los hijos generalmente asumen la paternidad emocional, ello no necesariamente significa que vayan a implicarse en el trabajo doméstico y del cuidado, por lo que éste es asumido por otras mujeres que son miembros de la familia extensa.

Como todas as mulheres migraram sozinhas, elas tinham que deixar seus filhos com alguém. Esta reorganização familiar muitas vezes já tinha acontecido antes da decisão de migrar ou se encaixou em dinâmicas familiares propícias para tal. Somente uma mulher foi levar seus filhos para sua mãe biológica e outra para a avó paterna na véspera de sua viagem, mas as outras já viviam com a transferência e divisão dos cuidados de seus filhos com outras pessoas.

A migração, portanto, não significou o abandono de seus filhos, mas uma nova configuração de sua presença/ausência no dia-a-dia dos seus filhos. Para muitas pessoas a ida das mães para o exterior é condenada como abandono, porém, este discurso não coincide com a realidade:

Que mucha parte del discurso actual sobre la situación de los hijos e hijas y sus malas madres migrantes no trata tanto la situación de los hijos, sino que tiene que ver mucho más con la acentuación de la renegociación de los roles y las relaciones de género en el contexto de la migración femenina. Antes de la migración no existía la familia nuclear y armónica como práctica única, sino que más bien contaba con una pluralidad de formas de vivir la maternidad (y paternidad) (WAGNER, 2008, p. 327).

A migração trouxe uma nova realidade para a vivência e a organização familiar: uma mãe ausente fisicamente, mas presente nas representações diárias de mãe migrante, através de meios de comunicação, com presentes e dinheiro enviado,

orientações dadas diretamente aos filhos ou através das pessoas com quem residem, visitando seus filhos e até tentando buscá-los para viver no exterior. Avós, pais biológicos, ex-sogra, irmãs e tias ficaram pela nova configuração com outra responsabilidade e papéis, o que incluiu a de produzir um significado para os filhos referente à ausência da mãe e elaborar um discurso sobre a realidade de mulher migrante no exterior e o papel da mãe.

A família, que é a primeira rede de identificação e socialização, impactou direto no processo da produção de identidade das mulheres que migraram. A expectativa (imaginada ou expressa) da mãe sobre o que a filha deveria ser, a realidade posta de estar parcialmente dependente da família para sua territorialização e o fato de várias serem mães, tem deixado as mulheres com uma identidade em negociação com a família, principalmente com a mãe. Ao mesmo tempo que a família se configura como a referência primária, ela não representou uma referência de modelos e perspectivas para as mulheres migrantes no contexto das periferias urbanas. Ser filha e, muitas vezes, ser mãe parecia trazer conflitos de identidade. Tanto, que a migração pioneira impactou forte nas perspectivas de outros membros da família, ou de toda família.

2.2 RELAÇÕES AFETIVAS

Afirmar uma identidade própria, além do papel que cumpriu ou deveria cumprir na família, incluiu movimentos de relacionar-se afetivamente com pessoas na própria periferia, e, num certo momento, migrar, deixar para trás a família e este relacionamento afetivo, ou seja, a própria periferia.

Além da referência de família, as mulheres vivenciaram relações afetivas, amorosas e conjugais. Muitas já tiveram sua experiência de conviver com um parceiro, que às vezes era pai de um dos ou de todos seus filhos, quando já os tinha antes de migrar. Nos estudos recentes sobre migração internacional as relações afetivas no destino estão ocupando um lugar importante e instigante na vida das mulheres migrantes, foco de muitos debates internacionais sobre o papel das relações afetivas internacionais, matrimônios transnacionais e casamentos interculturais. Entendendo que as relações afetivas e casamentos são estruturantes para processos de territorialização e de produção de identidades no lugar de

destino, essas também devem ser consideradas antes da decisão de migrar. Se elas importam decisivamente para decisões no lugar de destino, será que elas não pesaram tanto também antes de viajar?

Um exemplo de uma relação (des)estruturante foi vivenciada por Loeci. Toda vez que ela teve um filho com seu parceiro na época antes de migrar, no total três, ele sumia, a abandonava, não querendo saber mais dela e ela precisava voltar para a casa da sua mãe. Ainda gosta dele, mas depois que descobriu que ele manteve outra relação com uma jovem que também engravidou dele, ela entendeu que não podia continuar nesta relação. *Ele vinha atrás de mim e falava que me amava e que era pra me voltar pra ele. Eu voltava e engravidava de novo, mas depois ele arrumou uma menina de 15 anos e foi por isso que eu me esqueci dele de vez.* Logo em seguida ela aceitou um convite para cozinhar num garimpo no Suriname.

A rejeição ou abandono por parte de um parceiro, às vezes o pai de um filho, é um motivo forte de querer sair. Uma separação, por diversos motivos, parece ser um momento de profundas reflexões, de rever as opções da vida, de procurar novos caminhos, de deixar para trás a vida que se estruturava, bem ou mal, até então e de arriscar além.

Tinha separado do pai dos meninos e eu tinha uma amiga que morava em Suriname e pedi pra ela me levar e ela comprou minha passagem e fui (Romana).

Ela tinha um namorado aqui e ela já tava uns três anos com ele quando descobriu que ele ainda tava com sua ex-mulher. Ela já estava meio chateada e aproveitou quando foi para o casamento da irmã dela na Holanda e ficou lá (Mãe da Daiara e Daiane).

Eu acho que ela foi por causa de uma desilusão amorosa. Ela gostava muito do pai do filho dela e não deu certo. Parece que ela sentiu vontade de largar tudo. Ele era muito mulherengo, não parava. Ela largou tudo e foi embora (Irmã da Gabriela).

Uma “separação drástica” que impactou muito foi a morte do parceiro de uma das mulheres migrantes, Madalena, que foi assassinado na própria periferia de Belém quando estava com a filha do casal no braço.

Mataram ele. Foi um assalto e isso mexeu com a cabeça dela. Um homem com uma faca foi abordar ele e ele tentou reagir e eles deram uma facada bem no peito dele que a faca ficou enterrada. Ela foi para Espanha e dizia que queria dar uma vida melhor pra filha dela (prima da Madalena).

Sair de um relacionamento que elas não queriam mais, mas nas quais eram obrigadas a permanecer, sendo impossibilitadas de deixar por ciúmes, violência, ameaças e pressão do parceiro, é outro motivo de pensar e organizar a emigração:

Para me separar do meu marido eu fui obrigada a viajar. Ele era muito ciumento e não aceitava a separação. Para que eu pudesse me sair daquela relação eu tinha que sair daqui. Foram cinco anos de relacionamento quando me separei e através da minha tia eu fui embora (Dafne).

Eu fui também pra tentar me livrar dele, porque aqui eu apanhava muito dele. Quando cheguei lá na delegacia foi que eles vieram buscar ele. Prenderam ele de noite quando foi de manhã ele já estava solto. Tudo isso fez com que eu saísse (Nádia).

Na verdade eu tinha um namorado. Era uma coisa que não ia nem pra frente nem pra trás. Ele era aquele homem ciumento possessivo e ele queria que eu vivesse só no mundinho dele. Passei um mês em Macapá uma vez na casa de amigos pra tentar, porque toda vez que eu ficava aqui em Belém eu não conseguia. Eu dizia que eu não queria, mas depois eu acabava cedendo e voltando para ele. Então, o meio que encontrei de realmente suportar foi viajando, indo pra bem longe mesmo, porque eu sabia que eu não iria voltar logo, não tinha como voltar na verdade rápido (Gisele).

Seja para superar uma rejeição ou separação, seja para conseguir se separar, o relacionamento afetivo que as mulheres tiveram na origem foi um fator importante no processo de desterritorialização, na procura de poder produzir uma nova identidade. Às vezes até um “bom relacionamento” é abandonado para investir em outro projeto de vida. Uma mulher migrante, Barbie, não se lembrou exatamente por que largou seu ex-marido. Ela gostava dele e ainda gosta, mas de um dia para outro saiu da casa onde moravam e foi morar com uma amiga. Ela disse: *quando eu me separei do pai dele eu fiquei um pouco doida da cabeça, porque eu não tive infância*, ou seja, ter se casado muito jovem e tido um filho, ter se tornado já ‘mãe’ e ‘esposa’ não foi exatamente o que ela pensava de querer ser. No mesmo espírito aceitou um convite para viajar ao Suriname.

A maternidade de várias mulheres migrantes e os relacionamentos afetivos produziram inicialmente identidades e espaços afirmativos (família, lar, casal) na periferia. Porém, ao mesmo tempo significaram conflitos internos sobre esta identidade idealizada, a realidade vivida e a vontade de repensar esta identidade.

Aci, ao contrário de todas que tiveram relacionamentos que impactaram na decisão de deixar Belém, procurou conscientemente não se relacionar sério com

ninguém para se sentir livre para viajar. Tal fato foi influenciado por ela ter uma tia morando na Alemanha que de vez em quando enviava convites para que ela fosse para lá: *Aí durante esse tempo eu quis terminar meus estudos, eu não quis compromisso com ninguém a sério que eu tava querendo ir (Aci).*

2.3 MORADIA & TRABALHO

As famílias das mulheres migrantes que vieram nos anos 1970 e 1980 do interior e tentaram se territorializar em Belém encontraram condições adversas em questões de trabalho, emprego, renda e moradia. A moradia incerta, não sendo própria (favor ou alugada) ou em precárias condições, implicou para muitas famílias ter que mudar várias vezes de uma casa para outra, sem a segurança de poder ficar. Para algumas famílias a primeira ocupação de moradia cresceu em decorrer do tempo numa vila onde cada membro da família construía um cômodo, casinha ou andar a mais. Outras continuavam a morar de favores, aluguel ou sem condições de melhorar.

O meu tio ele comprou este terreno tudo aqui e ele deu pra cada filho uma parte (irmã da Sabine).

Vimos morar com minha vó e depois fomos morar em casa alugada e depois que a minha irmã (que trabalha no garimpo no Suriname) comprou a casa que a gente ta morando (Loeci).

A gente passou assim por uma situação difícil e tivemos que vender a casa de lá e fomos morar numa casa alugada. Depois gastamos todo dinheiro. As crianças eram pequenas e a gente não tinha emprego. Depois de uns sete ou oito anos que a gente conseguiu comprar esta casa aqui e viemos pra cá pro guamá (Daiane e Daiara, mãe).

São realidades de moradias precárias, habitadas por muitas pessoas e que, além de servir como residência, às vezes, são divididas para serem alugadas. Assim pode-se afirmar, ao contrário do que serve para a realidade de quem nasce num país europeu, o fato de ser uma nacional (brasileira) não significou que sua residência era garantida, que de fato há um lugar para morar e poder afirmar sua identidade como pertencer ao espaço, como pressupõe Sayad: “Enquanto se considera que o trabalhador nativo, nascido no país, possui nele, de imediato, sua residência, uma residência que é o prolongamento do berço” (SAYAD, 1998, p. 73).

Parte do processo de territorialização é vinculada com o trabalho que se realiza, com que pode se sustentar, garantir certa estabilidade e se realizar profissionalmente e pessoalmente e poder dizer que possui algum tipo de profissão.

Não todas as mulheres trabalharam antes de migrar. Quatro mulheres tentaram o vestibular para entrar na universidade e uma tentou passar no concurso da Polícia Militar, mas por não ter passado se encontraram de repente frente a um vácuo e aceitaram uma possibilidade de migrar:

As minhas duas irmãs tentaram o vestibular e não passaram. As minhas duas irmãs tinham ligação com arte. O trabalho delas aqui em Belém era muito ligado a arte, ao artesanato e isso causava uma dificuldade de estabilidade. Como elas não passaram no vestibular, elas ficaram sempre trabalhando por conta própria (Irmã da Lena e Tânia).

Ela tentou fazer duas vezes vestibular aqui. Achava que a oportunidade aqui não era muito boa e ela era muito focada em estudo, gostava de estudar. Ela achou que indo pra lá, estudando, que seria uma forma melhor de ela conseguir as coisas que ela quer ter e foi que ela foi (Irmã da Daiara).

As falas sobre o trabalho trazem referências sobre atividades temporárias e quase todas sem necessidade de qualificação.

Somente duas mulheres de todas que migraram, tanto das pioneiras quanto das que seguiram, trabalhavam antes de migrar no mercado de sexo, ambas como stripper e uma também como prostituta.

Eu fui com uma amiga minha (visitar uma boate em Belém) - Ela não fazia stripe, ela fazia programa. Chegando lá eu vi e achei legal o stripe. Comecei a fazer, mas eu não tinha vontade de me prostituir, eu queria só fazer stripe. Eu assinei um contrato para três meses. Eu nunca me prostituí aqui no Brasil (Adalgisa).

A maioria tinha trabalhado em vários ramos do mercado, não pela vocação ou realização, mas pelas oportunidades que apareceram ou as quais elas mesmas criaram:

Eu trabalhava com diária. Eu ia fazia faxina na casa e a mulher me pagava. Eu comprava as coisas pros meninos. Sempre trabalhei com diária, trabalhava fazendo faxina e gosto muito de cozinhar Desde quando minha mãe faleceu, desde os meus dezesseis anos, eu gosto muito de cozinhar. Eu ia fazia faxina, fazia comida, fazia encomenda pra aniversário (Nádia).

Eu trabalhava dentro da firma de compensada, como classificadora de capas. Trabalhei um ano e seis meses lá. Eu saí de lá quando a firma faliu. Trabalhei em casa de família, já trabalhei em restaurante, já trabalhei como garçomete na Orla. Na orla só é restaurante. Trabalhei quase um ano só na cozinha como chapista, aí trabalhei uns dois ou três meses como garçomete no mesmo restaurante, isso antes de eu viajar (Barbie).

Eu sempre trabalhei com manicure e vendas externas. Na verdade, trabalhei de carteira assinada uma vez num período de safra numa indústria, mas foi a única vez também, de resto sempre trabalhei como autônomo (Gisele).

O trabalho realizado no contexto urbano ocorreu, portanto, dentro de vários setores. O setor de serviços e o comércio empregaram algumas mulheres de forma regular e ofereceu outras oportunidades temporárias na informalidade, sem se constituir num trabalho que conseguisse sustentar as famílias e avançar com seus projetos de vida.

O setor industrial, pouco desenvolvido e expressivo em Belém, tinha uma tímida presença, nem sempre garantiu a carteira assinada e somente em um caso durou mais do que um ano. O trabalho em geral se caracterizava como pesado, exaustivo e mal pago. As pequenas indústrias empregaram três mulheres, das quais duas com carteira assinada: uma fábrica de açaí onde uma mulher carregava as cestas de açaí e alimentava as máquinas de bater açaí, fazendo até dias de 14 horas, sem pagamento certo, o que a fez desistir deste trabalho; uma fábrica de peixe onde os peixes eram preparados para exportação e tudo era conservado com gelo deixou outra mulher com problemas de saúde e, portanto, largando o trabalho; uma fábrica de compensados que contratou uma mulher com carteira assinada para o controle de qualidade das capas dos compensados acabou falindo.

No setor de serviços algumas mulheres conseguiram emprego/trabalho em lavanderia, bar, boate ou salão de beleza. Outras, ou as vezes às mesmas, encontraram trabalho no comércio como balconista de farmácia, em lojas de venda de DVD ou numa seguradora de automóveis. Muitos trabalhos ocorreram na informalidade, como de babá, doméstica, vendas de lanches, DVD, roupas, sapatos ou ouro e crochê.

Das mulheres pioneiras que migraram para a Europa duas estavam com um emprego com carteira assinada quando tomaram a decisão de viajar, e foram justamente elas que conheceram seus futuros maridos europeus ainda em Belém.

Uma trabalhava como atendente numa seguradora de carros e a outra como garçõete num restaurante na cidade de Belém. Duas outras mulheres que foram para o Suriname também já trabalharam com carteira assinada (fábrica de peixe e fabrica de compensado), mas perderam este emprego antes de migrar.

O trabalho é muito relevante no processo de constituição do ser humano, na sua relação com a natureza, com as outras pessoas e consigo mesmo. No trabalho, o ser humano se reconhece e se constitui como tal, como ser social. Ou seja, o trabalho poderia e deveria contribuir no processo de territorialização e produção de identidades criativas, conscientes e reflexivas. Porém, a forma de inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho reforça o processo de desterritorialização ou territorialização precária que as mulheres e suas famílias vivenciam no contexto urbano. Em poucos momentos o trabalho trazia poder de decisão e prazer de realização referente ao que era produzido.

Não há uma lógica constituinte que produz uma mulher migrante pioneira, mas neste capítulo sobre a vida no lugar chamado origem apresentaram-se elementos que contribuem para a tomada de decisão para migrar. Sem recursos próprios para viajar e sem outros familiares que já tinham migrado para o exterior - dois pré-requisitos que se pressupõem para iniciar um projeto migratório - a produção do pioneirismo das mulheres na migração internacional na família parece se referir a personalidades e condições específicas.

Em primeiro lugar as mulheres migrantes pioneiras parecem desde sua adolescência se incomodar com o papel e as perspectivas de vida que se apresentaram para mulheres na sua família e na periferia da grande cidade onde viveram.

Apesar de terem seguido caminhos como a maioria das mulheres da sua família e da comunidade, muitas mulheres migrantes procuraram formas de resignificar e mudar seu papel de filha, mãe e esposa. Por necessidade e por opção consciente aquelas que tiveram filhos procuraram envolver outros familiares e os pais biológicos nos cuidados dos mesmos, criando espaços de autonomia e liberdade que sentiram ter perdido quando, por exemplo, suas trajetórias escolares foram interrompidas pela gravidez e a responsabilidade de ter filhos. Viver somente em função dos filhos e conforme um modelo que considera a mulher como dona de casa não foi assumida como destino, apesar de algumas mulheres terem

mencionado que uma boa mulher seria aquela que cuida da casa e filhos e obedece ao marido, na prática as atitudes indicaram outra compreensão (mesmo vivida com culpa de ser transgressora).

Em segundo lugar, os relacionamentos afetivos, idealizados como a vivência harmoniosa e romântica do amor, mostraram-se campos de conflitos, contradições, traições, violência e instabilidade. O momento que a relação afetiva entrou em crise, nos seus múltiplos sentidos - quando o parceiro parece estar vivendo outro relacionamento paralelo (ou até é casado com outra mulher ou engravida outra mulher), tornou-se obsessivamente ciumento e até violento, de repente faleceu -, um projeto de vida entrou em crise e a mulher migrante pioneira precisou repensá-lo. Este repensar incluiu a busca de uma fuga da realidade vivenciada de frustração, medo e dor, além de não querer, em alguns casos, ter que voltar para a casa da mãe onde já saiu para assumir sua própria vida.

Em terceiro lugar dois condicionantes que poderiam fortalecer o processo de territorialização permaneciam precários: a habitação e as oportunidades de trabalho. Um lugar digno para morar, de preferência próprio, poderia contribuir para a sensação de autonomia, pertencimento e bem-estar, mas a perspectiva de conseguir este território como abrigo primário se mostrou quase impossível de ser alcançado e o mercado de trabalho para as mulheres jovens, sem formação, mostrou-se muito instável e de extrema baixa remuneração.

Sem territorialização elas parecem ser ninguém. Alguma saída precisava ser encontrada.

3 PARTINDO PARA O MUNDO: A DECISÃO DE MIGRAR E A ORGANIZAÇÃO DA SAÍDA

As condições familiares, os relacionamentos afetivos, o trabalho e a habitação no lugar de origem teceram uma parte da trama que se costurou e que antecedeu a decisão e a organização de migrar e que foi, em seguida, afetado pelo próprio fato de um membro, quase sempre uma mulher¹², sair de casa e ir para um outro país.

Vinte e sete mulheres, de famílias diferentes (pesquisadas para esta dissertação), tomaram a decisão, entre 1992 e 2009, de emigrar, de serem pioneiras nas suas famílias num projeto migratório que envolveria, de alguma forma e em algum momento, toda sua família.

Depois das migrantes pioneiras mais familiares têm migrado. 12 irmãs, quatro irmãos, cinco sobrinhas e três primas, ou seja, juntas 51 pessoas migraram das 27 famílias. A predominância feminina se mantém também neste segundo fluxo de migrantes: 20 mulheres e somente 4 homens.

As mulheres pioneiras na migração internacional encararam praticamente sozinhas como primeiro membro de suas famílias o desafio de sair do Brasil através de redes que organizaram e estruturaram os processos migratórios e nas quais se inseriram através de laços e contatos “fracos”.

A rede familiar, que antes de migrar se mostrou uma rede central na vida das mulheres migrantes e que em decorrência da história da migração ganhou uma importância em forma de famílias transnacionais, configurou num segundo plano na organização e na decisão da saída da mulher migrante.

Quase nenhuma família teve alguma conexão direta com o exterior para poder ser protagonista na articulação da emigração para sua filha, com exceção de uma família, descendente de italianos, na qual a migrante pioneira aproveitou-se da possibilidade de naturalizar-se italiana e viajar para a Itália. Portanto, o papel central que a família teve no processo de territorialização precária e produção de identidade antes de migrar não se traduziu da mesma forma na articulação e organização da migração, pelo simples fato de não estar com as informações e o tipo de capital econômico e social necessários.

¹² Por este motivo será usado, quando se refere ao conjunto de migrantes pioneiros, sempre a denominação feminina: as migrantes/elas/as etc.

Para tomar a decisão de migrar as mulheres migrantes consideraram suas famílias em suas reflexões, mas, muitas vezes, tomaram a decisão de migrar - até viajaram - sem informar a família, que só ficava sabendo deste fato quando recebia uma comunicação do exterior. Neste caso não se pode afirmar que o projeto migratório tenha sido um projeto organizada pela família. Ele se tornou como tal somente a partir da emigração da mulher migrante, por sua ausência e comunicação que se estabeleceu posterior com a mulher migrante no outro país e durante seu processo de retorno. No caso em estudo a afirmação de Assis (2007, p. 752) sobre o papel da família merece, portanto, ser relativizada:

Enquanto as transformações macroestruturais são compreendidas como desencadeadoras das pressões migratórias, as famílias e as redes sociais respondem a tais pressões e determinam quais membros dos domicílios e das comunidades realmente migram. Nesse contexto, a migração, articulada pelas redes sociais também vai deixando de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo para ser encarada como uma estratégia de grupos familiares, amizade ou vizinhança em que as mulheres inserem-se ativamente.

O papel da família e dos grupos familiares se mostrou pouco relevante na hora de migrar para as mulheres pioneiras, diferente já para as migrantes que seguiram as pioneiras. A família já estava organizada para cuidar dos filhos das mães que migraram, algo que não precisava ser negociado antes do projeto migratório ser iniciado. A pouca participação da família neste momento específico no projeto migratório se enquadra na ideia de que a migração se organizou num momento de fuga ou saída de relações afetivas violentas ou mal-resolvidas, ou seja, num impulso num momento entre o término de uma vida estruturada de certa forma e o início da construção de novos caminhos.

Somente algumas mulheres conversavam abertamente com sua família e a envolveram na decisão, ou pelo menos buscaram uma certa aprovação:

Eu lembro que um dia ela chegou falou: 'mãe eu vou viajar pra Alemanha', que ela ia trabalhar. Ela chegou pra mim que ela queria viajar aí ela falou 'mãe, vai lá com titia pra ela comprar a minha passagem pra mim'. Eu fui. Eu não queria que ela fosse, mas, ao mesmo tempo, eu queria fazer a vontade dela (mãe da Daiane).

Eu trabalhava num clube e uma moça me viu fazendo striper e me convidou. Ela foi lá em casa, falou com a mamãe e falou com o papai (Adalgisa).

Depois de uma semana ela ligou pra mim, se eu queria ir pra lá pra fazer prostituição. Eu falei: 'Eu não sei, eu vou falar com mamãe'. Mamãe falou: 'olha, eu não posso dizer tu não vais porque tu já estás de maior idade, a gente num pode ter mais aquela autoridade pra dizer tu não vais, então você que sabe da sua vida' (Barbie).

Outros depoimentos mostram como mulheres migraram sem envolver sua família na decisão e sem informá-la:

Foi uma coisa de repente, ela sumiu uma semana de casa e quando a gente soube ela já tava lá (irmã da Gabriela).

Eu fugi na verdade. Quando eu fugi em dezembro de 92 dei sinal de vida pra ela em fevereiro que eu mandei uma carta e eu já estava na Holanda (Abigail).

Mas meu pai não deixou e minha mãe não deixou. Aí eu resolvi fazer tudo escondido. A minha mãe não desconfiou de nada. Foi quando ela chegou e não me viu, no dia seguinte eu liguei e falei com ela (Palmira).

Comunicando ou não, a migração pioneira das mulheres não parece se enquadrar no pressuposto de que a migração é uma estratégia elaborada pela e junto com a família. Não foi uma decisão coletiva sobre quem, como e quando a família se envolveria na migração. Porém, entre as estratégias de sobrevivência nas famílias dentro do contexto excludente da territorialização precária de todos os familiares e a dinâmica urbana da família, a migração é uma das que se apresentam para a família e incorporada por um ou mais de seus membros.

Outras redes de contatos e ligações se mostraram importantes no momento de saída. São redes formadas por mulheres com experiência e conhecimento sobre a migração e aquelas compostas por amigas e colegas que estavam planejando migrar ou já estavam em outro país. São redes de pessoas oriundas da mesma cidade e até do mesmo bairro, ou que passaram por lá e que serviram como ponto de partida. Estas redes se expandem com brasileiras de outras regiões que moram no exterior no lugar onde fixam residência e que através de redes virtuais mantêm contato com pessoas em Belém.

No lugar de destino novas redes entraram no escopo das mulheres migrantes, formadas, principalmente, por outros brasileiros e migrantes de outros países. A

rede mais exótica - que diferencia esta forma de migração internacional de outras estudadas, como de homens ou famílias inteiras que geralmente limitam a sua formação de redes dentro do grupo de migrantes do país de origem ou de outros imigrantes - é formada por pessoas da família do estrangeiro (nativo), com quem muitas brasileiras nesta pesquisa se casaram.

Todas as redes envolvidas na organização da migração pioneira e da migração seguida foram compostas, predominantemente, por mulheres. Somente dois homens, estrangeiros - com quem as mulheres já se relacionaram no Brasil antes de viajar para o exterior - e um travesti, aliciador de rede de prostituição na Espanha, foram apontados como elos principais na organização da saída do Brasil.

A cidade de Belém não é nenhuma Fortaleza e nem chega perto de Manaus em termos de movimento e economia turística, menos ainda como referência para o turismo sexual¹³, que, principalmente em cidades no Nordeste brasileiro, é vinculado ao debate sobre a migração feminina para a Europa (PISCITELLI, 2007). O turismo sexual combina geralmente uma boa infraestrutura turística (hotéis, voos diretos e *charters*), a presença de praias e uma vida noturna vislumbrante, não exatamente características de Belém. Evidentemente, a cidade não está imune a turistas sexuais, como da Guiana Francesa, do Suriname e da Europa, mas a quantidade destes turistas não se torna expressiva e nem presente na história de migração das mulheres da periferia de Belém pesquisadas.

As únicas duas relações com homens estrangeiros que já começaram no Brasil anteciparam em Belém um encontro afetivo internacional que na Europa para quase todas as mulheres migrantes nesta pesquisa se concretizaria mais tarde. Estas relações parecem ter algumas bases em comum, identificadas no Brasil por Piscitelli (2008, p. 189):

En Brasil las parejas mixtas empezaron sus relaciones en un terreno en el cual las nociones de feminidad y masculinidad vinculadas al origen nacional, así como a la raza, la clase y la edad, se entrecruzaban con procesos en los que las mujeres nativas eran exotizadas e intensamente sexualizadas, mientras que los extranjeros eran considerados la personificación de los estilos más valorizados de masculinidad.

¹³ Setor do turismo, no qual turistas viajam para destinos para encontrar e vivenciar relações sexuais com prostitutas ou não-prostitutas no local.

Daisi se relacionou com um empresário holandês que residia na Guiana Francesa e visitava Belém regularmente, Rafaela com um português, inicialmente conhecido através de internet (ferramenta cada vez mais importante no estabelecimento de contatos para relações afetivas e amorosas – outras duas mulheres conheceram seus futuros parceiros também via internet quando já estavam na Europa) e depois quando ele veio a visitar a brasileira. Ambas as mulheres moravam com suas mães, tinham um filho e estavam empregadas. Elas tiraram férias para viajar e conhecer o país onde seus namorados moravam e trabalhavam (Portugal e Guiana Francesa) e lá decidiram ficar.

Ela ia acessar a internet, numa sala de bate-papo. Quando ela conhecia um homem aí, ela falava 'a não esse eu não quero', 'esse aí não, deleta' ou 'esse aí tira'. Ao passar dos meses, ela conheceu o seu atual parceiro. Conversou muito com ele via MSN. Ela passou cinco anos namorando com ele pela internet (Irmã da Rafaela).

Ela trabalhava de garçonete em um restaurante japonês e lá conheceu o meu genro. Toda vez que ele vinha para o Brasil ele fazia refeição lá. Ele se interessou por ela e ele ficou com ela. Ele pediu que ela entregasse o serviço dela, mas ela disse que não, mas que ela ia pedir licença de 15 dias (Mãe da Daisi).

Há duas outras situações que envolveram o estabelecimento de uma relação internacional no Brasil antes de migrar. Jaci participou de um intercâmbio de um curso de línguas, viajando e estudando na Suíça para aprender francês. Lá ela conheceu e namorou um francês que veio visitá-la em Belém depois que ela voltou da experiência de intercâmbio. Decidiram se casar e moraram por algum tempo no Guamá antes de se mudar para Suíça. No caso do irmão da Valda, o único homem migrante pioneiro identificado nesta pesquisa, houve um casamento no Brasil com uma mulher brasileira com dupla nacionalidade devido um dos seus pais ser francês. Depois de algum tempo ter morado juntos em Belém decidiram para viajar para Bélgica onde parte da família da sua esposa morava.

No caso do travesti, este aliciava mulheres para a prostituição na Espanha e ele tem levado muitas mulheres da sua própria família e da rua onde morava.

[...] esse rapaz levou a sua irmã, a sobrinha[...] Ele levou a família dele todinha que morava aqui. Varias pessoas daqui dessa rua estão morando pra lá, que foram através dele (prima da Cacilda).

O relato sobre as condições na chegada das mulheres que migraram através deste travesti indica que se tratava de uma rede de tráfico de mulheres, uma vez que na história de um grupo destas mulheres constam experiências de aprisionamento em clubes de prostituição, ligações de desespero e fugas. Nenhuma das mulheres levadas por esta pessoa voltou a morar no Brasil. Hoje, segundo a informante, todas são casadas com europeus e algumas visitam regularmente o Brasil.

O tráfico de mulheres aparece, em alguma forma e com graus diferentes, nas várias situações das mulheres migrantes pioneiras, principalmente ligado às condições de trabalho na prostituição, mas também numa situação de trabalho doméstico. Porém, é preciso tomar cuidado na caracterização das situações vivenciadas pelas mulheres migrantes como tráfico de pessoas para não descaracterizar e estigmatizar todos os processos migratórios das mulheres. Quando as condições de trabalho e moradia no lugar de destino se configuram como situações de exploração e confinamento e juntam-se com a organização da viagem por pessoas ligadas a estas condições tratar-se-ia de tráfico de pessoas. É claro que as condições de exploração e confinamento deveriam ser o foco do enfrentamento à violação dos direitos das mulheres migrantes e não seu processo migratório.

Além das situações acima citadas e com a ausência de familiares na rede que organiza a migração, apresenta-se a pergunta: quem são, então, as mulheres que intermediaram a migração das mulheres pioneiras?

Uma vizinha veio com convite pra mim, olhar umas crianças. Eu ia trabalhar como uma empregada (Dena).

Eu fui por uma brincadeira na verdade. Uma amiga minha morava comigo e queria viajar. A mãe dela disse “é, se você for eu deixo ela ir”. Como eu já estava mesmo um pouco perturbada também, nada dava certo, eu disse, “quer saber eu vou também” (Gisele).

Tinha separado do pai dos meninos e eu tinha uma amiga que morava em Suriname e pedi pra ela me levar e ela comprou minha passagem e fui (Romana).

Tinha uma vizinha que tinha uma irmã aqui. Ela queria abrir um bar tropical e mandou buscar as frutas no Brasil e três meninas para serem garçonete. Foi o namorado da irmã da vizinha da minha amiga (Romana).

Eu me dei com uma menina que morava aqui na outra rua e eu morei um ano com ela. De repente ela já tinha viajado. Depois de uns seis

meses ela ligou pra mim. Eu falei 'Hei sua doida onde é que tu estás?'. Ela falou "Tô em Suriname". Ela ligou pra mim se eu queria ir pra lá. (Barbie)

Os facilitadores ou as referências para a aventura migratória eram amigas, conhecidas ou vizinhas, já envolvidas com a migração e que apresentaram um perfil muito próximo ao da própria mulher migrante. Geralmente não pareciam muito qualificadas em termos de poder informar as potenciais migrantes sobre o que elas poderiam esperar e sobre o que precisam refletir. Algumas facilitadoras tiveram interesse para que as mulheres decidissem migrar e, portanto, apresentaram informações parciais e até contribuíram com as condições financeiras para a viagem. Como muitas facilitadoras estavam numa situação muito parecida com a das mulheres migrantes, suas informações e ajuda visavam também fortalecer a sua própria posição e história migratória.

Estas informações e laços, de certa forma frágeis, foram aceitas pelas mulheres migrantes que num cálculo irracional confiaram e apostaram no mínimo de certezas. Granovetter (1983) afirma que justamente os elos fracos numa rede muitas vezes possibilitam mobilidade e acesso a outras redes, uma informação vaga com uma porta de entrada.

As mulheres pioneiras saíram da proximidade das relações familiares para um lugar onde novas redes sociais precisavam ser construídas. A primeira vez sempre significa um passo em direção ao desconhecido, ao imaginado e fantasiado, baseado nas informações recebidas via meios de comunicação e informantes, pautada nas possibilidades imaginadas para uma mulher, jovem e brasileira no exterior. Todas, como também afirma Truzzi (2008, p. 203), as migrantes se informaram “previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam”. Esta informação, como também explica Peixoto (2004) sempre é incompleta e limitada, subjetiva e filtrada, ainda mais que informantes que já migraram preferem representar a sua experiência migratória como um sucesso, se apresentar como vencedoras.

Somente Jaci teve a oportunidade de conhecer o país de destino antes de assumir a “aventura migratória”, participando de um intercâmbio de uma escola de línguas.

A própria decisão para migrar (de fato uma decisão, uma vez que se precisa de preparação e organização para tomar a iniciativa de sair do seu país) implica

necessariamente numa ruptura com a vida que as mulheres estavam levando e em assumir um risco de encarar o desconhecido, sem saber como a comunicação com a família e as pessoas no lugar de origem poderia ser restabelecida. Para chegar a esta decisão as mulheres pioneiras traçaram caminhos diferentes, fugindo das descrições estereotipadas da sua “condição de vulnerabilidade”, assumindo responsabilidades e apostando na “força da sua juventude”, uma vez que todas as pioneiras migraram entre seus 18 e 28 anos pela primeira vez. Nesta fase da vida a maioria das pessoas que migram confiam nas possibilidades de poder fazer uma nova história, é a fase da vida da conquista (e “obrigação”), responsabilidade e autonomia.

Em muitas situações a prostituição no exterior apareceu como ingrediente da expectativa da vida e possibilidades. O fato de não ter vivenciado a prostituição em Belém não parece ter lhes assustado, o que levanta a questão sobre como elas processaram a ideia e imaginário de entrar na prostituição quando refletiram sobre a decisão de migrar e já sabiam que iriam entrar no mercado sexual internacional.

A minha irmã perguntou pra minha sobrinha se ela queria dançar numa boate (irmã da Gabriela).

Eu fui ciente do que eu ia ser menina de programa, eu não fui enganada de jeito nenhum (Abigail).

Nunca tive experiência de prostituição no Brasil. Eu vi a menina ir e vir e fazer a casa dela bonita e não acontecia nada. Será que é isso mesmo que eu to vendo? Eu fui pra me ver (Nádia).

Eu sabia né, o que eu ia fazer (prostituição). Fui lá arriscar pra lá. Só isso (Barbie).

Na verdade eu não sabia o que era prostituição, mas tive que aprender porque precisava (Romana).

Antes de eu viajar ainda cheguei com minha mãe falei “vou viajar”, ela disse “pra onde tu vai?” “vou pro Suriname” “O que vai fazer? Eu vou pro clube. E ela me disse “minha filha tu sabe o que é vida de quinga?” Ela ainda falou com estas próprias palavras: “por que isto que você vai ser, você vai se prostituir, você vai pro clube”. Digo “mãe eu não sei, mas eu aprendo” (Gisele).

A prostituição constitui um debate essencial para a compreensão da migração feminina, uma vez que muitas mulheres migrantes passaram por uma experiência nesta atividade e a prostituição constitui parte estruturante na produção de

identidade da mulher migrante, tendo ela passado ou não pela experiência de ser prostituta.

Para justificar a migração, as mulheres migrantes e seus familiares apresentaram vários elementos que pesaram na hora de decidir migrar, ou melhor, viajar, pois um projeto migratório não existia como um plano elaborado, mas parecia um passo calculado em direção ao desconhecido, sem delimitação clara de tempo e sem imaginar esta saída em termos de migração.

Todas as mulheres viajaram com visto de turista em vista de explorar as possibilidades imaginadas por elas e desenhadas por outras. O visto de turista por si só oficializou o status com o qual as mulheres viajaram e impôs um limite de tempo (de três a seis meses) à presença legal, período no qual deviam decidir sobre voltar ou permanecer de forma irregular.

Elas tinham consciência de que o visto de turista representava somente uma forma de entrada em outro país e que a busca para estruturar sua permanência começaria a partir da passagem pelas barreiras de fronteira.

A decisão de sair não foi sem consequências para a mulher migrante, pois seu ato seria, de qualquer forma, julgado e interpretado. Segundo Sayad (2000), as migrantes precisam elaborar um discurso de culpa, de necessidade e de coerção para justificar para quem fica sua decisão de ir, da sua fuga, da sua saída, do abandonar. As mulheres falaram principalmente em buscar melhorias para seus filhos e mãe, ir atrás de oportunidades de emprego e perspectivas de renda para investir no Brasil, ou seja, procurar melhorar uma realidade que fazia parte de suas vidas e de sua territorialização precária nas periferias de Belém. O projeto de retorno foi apresentado como motivo da migração, nunca com um discurso de uma ruptura completa. Explicações que fazem parte do discurso de motivação, porém, não são necessariamente as únicas ou principais.

A necessidade de buscar meios para sustentar sua família e oferecer o melhor para seus filhos se enquadram perfeitamente na justificativa esperada de mulheres jovens, assumindo seu papel de mãe, mesmo que os cuidados com os filhos já tenham sido divididos ou transferidos para outros familiares dos filhos.

As seis mulheres pioneiras que não tiveram filhos antes de migrar já não podiam se referir aos filhos e neste caso, e também para várias migrantes com filhos, ajudar a mãe configurou como motivo do seu investimento migratório:

Na verdade nós tínhamos uma vida miserável em Abaetetuba. Meu pai viajava e nós tínhamos que dar pra oito filhos, só ele trabalhando. Eu fui mesmo pra comprar uma máquina de lavar pra minha mãe [...] era muita necessidade, aí eu disse 'eu vou' (Abigail).

A mãe era a referência principal da família antes de migrar, a pessoa a partir de quem filhos, sobrinhos e netos construíram suas identidades e organizaram suas vidas e quem, nesta mesma lógica, apareceu como um dos motivos para migrar.

Além do motivo de querer ajudar seus filhos ou sua mãe, a fuga de relacionamentos violentos ou frustrados também foi frequentemente mencionada. É uma motivação que vai além das necessidades materiais e vulnerabilidades sociais e aponta já para a importância das relações afetivas no processo de (des)territorialização no Brasil e na decisão de migrar, como mostram os depoimentos no capítulo sobre relações afetivas no lugar de origem. Se esta desilusão se transforma, no exterior, num encontro com um amor ou relacionamento que seja de alguma forma realizadora, uma parte da trama migratória parece se completar.

As mulheres contam também com sua vontade de fazer parte do mundo globalizado, uma motivação que vai além da esfera material e entra nos meandros da possibilidade de produzir outras identidades ou uma identidade globalizada. A motivação de conhecer o novo, de viajar, de fazer parte do mundo globalizado é, porém, timidamente contada. Fazendo parte da classe trabalhadora, de uma população de periferia, parece que elas não podem admitir que há um desejo humano de querer viajar, conhecer o mundo e quebrar com a lógica na qual cresceu:

Curiosidade em conhecer um lugar novo, ter uma oportunidade também (Saionara).

Eu sempre quis conhecer mundo a fora e também estudar conhecer coisas diferentes (Selma).

Eu nem sei por que decidi viajar. Foi rápido. Eu acho que eu nem sei se foi prá andar de avião [...] (Palmira).

Eu sempre tive vontade de conhecer lugares fora, por isso que eu fui também (Nádia).

Muitas famílias foram surpreendidas pela notícia de que sua filha ou irmã estava no exterior, não através de redes seguras, mas a partir de possibilidades

vagas que se apresentaram ou eram conhecidas. As motivações conscientes e inconscientes passaram por discursos socialmente e culturalmente necessários para justificar e dar lugar às saídas e que, portanto, faziam parte concreta do conjunto de elementos em jogo no momento de decisão e da migração.

Apesar de ajudar a família sempre ser um motivo mencionado, as próprias famílias não escolheram, na migração pioneira, pela migração de uma das suas filhas. As famílias daquelas que tinham filhos antes de migrar já tinham reorganizado os cuidados dos filhos. Decepções amorosas (ou mais grave, violência nas relações afetivas) impulsionaram a decisão de migrar e as redes de amigas, colegas e vizinhas que estavam inseridas em trajetórias de migração possibilitaram pensar e organizar de fato a migração. Um momento de ruptura que precisava ser justificado depois que a migração já tinha se concretizado, somente depois de sair - quase de repente - da convivência familiar e comunitária. Uma justificativa que primeiro foi elaborada pela família que ficou atrás e depois, no retorno, pelas migrantes. As informações, motivações por necessidades, fugas e sonhos se misturaram no momento que as mulheres migrantes pioneiras decidiram viajar, como uma estratégia individual, em prol da família, mas também além e apesar dela. As decisões e comunicações começaram a envolver outros membros de família quando a migração já tinha se concretizado.

4 A VIDA NO EXTERIOR: SURINAME E EUROPA

Se a origem as remete a um território comum, vivenciado e apropriado de formas diferentes, o destino é múltiplo, porém, não aleatório. Os Estados Unidos, Israel, Japão e outros lugares conhecidos como destinos de emigração brasileira não configuram em nenhum momento nas histórias das famílias de mulheres migrantes pesquisadas, nem nas conversas com outras famílias observadas no contexto da periferia estudada. O destino das mulheres migrantes se dividiu entre países amazônicos vizinhos (Suriname e Guiana Francesa¹⁴) e países da União Europeia (especificamente Holanda, Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Portugal, Suíça e Itália), entre os quais ocorria certa circulação (tabela 6).

Tabela 6 - Países de destino de migração de migrantes das periferias de Belém

País	Destino inicial da mulher migrante pioneira	Última residência no exterior da mulher migrante pioneira	Destino inicial familiares que seguiram a migrante pioneira	Última residência no exterior familiares que seguiram a migrante pioneira
Suriname	11	8	4	3
Holanda	5	7	3	2
Bélgica	2	2	3	3
Alemanha	2	1	2	1
Espanha	2	1	1	
Guiana Francesa ¹⁵	2	2	1	1
Itália	1			
Portugal	1	3	4	5
Suíça	1	2		3
França		1	5	5
TOTAL	27	27	23	23

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

Sete países europeus configuram como destino final (é onde estavam morando no momento da pesquisa ou que foi sua última residência no exterior antes de voltar para o Brasil). A Holanda se destaca, entre as famílias pesquisadas, como

¹⁴ A Guiana Francesa é um departamento ultramarino da França ou, como dizem representantes pela independência, um território ocupado pela França

¹⁵ idem

principal destino europeu, seguido por Portugal e Suíça. Bélgica, Alemanha, Espanha e França completam a lista.

O destaque para a Holanda pode estar relacionado com a relação direta com o Suriname (ex-colônia que ficou independente em 1976 com 40% da sua população vivendo na Holanda (CIA, 2011; ACB, 2010) Existia um fluxo de mulheres dentro de uma rede de prostituição que passava via Suriname para a Holanda. Hoje há uma comunidade brasileira de referência. A presença de holandeses na região nos setores madeireiro, de mineração e comércio no Pará também pode ter influenciado esta posição de destaque para a Holanda. Ou seja, um país com uma ligação histórica com a região.

A “(re)territorialização” no país de destino tem suas especificidades pois é limitada e influenciada pelas políticas migratórias dos países, pela organização do mercado de trabalho, pelas possibilidades de transporte, pela imaginação das possibilidades lá fora e pela produção da imagem da mulher migrante brasileira.

Há uma nítida divisão de trabalho vinculada à condição de mulher migrante brasileira no exterior, na qual a imagem da mulher brasileira se articula com a condição de migrante irregular ou regularizado através de casamento. O espaço no mercado do trabalho para mulheres brasileiras de classes populares se restringe a nichos específicos com baixa remuneração e precárias condições de trabalho, vinculados a tarefas pensadas para a mulher migrante na sociedade europeia e surinamesa/guianesa: cozinhar, cuidar, limpar e serviços sexuais.

Há uma diferenciação importante entre a migração para o Suriname e a Guiana Francesa daquela para países no continente europeu. As atividades econômicas principais nos dois primeiros que empregam a maioria das mulheres migrantes são a garimpagem e a prostituição, esta última parcialmente ligada à garimpagem.

O Suriname, como outros países amazônicos vizinhos, tem riquezas naturais e minerais, parecidas com a Amazônia brasileira, porém, ainda pouco exploradas. A experiência da população brasileira amazônica no processo pioneiro de exploração de minérios (garimpo) parece credenciar um espaço de trabalho nas novas fronteiras, também porque as áreas de garimpo na Amazônia brasileira estão se fechando cada vez mais pelo avanço do domínio das empresas multinacionais, concentração de posse e zoneamento econômico da região.

A exploração artesanal e com máquinas simples é por sua natureza uma atividade na qual as relações de trabalho não são regulamentadas, respaldadas e controladas pelo Estado, mas são constituídas na sua organização interna, como nas comunidades garimpeiras no Brasil. Não se exigem diplomas, carteira de trabalho, documentos ou antecedências, mas disposição e espírito de sobrevivência. A ausência do Estado (e seu controle) e as condições de inserção na dinâmica do trabalho fazem da garimpagem um lugar propício à inserção de migrantes brasileiros não documentados. Um setor econômico que dinamiza as economias dos países vizinhos (e, portanto, garante a demanda por brasileiros) e que corre o risco permanente de ser desapropriado (ou assumido) por grupos econômicos e políticos nacionais e internacionais quando despertarem seus interesses em poder lucrar e ganhar sem a presença dos migrantes brasileiros.

O setor garimpeiro tem articulado outras atividades econômicas como a preparação da alimentação para os trabalhadores, serviços sexuais, compra e venda de alimentos, roupas, bebidas e cigarros, além de administração das equipes de garimpeiros, a compra e venda do minério e serviço de rádio-comunicação. Nelas, muitas mulheres brasileiras têm se inserido, em maior número nas atividades de cozinhar, serviços sexuais e rádio-comunicação, mas também figuram nas outras. Neste contexto se estabelecem relações de trabalho e afetivas, que organizam o regime de vida nos garimpos.

As relações de trabalho no garimpo passam muitas vezes por relações de dívidas mútuas (pagamento de transporte e valores antecipados versus trabalho realizado sem pagamento até encontrar minério), que em certas situações se tornaram mecanismos de exploração e confinamento, com características de trabalho escravo.

A atividade garimpeira é um trabalho que nunca permite territorializar completamente, pela ilegalidade da atividade e pela natureza do trabalho, que se organiza a partir da disponibilidade do minério, seu preço e novas “focacas” (informação sobre grandes quantidades de minério encontrado em outro lugar). Uma das mulheres migrantes descreveu assim:

Tinha em média 45 garimpeiros. Havia a mulher do dono da balsa, a mulher do gerente, a namorada do mergulhador, a do trabalhador[...] A gente nunca fica só em um lugar. Você faz um acampamento e

define que seu barraco é aqui, o teu é aqui, o outro é ali. Nunca fica um longe do outro (Gisele).

Neste sentido o garimpeiro e a garimpeira, as pessoas que trabalham no garimpo, devem ser considerados como migrantes permanentes, quase nômades, e precisam de estudos específicos para aprofundar suas dinâmicas, identidades e significados.

Gisele, por exemplo, passou por quatro países (Suriname, Guiana Francesa, Venezuela e Guiana), trabalhando em garimpos, voltando para o Brasil para visitar sua família, passear ou para tratar doenças que adquiriu na vida no garimpo. Ela, vários anos junto com um garimpeiro brasileiro, outros anos sozinha, mudava-se de um garimpo para outro, atrás de fofocas¹⁶ ou expulsa (deportada) do país. Depois de ter entrado no país através de uma rede de tráfico de mulheres e permanecido alguns meses num clube de prostituição na capital, trabalhou cozinhando, vendendo mercadorias, abrindo restaurante, administrando uma unidade de trabalho de garimpagem e lavando roupas, pendulando entre a currutela e cidades, onde fazia compras ou levava ouro. Não se identificou com nenhum país (“só conheço o mato”), e seu grupo de referência se tornou a comunidade garimpeira. As condições precárias levaram a doenças graves e para cujo tratamento gastava seu dinheiro. A ilegalidade levou a deportações e destruição dos seus bens por policiais federais em um dos países. Porém, na cidade de Belém, de volta, ela não se sente em casa. Diz: “Eu prefiro me considerar garimpeira”.

A distância e o isolamento nos garimpos leva, de certa forma, a uma comunicação precária com a família em Belém. Porém, ao mesmo tempo a rede de migrantes brasileiros no Suriname cultivava vários canais de comunicação via rádios, brasileiros que voltam a visitar ou vem de vez para o Brasil, e via uma rede de apoio à migração brasileira (em torno da atividade garimpeira).

No meio da mata a referência e a lembrança dos filhos e da mãe se tornaram marcas e representações que estruturaram as vidas das mulheres que foram lá, dando sentido ao estar em condições tão precárias.

Nenhuma das mulheres que trabalhavam no garimpo e que foram pesquisadas nesta dissertação conseguiu trazer ou mandar recursos suficientes para investir numa mudança de vida no Brasil e sua experiência no garimpo não as

¹⁶ Notícia sobre um lugar com presença de muito ouro para ser explorado

tem habilitado para o mercado de trabalho na cidade. Esta forma e destino de migração as levou a uma desterritorialização maior no lugar de origem do que antes de sair. Não é de estranhar que algumas falam de saudades do garimpo e de querer voltar, por ter se sentido fazendo parte de uma comunidade, de ser reconhecida e valorizada como pessoa, meios de ganhar dinheiro, algo que na volta não encontraram em Belém.

Além do garimpo, há uma demanda permanente por mulheres para o mercado de sexo nos centros urbanos do Suriname, um país com uma população relativamente pequena. Há um certo controle social dentro dos próprios grupos étnicos que compõem o povo surinamês, uma cultura religiosa que reforça o valor da família e, ao mesmo tempo, uma cultura onde os homens se vangloriam de ter *buitenvrouwen* (mulheres fora do casamento) e de sua virilidade. Mulheres surinamesas que atuam na prostituição o fazem em lugares não identificados como espaços de prostituição ou através de redes de contatos “invisíveis”. Para sustentar um mercado mais aberto e explícito de prostituição, mulheres de fora da comunidade surinamesa são quase “uma necessidade” para o mercado de sexo.

Para atuar nestes campos, mulheres migrantes, mesmo aquelas que nunca atuaram no interior na exploração de minérios ou na prostituição - como era o caso de todas as mulheres migrantes das famílias pesquisadas que foram para o Suriname - constroem no imaginário individual e coletivo, delas e dos outros, uma ideia de pioneiro por excelência e mulher “boa” e liberal.

A pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (HAZEU; SILVA, 2008) já tinha abordado esta realidade e trouxe informações que confirmam os depoimentos das mulheres migrantes entrevistadas para esta dissertação. A pesquisa tri-nacional entrevistou 10 mulheres brasileiras migrantes, já de volta ou de passagem em Belém, que tinham ido para o Suriname. Todas dez passaram por experiências de prostituição na capital do país, cinco desceram, posterior, para o garimpo, uma seguiu viagem para trabalhar na prostituição na Holanda e quatro trabalharam unicamente na prostituição na cidade (Tabela 7).

Todas relataram sobre relações afetivas com homens surinameses, brasileiros e holandeses com quem mudaram as suas condições e perspectivas de vida no exterior e de seu retorno. Dos surinameses e holandeses elas se tornaram amantes,

segundas ou terceiras mulheres com os brasileiros houve amigamentos enquanto durava sua permanência juntos no Suriname. Nenhuma das mulheres casou oficialmente.

Das famílias entrevistadas para esta dissertação, onze mulheres pioneiras e quatro mulheres que as seguiram passaram pelo Suriname durante sua história de migração.

Destas onze migrantes pioneiras, cinco foram primeiro para um clube de prostituição e depois desceram para o garimpo, uma mulher foi para um clube e ficou depois na rua da cidade na prostituição e duas mulheres passaram num clube de prostituição em Paramaribo para seguir caminho para a prostituição na Holanda (Tabela 7).

Tabela 7 - Movimentação de mulheres migrantes entrevistadas na pesquisa trinacional que foram ao Suriname e atuaram na prostituição e das mulheres entrevistadas para esta dissertação

	CHEGADA	SEGUNDO MOMENTO			B	S/B	EU
	Prostituição na cidade	Foi ao garimpo para prostituição, amigamento, cozinhar	Foi para prostituição na Holanda	Ficou na cidade na prostituição ou amigada			
Migrantes - pesquisa trinacional (2008)	10	5	1	4	5	5	
Migrantes pioneiras - dissertação (2010)	9	4	2	3	5	2	2
Migrantes seguidoras - dissertação (2010)	3	1	1	1	2	1	
TOTAL	22	10	4	8	12	8	2

B=Residência fixa no Brasil S/B = migra ainda entre Brasil e Suriname EU=Mora na Europa

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa trinacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (HAZEU; SILVA, 2008) e a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

A maioria das mulheres migrantes entrou no Suriname através da prostituição (todas entrevistadas na pesquisa tri-nacional e doze das mulheres migrantes das famílias abordadas nesta dissertação). Apenas duas pioneiras não foram para a prostituição – doméstica e comércio - e uma migrante que seguiu sua irmã trabalhou só como cozinheira no garimpo.

Das mulheres que tiveram o Suriname em sua rota de migração, uma morou no momento da entrevista em Portugal e outra na Suíça, uma voltou para o Suriname depois de dois anos em Belém. A maioria, porém, voltou e permanece em Belém.

A Europa como destino se diferencia em muitos aspectos com a migração para o Suriname. Não há uma demanda por migrantes para atuar em áreas de garimpo, mas por migrantes que podem ser inseridos no mercado de trabalho de serviços, comércio, cuidados, colheita etc., concorrendo e enfraquecendo a posição dos trabalhadores nativos, organizados e protegidos por leis trabalhistas ou para assumir serviços e trabalhos em setores econômicos onde há falta de trabalhadores nativos pela falta da proteção trabalhista e onde predominam relações informais de trabalho, como os setores de cuidadores de doentes e pessoas idosas, de limpeza de residências e empresas e de serviços sexuais.

Parece ter uma carência por mulheres para casamentos com homens europeus solteiros, vezes separados ou viúvos. Na vida moderna europeia alguns homens não parecem querer ou não conseguir uma relação com mulheres europeias, talvez devido às configurações das relações de poder e expectativas nos relacionamentos ou pelo desejo de relações exóticas, globalizadas e diferentes.

As falas sobre a chegada na Europa nem sempre deixaram muito claro como e onde as mulheres migrantes pioneiras ficaram logo depois de ter entrado no país. Algumas falam explicitamente em prostituição, outras de casa de amigas, umas já chegaram com seu parceiro europeu, mas várias não trataram da chegada e passaram a falar logo sobre um encontro com seu parceiro europeu.

4.1 TRABALHO

As mulheres migrantes, casadas ou solteiras, muitas vezes trabalharam duro para conquistar seu lugar, independência e sustentabilidade ou para contribuir para sua sobrevivência e de seu marido europeu, mandar dinheiro para o Brasil, sustentar a vida transnacional (viagens ida e volta) e investir em algo no Brasil que poderia abrir a porta para um eventual retorno.

Entrar num mercado de trabalho num país estrangeiro para uma mulher migrante, oriunda da periferia de Belém, implicou na necessidade da presença de uma pessoa de contato (para quem não migrou já acompanhada de marido ou esposa europeia). A pessoa que facilitou a emigração, em geral, também era a pessoa de referência para a primeira oportunidade de trabalho. Para várias mulheres migrantes pioneiras este trabalho era na prostituição.

A prostituição se configura como uma possibilidade de trabalho que não exige uma formação específica, emprega mulheres jovens, num mercado de trabalho dinâmico, que se organiza inclusive com mulheres migrantes não documentadas. Criou-se uma imagem da mulher brasileira como uma mulher latina, sensual, erótica e que gosta de sexo e uma ideia da prostituição como trabalho onde há ganhos relativamente rápidos e a possibilidade de encontrar algum cliente nativo que pode se interessar para um relacionamento mais duradouro.

Segundo Casas (2008) o mercado de prostituição tem mudado nas últimas décadas, favorecendo uma rotatividade de mulheres (e homens) prostitutas e a inserção de prostitutas exóticas. A prostituta tradicional, com seus clientes fixos, amiga e amante para toda vida, perdeu seu lugar com a chegada de mulheres estrangeiras que atendem à demanda dos clientes por renovação. Ou seja, há uma demanda estimulada pela pressão consumista pelo capitalismo global, que inclui o mercado de sexo.

A prostituição como profissão, na maioria dos países, não é protegida como forma de trabalho, em alguns países proibida e, em outros, regulamentada. Independentemente da legislação vigente, uma grande parte da prostituição se organiza no circuito ilegal. A presença de mulheres migrantes irregulares se insere nesta situação que beneficia os comerciantes de sexo pelo fato de que a posição de mulheres migrantes irregulares é enfraquecida em termos de reivindicação de seus direitos.

Não há nenhuma possibilidade na maioria dos países de destino nesta pesquisa para uma contratação legal de mulheres brasileiras para a prostituição, o que condena quem quer trabalhar na prostituição automaticamente à ilegalidade e ao envolvimento de intermediários. Somente na Suíça há uma legislação que autoriza a entrada e permanência por curta duração de mulheres e homens estrangeiros para trabalhar na prostituição através de uma permissão legal.

A maioria das mulheres migrantes desta pesquisa não teve nenhuma experiência na prostituição no Brasil. Muitas mulheres migrantes pioneiras foram e apostaram em ir e experimentar a prostituição no exterior, o que nem sempre se tornou o que esperavam. Outras foram surpreendidas e forçadas a entrar na prostituição.

Dívidas e confinamento fazem parte de todas as experiências na prostituição no exterior nesta pesquisa, aceitos por umas como parte do contrato e organização do trabalho, por outras considerados como abusivos. Nem todas as mulheres contaram suas experiências na prostituição. Hoje vivendo relações conjugais, não queriam ser lembradas ou identificadas com a atividade passageira que as serviu de porta de entrada num outro país.

Das mulheres que migraram depois das pioneiras da sua família, só uma se inseriu no mercado de sexo. As outras se apoiaram na base que a mulher migrante pioneira já tinha conquistado e construído.

Seis mulheres permaneceram por um período mais prolongado na prostituição, sob regimes e condições diversas, mas cada vez mais autônomas com o decorrer do tempo. Para Romana, por exemplo, isto significou que ela saiu de um clube no Suriname com ajuda de cliente, onde ela não conseguia se adaptar à profissão de prostituta. De volta ao Brasil foi para Portugal para trabalhar num restaurante, mas como era para também agradar os homens com programas, ela decidiu com algumas colegas ir à Espanha onde elas atuavam independentes como prostitutas. Depois de um tempo voltou para Portugal para se casar com um homem que tinha conhecido quando estava lá.

Abigail foi várias vezes para um “privé” na Holanda onde ganhou cada vez “um bom dinheiro”. Ela se sentiu valorizada lá. Das passagens pagas pelos donos de clubes e privê via Suriname ela chegou a bancar sua própria passagem direta para Holanda para sua última viagem à prostituição. Na volta abriu um negócio no bairro e nunca mais saiu.

Eu fui ciente do que eu ia ser menina de programa, eu não fui enganada de jeito nenhum. Eu fui final de 92 e quando foi em maio de 93 eu vim pra cá. Eu conquistava fácil e acho prostituição um trabalho muito, fácil aqui no Brasil e lá fora. A minha estadia era uns 880 flori por mês, que já incluía a comida. O dinheiro era dividido entre eu e ela: meia hora cem flori, cinqüenta pra mim; uma hora duzentos, cem pra mim cem pra ela. Na primeira viagem eu trouxe dez mil dólares e ela ficou com dez mil dólares também (Abigail).

Gabriela foi para Alemanha para trabalhar numa boate até encontrar seu atual marido. Chamou sua prima para ir dançar num clube, onde ela também encontrou um homem com quem ficou.

Ela foi embora pra lá aí depois de uma semana que ela se comunicou com a gente que ela já tava lá na Alemanha. Ela foi para uma boate e ela ficou trabalhando nessa boate onde conheceu o senhor que é o marido dela hoje em dia. Eles tão com uns oito ou nove anos de casados (Irmã da Jacira).

Barbie e Viviane trabalharam algum tempo num clube no Suriname, mas perceberam que lá era difícil para saldar suas dívidas e ganhar dinheiro. Com ajuda de clientes e colegas conseguiram sair (sem nenhum ganho) e desceram para os garimpos onde foram trabalhar em clubes de prostituição, até se amigar (relação fixo sem ser legalizada) com algum garimpeiro e sair do clube lá também. Seus depoimentos ajudam entender a dinâmica da prostituição no Suriname:

A passagem custou U\$ 600 dólares americanos e a gente pensava que ia pagar esse valor. Depois que a gente foi descobrir que é o dobro da passagem que a gente paga. Ele explicou que a gente passava a semana toda fazendo os ploc. A gente pagava lá pra uma moça lá antes de entrar no quarto com um cara. Ela ficava com aquele dinheiro e quando chegava o final de semana - a gente trabalhava de segunda à sábado - eles prestavam conta. A gente pagava o quarto, o quarto que a gente entrava com homem e onde a gente dormia. A nossa alimentação ficava por conta da gente e o gás na cozinha também. Na primeira semana ele descontou só do quarto e ainda não começou a descontar da nossa passagem, se não a gente ia ficar sem se alimentar. Ele ia tirando, conforme o programa. Por exemplo, o ploc que era 70 florins, 10 era do quarto, quer dizer, 60 era nosso. Eu fazia as conta tudinho. A gente deixou o dinheiro de transporte para o posto de saúde, porque de 15 em 15 dias a gente fazia exame de secreção e preventivo. Eu ainda comprei um creme no supermercado. Para a nossa comida a gente tinha que ir pro centro da cidade pra comprar. Na segunda semana ele já começou a tirar da passagem. A minha sobrinha ainda fez maior onda com ele, porque quando a gente descobriu que era 600 dolares americanos, ela queria dar na cara dele. Para pagar minha colega dizia 'fica com mais cara de noite' mas eu dizia 'eu é, ficar me estragando pra cá pra que? O que eu ganho aqui não vai me consertar depois lá no Brasil'.. A minha sobrinha pagou em dois meses a passagem dela e eu depois de dois meses fiquei devendo ainda 100 dólar (Barbie).

Quando a gente chegou lá nós estávamos devendo cada uma 850 dolares. Sendo que foi só o ticket e o passaporte que eles gastaram com a gente. Quando cheguei e que tive que descer pro salão quem disse que eu queria ficar. Eu queria voltar, mas não podia, eu já estava devendo, não tinha como sair do clube. Entrei numa depressão e numa semana tinha perdido uns dez quilos, eu queria voltar. Não queria ficar, não queria fazer nada, não queria trabalhar, eu não queria descer pro salão, mas a gente era obrigada fazer isto. Depois disso eu fui sair de vez enquanto, mas nada dava pra pagar minha passagem, porque eu tinha filho pequeno e aquele pouquinho quando conseguia eu tinha que mandar pra casa (Gisele).

Para muitas a prostituição não foi a atividade que esperavam. Viajaram com outras promessas e foram forçadas a entrar, permanecer e adaptar até conseguir fugir ou serem tiradas por um cliente.

Ele disse que tinha emprego pra ela, mas quando chegou lá era um bordel. Ela ficou presa lá, prenderam os documentos dela e ela teve que fugir desse bordel (prima da Cacilda).

Eu cheguei na boate e não sabia falar espanhol, eu fiquei perdida aí. Todo mundo disse: 'tu tens uma dívida de R\$10.000, mas tu vais pagar rápido'. Mas eu não paguei rápido eu demorei pagar, porque eu tive que me prostituir e eu tinha que fazer, no mínimo, vinte programas por noite para poder pagar a dívida. Eu sofri muito. Eu tenho essa casa mas eu sofri muito. Eu não saía, eu tinha medo de sair pra fora e eles me matarem. Às vezes eu saía com homem muito ignorante que queria me bater, eu ficava com medo. Às vezes, eu era obrigada a fazer coisas que eu não queria, era triste (Adalgisa).

Estes relatos mostram a necessidade de pensar na prostituição quando se pretende analisar a produção de identidades e os processos de territorialização no processo migratório das mulheres de periferia de Belém. A prostituição ocupa um papel na territorialização precária e inicial no exterior, na reterritorialização precária no retorno e na imagem de prostituta que recai sobre todas as mulheres migrantes encontradas nesta pesquisa.

A prostituição não é uma atividade qualquer. Envolve uma forma de exercício de sexualidade dentro de uma lógica explicitamente comercial e num mercado regido por regras e normas que visam a responder demandas (principalmente) masculinas, fantasias estimuladas e relações possibilitadas pela compra e venda. Envolve intimidade, jogos e riscos. Carrega o peso de se contrapor à moral cristã, à ideia da família ideal, ao exercício da sexualidade para a procriação e restrita à esfera privada. Organiza-se no limite entre o legal e o ilegal, segundo regras de um mercado selvagem que reforça preconceitos e papéis de gênero de dominação e submissão. A mulher que atua na prostituição é o centro de todos estes debates, questionamentos e condenações, por estar rompendo todas as regras tradicionais que se aplicam a uma “mulher honesta, respeitada”: ela trabalha fora de casa, exerce sua sexualidade fora do casamento e não para a procriação e cobra pelo que homens consideram como seu direito de possuir, sua sexualidade, seu corpo.

No contexto de um mercado internacional de sexo o trabalho da prostituta não se torna livre ou com escolhas pautadas nos seus direitos, mas passa, muitas vezes,

por uma submissão a quem domina este comércio e, portanto, decide sobre as condições de exercer a prostituição: com quem sai, quanto pode ganhar, o que deve aceitar, impedindo-as para largar o trabalho ou lugar de trabalho.

A chegada no exterior num espaço para prostituição, que tanto configura como espaço de trabalho quanto de moradia, implica que se depende das regras e gerenciamento de quem domina a atividade de prostituição naquele lugar. Não há grandes escolhas a fazer sobre onde, como, quando e o que fazer. O fato de estar morando no lugar de trabalho, sempre em condições não regularizadas, implica em perda de autonomia e controle sobre seu espaço e tempo. De uma mulher de periferia com toda sua história, torna-se uma prostituta brasileira.

Suas condições e possibilidades dependem em primeiro lugar da benevolência ou rigidez do dono do negócio de prostituição. Não se pode falar em territorialização, mas, ao máximo, numa fase de passagem, numa possível porta de entrada ou um lugar de encontro com outros atores sociais.

Uma vez atuando e conhecendo a dinâmica da prostituição, as mulheres migrantes adaptaram suas estratégias para sobreviver, lucrar ou poder sair. A fuga, o relacionamento com cliente ou o pagamento de sua dívida através do trabalho foram as três formas de sair da prostituição que as possibilitou a entrada num país. Todas as mulheres nesta pesquisa que passaram pela prostituição saíram deste trabalho com o passar do tempo no exterior.

Somente uma mulher atuou na prostituição no exterior como explícita forma de investimento de trabalho, sem expectativa de migrar ou de permanecer no país. Outras tiveram a prostituição como atividade passageira para entrar em outras histórias de trabalho e relacionamento no país de destino.

A prostituição como atividade é vista tanto no Brasil quanto no exterior como uma atividade marginalizada e discriminada, o que facilita a exploração e violação de direitos das mulheres e homens que nela atuam e ao mesmo tempo a estigmatização delas no conjunto da sociedade.

Eu acho que é difícil pra todo mundo hoje em dia, só que eu acho que a prostituição também é muito difícil aqui no Brasil. Não é aceita ainda, ninguém aceita. Quando fala que é prostituta todo mundo olha. A minha própria irmã fala assim: 'prostituta não presta'. A minha irmã trata as prostitutas como um animal. Ela diz: 'porque tu não sabias trabalhar tu só sabias te prostituir'. Ela me humilha muito (Adalgisa).

Assim, a prostituição é um fator importante para pensar em termos globais os deslocamentos de mulheres migrantes (e cada vez mais também outros atores, como travestis, homens, transexuais etc.) num mercado de trabalho do sexo, as formas de (des)territorialização que ela possibilita e a produção de identidades marginalizadas no conjunto da sociedade, de origem e de destino:

Importancia de trabajadores de sexo debido su rol en la creación de un espacio social transnacional en función de las redes que crean y de la circulación de dinero que promueven, también en sus países de origen. Estas reflexiones contribuyen a pensar en los desplazamientos de las brasileñas (PISCITELLI, 2008, p. 184).

Outros mercados de trabalho oferecem possibilidades limitadas para a inserção de mulheres migrantes e o grau de exploração também se evidencia. Os empregos que conseguiram durante a estadia no país de destino são em restaurantes, limpeza, salão de beleza, supermercado, organizando festas brasileiras, cuidar de idosos, como balconista, de massagista estética e, junto com marido europeu, uma loja de venda de flores.

Minha mãe trabalha de vez em quando na casa de reparar senhor, senhora lá e pega um dinheirinho aí ela pega dinheiro e manda pra gente poder tá vivendo aqui (filho do Raquel).

Enquanto não legalizadas, muitas atuam no mercado informal, muitas vezes atendendo e prestando serviços à própria comunidade brasileira e sendo inseridas num circuito de trabalho irregular onde os riscos de deportação sempre estão presentes:

Logo no começo tive bons resultados com a estética. Só que tem uns meses quando não está quente ainda e não é muito procurado estética. Eu resolvi procurar um trabalho. Conheci uma portuguesa que tinha um grupo cinco meninas que trabalhavam pra ela. Uma dessas meninas foi deportada, porque ela deixou disparar o alarme de um dos locais que a moça trabalhava e a polícia parou lá e antes dela correr a polícia chegou a tempo e a levou. Eu fui trabalhar no lugar dessa moça. Essa portuguesa fazia assim: Ela pegava nos, cinco mulheres, num ponto e levava pros lugares. Eu e uma outra moça fazia limpeza numa escola e em dois escritórios de advogados. Ela não pagava muito bem, mas era um trabalho de todos os dias, de quatro horas da tarde a nove horas da noite. Dava para pagar o aluguel. As pessoas vão pra lá, elas não querem saber que horas vão trabalhar, quanto vão ganhar. Elas querem completar o dia todo, de cinco horas da manhã às dez horas da noite. É assim, não pode perder tempo. Tem gente que não se diverte, só querem saber de trabalhar, o brasileiro vai pra lá pra trabalhar (Valda, antes de casar).

O risco de ser deportada impactou muito na organização da vida das mulheres antes de conseguir se legalizar e o mercado de trabalho informal se aproveitou desta vulnerabilidade, atuando através de pessoas de contato que são contratadas para contatar migrantes não legalizados para trabalhos. Nos controles por parte da polícia não há nenhuma vinculação clara com quem contratou e para quem estava trabalhando e a deportação do migrante é o único fim da intervenção.

Esta realidade às vezes é aproveitada por brasileiros(as) que já estão legalmente num país e se tornam elos entre as mulheres migrantes pioneiras que chegam e o mercado informal de trabalho. Quando há discordâncias ou reclamações, elas mesmas denunciam a mulher migrante como irregular para que ela seja deportada, controlando assim o mercado de trabalho. Assim aconteceu com Raquel e Jacira, que depois da primeira deportação conseguiram durante outras tentativas de migração se casar e se legalizar.

O medo da deportação e a própria deportação são vivências traumáticas e enfatizam a identidade de não-nacional e da não-territorialização para as mulheres migrantes. Sendo deportada como “criminosa” e não ter tido nenhum apoio do consulado brasileiro, como relataram Saionara, Adalgisa e Gisele, trouxe sentimentos fortes de desterritorialização num espaço transnacional, de não pertencer a nenhum dos espaços.

Relacionar-se com um homem europeu mudou, de certa forma, esta lógica de medo, exploração e vulnerabilidade, como se tratará ainda. Mas, mesmo casada e legalizada, o mercado de trabalho formal tem acessibilidade restrita e a condição socioeconômica do marido muitas vezes obrigou ambos a trabalhar duro para conseguir o mínimo de bem estar no país de destino e poder enviar algum apoio para a família no lugar de origem. Configuram-se neste contexto formas de convivência a partir da demanda no mercado de trabalho por trabalhadores que se submetem a precárias condições e horários irregulares de trabalho.

Ela não trabalha na mesma cidade que ela mora com seu marido. Ela passa até 15 dias lá no serviço, porque lá tem onde ela dormir. Ela não vem todo dia pra casa dela, ele vem pra casa e ela não (Irmã da Gabriela).

Hoje ela trabalha como balconista de farmácia. A filha dela fica na creche. O marido dela trabalha durante a noite, ele faz entrega de

pizza do restaurante da mãe dele. Ela trabalha durante o dia e ele trabalha durante a noite (Irmã da Rafaela).

Separações pelo trabalho também vividas por Romana, que já vive 14 anos junto com seu parceiro português, que atualmente trabalha como migrante português em Luxemburgo enquanto ela fica em Portugal.

A história de trabalho a seguir ilustra a corrida e empenho para garantir seu lugar no país de destino e o suporte aos filhos que ficaram em Belém e o investimento em trazê-los para perto dela:

Eu arrumei esse emprego no supermercado na raça, porque eu não falava alemão na época. A minha chefe disse: 'olha, a partir de hoje tu tens que falar alemão', porque eu só falava italiano, 'porque tu vais trabalhar no caixa e tu tens que falar com os clientes'. Nesse período que eu trabalhei lá, eu trabalhei no Mcdonald também, porque lá eu trabalhava por hora e ganhava pouco. Eu ganhava pouco pra eu sustentar meus filhos aqui, pra pagar a escola, pagar a menina, comprar comida e tudo, então eu queria trabalhar mais. Eu ia trabalhar no Mcdonald. Eu trabalhava quinta, sexta, sábado e domingo a noite e às vezes, quando eu tinha folga do supermercado, eu ia pra lá trabalhar. Eu perdi o emprego porque eu tinha que vir buscar meus filhos e a minha chefe não quis me dar essa folga. Ela disse 'então tu pede demissão' e eu pedi demissão (Safira).

Como na experiência de trabalho em Belém, várias mulheres procuraram investir em trabalhos autônomos, entre os quais de esteticista, massagista (Valda, Daiara), salão de beleza (Cacilda, Dafne), e organização de festas (Daiane) e para tal investiram em cursos de aperfeiçoamento (às vezes quando visitavam o Brasil). O mercado de trabalho em geral oferece empregos e trabalhos com possibilidades mínimas de carreira e ganhos significativos:

Eu sempre trabalhei também. Primeiro eu trabalhei num hotel onde arrumava os quartos e depois eu passei para trabalhar no Buffet. Depois que a gente se mudou eu fui trabalhar num restaurante, depois eu arrumei um trabalho num supermercado italiano (Safira).

Todas duas eram muito ligadas a questão de arte, artesanato e isso não dá estabilidade aqui e lá também não. Uma trabalha com costura industrial e a outra cuida de idosos (irmã da Lena e Tânia).

Ela trabalha lá limpando uma creche. Ela vai de manhã, tem o horário dela né?! Depois ela vai e limpa o ginásio de uma outra escola (irmã da Ecléia).

Quando ela se separou dele ela foi trabalhar numa fábrica de cortinas. Antes ela trabalhava de manicure (Mãe da Daiane).

O tipo de trabalho que as mulheres conseguiram não diferencia muito daquele que tiveram acesso e experiência em Belém e a instabilidade em muitos casos também parece se repetir. O diferencial para quem está legalizado parece estar no salário e na seguridade social. Ou seja, o mercado de trabalho não oferece muitas possibilidades de investir em outras oportunidades, beneficia-se da disposição e necessidade de trabalhar das mulheres migrantes, oferecendo precárias condições de trabalho e pouca estabilidade à maioria. O fato de estar trabalhando significa uma pequena contribuição para a produção de identidade da mulher migrante, que não muda, porém, muito a ideia que se criou em torno da mulher migrante brasileira. Ela é “a outra” no contexto do trabalho legalizado, a “invisível e explorada” no trabalho irregular, e a “brasileira” nos trabalhos que se voltam para cuidados com a beleza e a cultura brasileira.

O trabalho se configura para elas mais como uma condição necessária para sustentar a nova família constituída no exterior, apoiar a família em Belém e poder pensar em possibilidade de retornar ao Brasil do que um elemento constitutivo da identidade positiva, de trabalhadora, a final a única razão de ser legitimada de imigrante na lógica de abordagem da imigração nos estados nações de destino (SAYAD, 1998).

4.2 RELAÇÕES AFETIVAS: CASAMENTOS TRANSNACIONAIS

Casar pode ser uma possibilidade e parte de processos de territorializar. Fazer parte de uma família significa ter um papel legal, socialmente reconhecido e valorizado, estar ocupando e produzindo um espaço de forma coletiva (familiar) trazendo diferentes histórias para um mesmo espaço e usar os recursos concretos e simbólicos desta união para disputar o espaço social e geográfico.

O casamento faz parte da reprodução da sociedade capitalista pautada na centralidade da família como unidade de reprodução e com a divisão de trabalho de gênero pensada para tal. Porém, a luta feminista tem resignificado e questionado esta divisão de trabalho e espaço social de tal forma de que cada vez mais a família pensada dentro da lógica da reprodução capitalista tem se transformado num espaço de disputa política e social.

Se no lugar chamado origem da migração em estudo (as periferias de Belém) a organização das famílias já não correspondia ao modelo de família pensada (o que não quer dizer que a divisão do trabalho no seio de família não reproduz relações desiguais de gênero), no lugar de destino (Europa e Suriname) a instituição família também sofreu grandes impactos e mudanças nos últimos 30 anos, com o avanço de famílias monoparentais, relações de convivência alternativas e principalmente mudanças na divisão de responsabilidades e trabalho dentro das famílias.

O crescimento de número de casamentos transnacionais não pode ser desvinculado destas duas realidades, na origem e no destino, das migrações. Casamentos transnacionais são entendidos como casamentos entre pessoas que são originárias de países diferentes e através do matrimônio começam a viver uma vida familiar nos dois países. As mulheres que migraram e se casaram no exterior levaram suas experiências e reivindicações em termos de relações e papéis de gênero para dentro da nova relação (implicitamente ou explicitamente negociados), permeada pela condição de migrante. Conforme depoimentos das mulheres migrantes e conversas com alguns maridos delas, os homens nativos que casaram com as mulheres brasileiras deste estudo levaram consigo uma vivência de relações de gênero em disputa nos seus últimos relacionamentos e, mais geral, em debate na sociedade, da qual incorporaram novos valores e, ao mesmo tempo, resistências em torno do questionamento de seu papel como homem dentro da família.

Pensar o casamento transnacional somente como uma forma de legalizar permanência, um negócio no mercado migratório, uma estratégia de territorialização ou uma relação de interesses não corresponde à realidade das mulheres migrantes nesta pesquisa, como também é questionada por Pisiciteli (2010, p. 12):

Entra as mulheres originárias de camadas sociais baixas e com menor grau de escolaridade, duas noções difundidas no Brasil, 'ajuda' e 'futuro' contribuem para compreender esses interesses (interesses que, às vezes, abarcam aspectos econômicos, mas não se reduzem a eles).

As relações afetivas, de convivência e amorosas se organizaram de formas diferentes nos dois grandes destinos das mulheres migrantes nesta pesquisa, o Suriname e a Europa. No contexto de variações no mercado de trabalho, na legislação para migrantes e no lugar que migrantes brasileiros ocupam na sociedade

local, as relações assumiram suas formas específicas, negociando afetos, interesses, oportunidades, amor e sexo.

As relações estabelecidas na Europa:

1. São sempre com europeus ou estrangeiros com visto permanente;
2. Tendem a ser oficializadas através de casamentos;
3. Não envolvem inicialmente nenhum acordo de trabalho em conjunto;
4. Envolvem a possibilidade de unir filhos dentro da nova relação na Europa;
5. Trazem relações transnacionais com as famílias das mulheres no Brasil e a família construída na Europa.

No Suriname, as relações

1. São, em sua maioria, com outros brasileiros, que estão também numa situação entre semi-regular (visto de trabalho temporário) ou irregular;
2. Nunca são oficializadas em termos da lei (casamento);
3. Envolvem várias parcerias de trabalho;
4. Não contam com a possibilidade de trazer filhos para o Suriname;
5. Não estabelecem uma relação transnacional entre a família no Brasil e a nova família no Suriname.

Para se relacionar as mulheres e seus parceiros precisavam primeiro se encontrar. Nas periferias os relacionamentos se estabeleceram na própria vizinhança, através da vida na rua, nas festas, nas igrejas etc. Porém, considerando relacionamentos na pós-modernidade, estes lugares perderam importância para quem quer procurar outras possibilidades de vida, construir outras identidades. O espaço virtual é um dos novos espaços de encontro, que também teve importância na vida e no estabelecimento de algumas das mulheres migrantes.

Os indivíduos que não se identificam mais e que, segundo Bauman, nunca se identificaram com a estrutura do Estado moderno, buscam hoje novas comunidades onde podem sentir uma pertença, uma nova identidade. É o fenômeno das “comunidades virtuais”, nas quais as pessoas se entregam em busca de relacionamentos que a sociedade fluida pós-moderna não oferece mais, pelo menos não oferece com a qualidade que oferecia quando o mundo era ainda “lento (CUGINO, 2008, p. 169).

Outros espaços de encontro no processo migratório, além de internet, são criados ou ganham visibilidade e significado para possibilidades de novos relacionamentos. Neste campo a prostituição, festas brasileiras organizadas e encontros de amigos de mulheres brasileiras já casadas com estrangeiros, são os principais espaços mencionados pelas mulheres migrantes nesta pesquisa. Ou seja, a prostituição (lugar de negociação comercial de encontros e relacionamentos sexuais) se configura também como lugar de possibilidades (e negociação) de relacionamentos afetivos e casamentos. O cultivo de uma cultura brasileira de festas, na qual a presença e a figura da mulher brasileira são exaltadas, também facilita as possibilidades de novos relacionamentos afetivos. São lugares concretos e simbólicos construídos, reconhecidos pelas mulheres brasileiras migrantes e os homens europeus, surinameses e brasileiros no exterior como de relacionamentos, prenúncio de possíveis casamentos.

O encontro com o par estrangeiro, portanto, realiza-se já no Brasil, no país de destino ou via internet, como também têm observado Raposa e Togni (2009) estudando casamentos transnacionais entre brasileiras e portuguesas.

O casamento tem uma conotação de negociação, tanto em termos de poder quanto em termos de patrimônio. O amor romântico, pautado na paixão e sonhos, não foi a única razão de juntar-se, casar-se e conviver. As várias formas de convivência legalizadas refletem anseios culturais e interesses econômicos no sentido da reprodução das condições e relações necessárias para a produção da época e do lugar específico.

As mulheres migrantes que continuaram morando na Europa estão casadas com um europeu, com um brasileiro com nacionalidade belga ou separadas depois do período que permite sua permanência no país e amigada/noiva de outro homem. Das mulheres que voltaram da Europa para morar no Brasil, 06 voltaram casadas com europeus (três suíços e três holandeses) e três voltaram solteiras, sem ter se casado no exterior. Adalgisa, que viveu na Espanha, teve uma relação com um marroquino por um ano com quem queria casar, mas ela foi deportada e informada que o seu “noivo marroquino”, em seguida, se suicidou.

No contexto de migração as mulheres migrantes encontraram um europeu para se relacionar, namorar e casar, já no Brasil ou na Europa, no lugar de trabalho (em várias ocasiões na prostituição), em festas (especialmente aquelas festas

brasileiras) via familiares ou amigos que serviam de “cupido” e também via internet. Piscitelli confirma ter encontrado na sua pesquisa sobre matrimônios mistos na Espanha, que “a maioria dos casamentos é resultado de encontros que tiveram lugar quando as brasileiras, solteiras ou separadas, já se encontravam no contexto migratório” (PISCITELLI, 2010, p. 9)

Mesmo que o casamento não seja o motivo explícito da migração, o matrimônio entre pessoas de duas nacionalidades é uma forma de territorializar, fazer parte da sociedade europeia, acessar direitos e mercados e vivenciar a interculturalidade.

O interesse em legalizar a estadia na Europa está presente em todas as relações estabelecidas, mas muitas vezes não parece ser decisiva. Todas sabiam que, para conseguir sua permanência, praticamente a única opção para mulheres de periferia de Belém era um casamento com um europeu. No mercado onde elas podem ser inseridas não há uma demanda por trabalhadoras pelas vias oficiais, ou seja, empregos internacionais que passariam por contratos regularizados por empresas via embaixadas, Ministério do Exterior e preparação das mulheres quando ainda se encontrariam no Brasil. Esta é possibilidade para quem vai fazer pós-graduação, trabalhar para grandes empresas ou esportistas, mas para as mulheres brasileiras da periferia isto não parece uma possibilidade real.

A lógica da entrada na Europa para as mulheres migrantes da periferia de Belém foi como turista e em seguida trabalhar num circuito ilegal (prostituição, limpeza, serviços etc.) e viver de forma irregular com os riscos (e vivência) de deportação (Raquel, Jacira, Adalgisa) e de superexploração no trabalho e até no mercado imobiliário.

Para quem procura uma certa estabilidade e regularização o casamento é basicamente a única forma que a legislação na Europa oferece na atualidade com suas políticas restritivas à migração. Não basta somente querer morar e viver num país, precisa ser contratado para tal em seu país de origem ou se tornar par de um europeu.

Tanto o imigrante regular quanto o irregular é considerado como mão-de-obra, ou seja, na lógica dos Estados nações, a única razão de ser do imigrante num outro país é sua força de trabalho. O lugar do outro, o não-nacional, é para garantir o funcionamento da economia nacional e não como parte integral da nação, como

cidadão (SAYAD, 1998). Ele (ela) é essencial para o mercado informal (em ampla ascensão na Europa e fundamental para o funcionamento das economias nacionais), onde nacionais em geral não se inserem (respaldados por leis trabalhistas e podendo contar com apoio do Estado quando desempregados) e para o mercado formal (procurando inserir os melhores quadros, inovadores e talentos). Ou seja, uma política repressiva à imigração para garantir o funcionamento do mercado informal e uma política seletiva de migração para setores específicos.

Outra possibilidade para a legalização da situação são os perdões gerais que acontecem às vezes em um ou outro país europeu. São momentos específicos de legalização de migrantes em situação irregular (segundo alguns critérios, entre eles geralmente o tempo de permanência, a residência e o trabalho), nunca se tornando estruturais e vinculados a uma política mais repressiva logo em seguida.

A perspectiva de casamento transnacional foge (e questiona) do enquadramento do migrante como mão-de-obra (e temporário). É uma forma de começar a fazer parte da sociedade de destino, de forma permanente e sem vínculo automático com o mercado de trabalho.

Incluir na perspectiva migratória um relacionamento com um europeu, viajar para possibilitar novos contatos, encontros e amores, era uma motivação não sempre explicitamente reconhecida e até negada por familiares no Brasil. Anita, de Icoaraci, que tem duas irmãs, tia e sobrinha morando e casadas na França diz:

Acho que tem uma coisa que pesa mais do que o casamento. Se elas não tivessem casado, mas se elas tivessem condições de permanecer não clandestina, porque o casamento, elas não permaneceriam clandestinamente entendeu, mais teria uma coisa que pesaria mais que é o trabalho, a estabilidade de trabalho (Irmã da Lena e Tânia).

Quando o casamento não foi necessário para ficar juntos, esta opção também não foi materializada. Neste sentido o ato de casamento não parece ser uma marca simbólica de felicidade, realização e compromisso perante a sociedade.

Minha irmã não casou com holandês porque não quis, ela vive com ele porque na Holanda não precisa casar pra viver lá. O marido se responsabiliza na policia e pode viver lá, até trabalhar sem ser casada (Safira).

Não sendo necessariamente a realização romântica do amor, os relacionamentos e sua formalização em casamentos vão muito além de sua funcionalidade para a legalização da permanência, sendo formalizações necessárias, como Piscitelli discute, quando afirma que “as relações envolvem uma mistura de interesses, sexo e afeto, ou, sentimentos, “conveniência” e “interesses” (PISCITELLI, 2010, p. 2).

O antropólogo americano que mora no Rio de Janeiro, Blanchette, vai além e afirma que em sua experiência de pesquisador e vivendo há 13 anos dentro do eixo migratório anglo-americano/brasileiro não testemunhou nenhum caso de casamento puramente para fins de vistos (BLANCHETTE, 2005, p. 144).

Os depoimentos das mulheres migrantes mostram que têm consciência da importância do casamento para a legalização de sua estadia na Europa, observando a realidade da comunidade brasileira no país europeia como toda e já incluindo esta possibilidade no projeto migratório: “As mulheres migram porque elas casam, todas minhas amigas aqui são casadas” (Jaci).

O meu irmão tinha vontade de ir pra lá, mas sabe como é, ele com filho, esposa e a gente dizia pra ele ‘lá na Suíça só pode ficar se tu casar, só pode trabalhar se casar. A gente não vai te levar pra lá. Tu vais deixar tua mulher e teus filhos e tu vais casar com outra mulher? A gente não concorda com isso’. Nós fomos porque nós éramos solteiras nós não tínhamos vínculo com homens aqui (Safira).

Porém, esta consciência não significa que qualquer proposta seja aceita. Os homens europeus pareciam ter mais pressa para casar do que as próprias mulheres. O casamento geralmente se concretizou somente depois de um tempo de namoro, viagens de ida e volta entre a Europa e o Brasil e um explícito esclarecimento sobre as condições familiares que as mulheres traziam.

Eu acho que eu tava lá um mês e já tinha um alemão que queria casar comigo. Eu achei muito rápido. Todo mundo falava: ‘vai, é o teu papel, vai, casa. Daqui a três anos tu separas, tu tens o teu papel’. Eu disse ‘não é assim também’ (Saionara).

Depois de duas semanas que nos conhecemos ele já queria casar comigo. Quando ele quis casar comigo depois de uma semana eu disse: ‘primeiro tu tem que ver a minha situação em Belém, eu tenho três filhos’. Ele não acreditava que eu tinha três filhos (Safira).

Eu indo lá pra minha irmã já na Suíça eu conheci o meu marido. A gente namorou ainda um ano e meio, ele vindo aqui eu indo lá. Ele disse: ‘não dá mais porque fica muito caro a passagem vamos casar e vamos embora’ (Laica).

O casamento também é uma formalização necessária para garantir a migração de volta, podendo trazer e conviver com o parceiro europeu no Brasil. Um casal que vivia há dois anos juntos, um ano na Holanda e depois um ano no Brasil, sem serem casados, agora procura se casar para garantir a legalização da estadia e da permanência juntos no Brasil

Fiquei lá os três meses, conheci o meu marido e voltei. Depois ele veio. Voltei na minha passagem, mas já tinha conhecido meu marido. Desde então começaram os gastos dele. Aí ia e vinha e ele ficou. Depois ele mandou me buscar de novo, sempre nesse espaço de três meses. O ano que passou, como eu tava grávida, nós viemos em janeiro e ele ficou. Voltei com ele pra cá mas eu não fui com ele por lá (Dafne).

O processo de decidir onde ficar, conhecer-se melhor e firmar o relacionamento, passou por idas e vindas que mostraram um movimento complexo de construção de uma vida a dois e pouco parece com uma simples contratação por interesse de legalização.

Jaci se casou com um francês que conheceu na Suíça, mas juntos vieram para o Brasil para se casar e morar, antes de decidir voltar. Depois de uma passagem por Portugal, Daiane, que, segundo sua mãe, “sofreu muito lá”, foi “buscada em Belém” por um alemão que a tinha conhecido no Portugal. Sua irmã (Daiara) foi depois para seu casamento, onde encontrou seu futuro esposo.

Eu o conheci quando eu vim fazer um intercâmbio para melhorar meu francês na Suíça. Sou formada em turismo e queria trabalhar em cruzeiros internacionais e viajar muito, mas nunca pensei em morar em um país estrangeiro. Eu vim e voltei. Eu me casei em 2007, nós casamos no Brasil. nós moramos alguns meses com a minha família e depois nós nos mudamos (Jaci).

Lá (Portugal) ela conheceu um alemão. Depois que ela passou esses sete meses, ela veio embora. Ele veio atrás dela. Ele era deficiente, mas ele era gente fina. Ele veio atrás dela, passou um mês aqui em Belém e depois ele foi embora. Ele falou pra ela ir atrás (Mãe da Daiane).

Minha segunda irmã foi para casamento da Daiana na Holanda. Lá ela conheceu um holandês. Ela veio embora, mas eles ficaram se comunicando por internet e telefone. Ele veio pra cá para o Brasil e convenceu para ela ir. Ela disse: “eu vou com ele”, e foi para lá (irmã da Daiana).

Selma, uma migrante jovem, ainda adolescente de 16 anos, morava com sua tia na Bélgica, quando começou a namorar um brasileiro com nacionalidade belga. A tia não aprovou e a mandou de volta para o Brasil, para a casa de seus pais. Seu namorado foi atrás dela e no Brasil se casaram.

Na segunda feira ela marcou minha passagem pra quarta feira. Tirou meu celular, não deixou me despedir de ninguém nem mesmo dos meus amigos e familiares. E no Brasil só minha mãe e meu pai sabiam que eu iria volta pro Brasil. Eu embarquei pro Brasil na quarta em janeiro de 2009 e ele foi em fevereiro me buscar. A gente se casou e viemos de volta. Foi tudo muito rápido porque ele não poderia fica muito tempo no Brasil, pois ele teve que abandonar tudo aqui, seu trabalho, seu apartamento, tudo. Ficamos no Brasil o tempo para casar e viemos embora (Selma).

Abigail, há 15 anos de volta ao Brasil, mas que migrou várias vezes para o Suriname e para a Holanda, conheceu um holandês que quis morar com ela na Holanda, mas ela não queria. Ele ajudou comprar uma casa para ela, mas chegou a falecer antes de se mudar para o Brasil e ficar com ela.

Ele me conheceu na casa de prostituição e ficou apaixonado. Ele veio para o Brasil e me presenteou com essa casa. Logo na primeira viagem. Ele ficou 15 dias aqui no Brasil comigo. Comprou a casa passou pro meu nome. Ele disse que ia voltar, só que na verdade ele queria que eu morasse lá na Holanda e eu disse que não. Ele voltou. Ele disse que ia vender o que ele tinha lá e viria morar comigo no Brasil. Nessa volta à Holanda ele sofreu um acidente em Bruxelas e faleceu (Abigail).

Este casamento que não se realizou tem um lado instigante, pois antes de ela viajar para Holanda para trabalhar na prostituição, ela já tinha assumida sua homossexualidade, namorando com uma mulher e hoje morando junto com outra mulher. Porém, ela considerou a possibilidade de investir e morar juntos no Brasil com um holandês.

A ameaça que uma separação pode significar para a legalidade de permanência no país não parece ter atormentado as mulheres. Maridos europeus se preocuparam muito mais com a possibilidade de acabar a relação quando esta ainda não era legalizada, por forças estatais através de deportação, ou depois do prazo

mínimo para ganhar o direito de permanecer, mesmo depois de separar de marido europeu.

Visitas ao Brasil e à família foram percebidas como ameaça ao relacionamento, como também a perspectiva de terminar o prazo legal de casado que permitiria a mulher se separar e continuar legalmente no país.

Numa visita ao Brasil depois de três anos na Bélgica e ainda não casada na época (casou um ano depois da entrevista), Valda conta,

Ele fez de tudo pra que minhas filhas fossem comigo para Bélgica, porque elas estando lá ele sabia que eu não ia mais sair de lá e o medo dele era esse. Eu vim agora visitar minha família em Belém, mas o medo dele que eu não volte. Ele pensa: 'Ela vai chegar lá ela vai acabar desistindo e vem buscar as meninas' (Valda).

Saionara, que morou com sua tia na Holanda, relata como o marido da tia se preocupa:

Como ele diz pra ela: 'depois que tu completar os teus três anos tu vais se sentir livre, tu podes fazer o que tu quiseres'. Ele tem medo de perder ela. Mas ela diz que não. Ela quer ficar com ele independente de três anos ou não ela quer ficar com ele (Saionara).

No contexto político e social, a formalização do casamento parece realmente uma opção necessária para viabilizar a permanência no país e/ou com o parceiro europeu. Três das mulheres migrantes se separaram de seu marido depois do período mínimo necessário para garantir seu visto permanente ou depois de ter tido um filho do casamento e na Europa. Elas se relacionaram depois com outras pessoas, porém, sem (ainda) se casar. Daiara, depois de se separar de seu marido holandês, que a trancava em casa e a maltratava, mora há alguns anos junto com outro holandês que conheceu via internet. Eles estão pensando em casar, mas não mostram nenhuma pressa. Eles moram numa casa popular numa cidade pequena no leste da Holanda. Dagmar migrou a convite de sua tia Gabriela, que já morava na Alemanha, depois de uma relação com um Italiano na Alemanha com quem teve um filho. Ela está hoje junto com um português sem planos de casamento. Romana, há mais de 18 anos no exterior, casou-se com um português de quem se divorciou depois de vários anos de relacionamento e uma história de violência doméstica. Já vive lá 14 anos junto com outro português, sem casar novamente.

Oito mulheres migrantes estão todas nos primeiros anos de casamento com europeus e, portanto, numa dependência legal, o que não parece as preocupar.

Dez mulheres migrantes estão casadas há muito mais tempo do que o mínimo exigido para poder separar e continuar vivendo na Europa, uma vez que a separação daria direitos à pensão alimentícia e de seguridade social, além de não perder o visto de permanência.

A instituição casamento civil parece claramente um instrumento obrigatório de formalização e legalização da estadia no país estrangeiro e das relações afetivas amorosas, uma vez que a legislação migratória obriga alguma forma de legalização das migrantes. Nos países onde o casamento homossexual é reconhecido, como na Bélgica, apareceu também esta modalidade de casamento. Através da legislação os países procuram impor seus valores culturais (formas de convivência) e a possibilidade de se tornar, como estrangeiro, parte da nação. Para as migrantes são regras com as quais procuram negociar e as quais avaliam em termos de validade para sua realidade e perspectivas.

Algumas mulheres expressaram vontade de voltar, mas como seus parceiros europeus não querem morar no Brasil (que às vezes nunca visitaram), elas não conseguiram tomar a decisão de voltar. Seis mulheres voltaram, casadas, com (ou sem) seus maridos europeus, como será abordado no próximo capítulo sobre o retorno.

A discussão sobre interesses e afeto nas relações envolve tanto as mulheres brasileiras quanto os homens europeus que se casaram. Como as relações sempre envolvem duas ou mais pessoas, a troca e negociação que ocorrem precisam ser entendidas a partir de todos os envolvidos. Na literatura sobre casamentos/matrimônios transnacionais se foca principalmente no interesse e envolvimento das mulheres brasileiras e não aprofundam muito sobre os interesses e afetos dos homens europeus envolvidos e como eles estão e se posicionam nas relações (RAPOSO, 2009; PISCITELLI, 2008; PISCITELLI 2010). O que eles oferecem e o que ganham? O que querem e o que sentem? O que projetam e o que perdem na troca de interesses, afetos e sexo?

Os maridos europeus identificados nesta pesquisa são, em geral, de classe trabalhadora ou classe média baixa, solteiros (separados ou nunca foram casados),

todos passando dos trinta anos, um pouco ou bem mais velhos que suas esposas brasileiras e na sua maioria nunca tinham visitado o Brasil.

Eles assumem a responsabilidade de garantir moradia e estadia na Europa, carregam o preconceito da sua família e comunidade por estar casado com uma brasileira (identificada como prostituta e mulher interesseira), precisam reaprender suas rotinas agora com quem veio de uma realidade das periferias de Belém e estão sendo inseridos em extensas famílias com demandas no Brasil. Os três homens estrangeiros casados com uma brasileira migrante com quem houve uma conversa contaram que eles ganharam uma companhia quando estavam sós e em busca de algum sentido novo na vida, que parece na Europa de certa forma previsível e rotineiro. Poder viver e significar algo para alguém, que o considera e oferece afeto, sexo e companhia parece um desafio atraente.

Diferente das relações na Europa, os relacionamentos das mulheres nesta pesquisa no Suriname nunca são ou foram legalizados. Elas ocorreram no campo da irregularidade de estadia naquele país, tanto dos homens quanto das mulheres (pois no Suriname muitas relações foram estabelecidas com brasileiros) ou da ilegalidade (extraconjugais por parte dos homens surinameses ou holandeses). Parece haver uma perspectiva de temporalidade da relação, como o próprio ritmo da garimpagem e do trabalho nos clubes. Há um intenso fluxo e refluxo das mulheres entre o Suriname e o Brasil, muitas vezes sustentado por relações de amigamento e a perspectiva de continuar juntos.

Em todas as situações no Suriname, com exceção de uma mulher que estava trabalhando como cozinheira num garimpo, as mulheres que se amigaram conheciam o seu parceiro quando estavam na prostituição. Estas relações envolviam geralmente um pagamento ao dono dos prostíbulos onde as mulheres estavam trabalhando ou uma ajuda num momento de fuga. Uma realidade muito diferente da Europa, que só se faz entender melhor a partir de algumas falas:

Ele pagou as minhas despesas porque a gente paga uma diária dos quartos lá e eu fui pro garimpo com ele. Lá no garimpo eu ia fazer comida para os piões e ele me pagava. Era um parceiro que pelo menos me tirou daquela vida e melhorou a minha vida né. Minha intenção era ir para o Suriname, mas não para ficar lá, porque eu já tinha uma imagem mais ou menos de Suriname, a minha intenção era ir pra lá e de lá pra atravessar para Holanda (Nádia).

Eu sai do clube, quando eu conheci o pai do meu filho menor. Ele é brasileiro, maranhense. Eu ficava só com ele, não queria mais ficar com homem nenhum. A dona do clube foi se aborrecendo por isso. Uma amiga falou: 'Vou já chamar ele, vou já fazer ele dar um jeito nessa situação, se ele realmente quer ficar contigo'. E disse para ele: 'Olha, a Barbie tá com problema. Tu sabes que ela gosta de ti e ela não quer mais ficar com os cara. A dona está ameaçando ela. Se ela não vai pagar a dona, ela vai queimar as coisa dela tudo'. E ele foi comigo lá: "dona, quanto é que a Barbie deve, ai?". "Trinta grama de ouro". "me daí a balança". Ele pegou pagou e me tirou de lá. Foi o tempo que eu me amiguei com ele. Passei sete meses amigada com ele, ai eu engravide (Barbie).

As relações, no contexto de garimpo e drogas, tendem a passar por profundas crises que muitas vezes levaram a finalização das relações, tanto que nenhuma das mulheres que migrou para o Suriname ainda está relacionada com o parceiro que encontrou naquele país.

Ele queria ficar comigo e com ela, e ainda descobri que ele era casado aqui no Brasil. Eu chamei a minha sobrinha e falei pra ela que ele era casado e que eu não ia querer ficar com ele, porque eu não gosto de me meter com homem casado (Barbie).

Conheci uma pessoa e ele me tirou do clube e fui morar com ele. Era surinamês, mas descobri que ele era traficante de droga e voltei pro Brasil (Romana).

Depois de um mês eu conheci um brasileiro e comecei a ficar com ele. Só eu tinha que pagar este dinheiro e não tinha como. Quando fui a primeira vez pro garimpo, passou o final de semana lá. Neste momento fiquei com este rapaz. A gente começou ir pra garimpo e a trabalhar junto. Sempre sem um compromisso sério, a gente vivia como namoridos: vivo minha vida, você viva sua, a gente fica junto e vamos ver no que vai dar, vamos lutar. Eu morei com ele três anos e ate hoje eu considero ele como o único marido que eu tive de verdade. A gente se separou em 2005, quando ele ficou trabalhando na Venezuela eu voltei para Belém (Gisele).

Se eu casasse com essa pessoa que eu tava no Suriname, eu tinha vontade de levar meus filhos, Eu mandei buscar um, só que ele não quis ir. Nenhum deles quis ir de jeito nenhum e eles disseram que eu tinha que vir. Quando eu estava muito doente de malária, eu falei: 'agora eu vou'. Ele disse que a hora que eu quiser voltar ele me aceitasse, mas eu não gostava muito dele. Eu só gostava do jeito que ele cuidava de mim, fazia comida pra mim, era muito bom (Loeci).

As relações com brasileiros no garimpo ganharam uma conotação de parcerias, de companheirismo, de dividir o trabalho e os desafios naquele espaço remoto e isolado. Às vezes as mulheres viajaram para o Brasil para visitar seus

familiares, mas em geral ficaram longos períodos na atividade garimpeira com seu parceiro. As relações acabaram quando havia crises na atividade garimpeira, o parceiro optava para ficar com outra mulher ou quando por doença e questões familiares elas precisavam se afastar. O que parece sustentar a relação era justamente a convivência no garimpo, onde duas pessoas carentes e longe de suas famílias encontraram uma no outro um acolhimento, afeto, proteção e companheirismo. Elas não mencionaram amor, mas o cuidado com o outro como elemento principal.

Fora do garimpo as relações com brasileiros, outros estrangeiros ou surinameses na cidade (Paramaribo) ocorreram num ambiente de relações extra-conjugais, temporários e incertas. Não chegaram a morar juntos, às vezes eles garantiram uma residência cedida onde ela podia morar e ele a visitar ou um quarto alugado ou de hotel.

Os relacionamentos afetivos na Europa e no Suriname são permeados por lógicas diferentes, tanto em termos legais e políticas migratórias, quanto em termos de produção de identidades. Na primeira vista os relacionamentos afetivos parecem ter uma clara funcionalidade, em ambos os espaços. Na Europa para legalizar a permanência através de casamentos formais e no Suriname para escapar do controle do mercado da prostituição através de um homem protetor. Porém, as inúmeras exceções e as intencionalidades expressas na fala das mulheres migrantes levam inevitavelmente a entendimentos mais complexos e mais desafiadores. A dependência que a leitura simplificada dos relacionamentos pressupõe contrasta com as decisões tomadas pelas mulheres, suas estratégias e a valorização dos relacionamentos ou decisões de interromper os mesmos. Pensar em constituir uma família, de procurar um par, faz parte de perspectivas muito antes de migrar e não se perdem em decorrer da viagem. Família e casamento são valores amplamente assumidos como relevantes em suas vidas e nas sociedades donde são oriundas e onde se inserem. O casamento formal é menos importante para o significado de um relacionamento afetivo do que para a legalização de permanência, ou seja, esta formalização tem um cunho ideológico estatal com dupla intencionalidade: proteger a instituição família e regular a presença de migrantes no seu território. Quando esta formalização não se faz necessário ela geralmente não é realizada, o que mostra inclusive mais um desafio posto para as sociedades

regulamentadoras. Blanchette (2005, p. 147) interpreta esta realidade da seguinte forma:

O Estado, então, na sua busca de regularizar a fronteira entre cidadãos e súditos dentro do território nacional, acaba criando uma pressão geradora de famílias, pelo menos no sentido formal e jurídico da palavra. No entanto, essa pressão é frequentemente filtrada e transmutada por meios de relacionamentos amorosos e íntimos preexistentes.

Mas as mulheres entrevistadas apresentam argumentos além desta ideia romântica do amor preexistente, como se este fosse o diferencial para dividir interesses e afeto. Vários relacionamentos se formaram a partir de expectativas e acordos baseados em um futuro como casal, sem se pautar numa paixão inicial. Carência de ambas as partes e a ideia que amor se constrói durante a convivência fizeram vários casais decidirem se juntar e afirmar depois de muitos anos de relacionamento estarem muito felizes e satisfeitos com e no seu casamento.

Assim, Piscitelli (2010, p. 17) observou que muitos relacionamentos entre brasileiras e homens espanhóis estavam associados a um afeto vinculado:

Sobretudo, ao apoio emocional, ao companheirismo e a um 'respeito' que se traduz em serem 'bem tratadas' e serem cuidadas, em possibilitar que a 'ajuda' que elas recebem alcance também os seus filhos, nascidos de relacionamentos anteriores.

Pensando no afeto e nos relacionamentos estabelecidos é inevitável considerar a interculturalidade. O que atrai, facilita, implica e complica um relacionamento entre uma mulher brasileira com um homem europeu ou surinamês? Qual e como é que a imagem e fantasia referente à mulher brasileira e ao homem europeu interfere no relacionamento e quanto da identidade de cada um(a) é produzido(a) para atender às expectativas que rodeiam a relação?

Qual é a importância social de um casamento ou formar um casal, que pode se traduzir no desejo de casar, tanto das mulheres brasileiras migrantes quanto dos homens europeus e surinameses? O amor transnacional se enquadra, para ambas as partes dentro desta perspectiva?

Há novas construções e realidades às quais ambos precisam se adaptar e nas quais há negociações permanentes. A relação de dependência no decorrer do visto é negociada com o medo do homem em perder sua esposa brasileira. As experiências, as lutas e os lutos que foram herdados de relacionamentos anteriores,

no Brasil e na Europa, importam para novos posicionamentos e comportamentos, uma vez que para quase todas e todos não se tratava do primeiro relacionamento afetivo. O matrimônio transnacional significa também envolver duas famílias numa relação transnacional que se relacionarão através da vida do casal. Neste sentido, não se pode focar e estudar os casamentos transnacionais como um fenômeno entre duas pessoas de nacionalidades diferentes, mesmo se considerar todos os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais relevantes, sem considerar a relação entre os países e as redes familiares envolvidos.

5 TRANSNACIONALIDADE E RETORNO

Migrar não significou o afastamento completo da mulher migrante de sua família. O relacionamento familiar, muitas vezes, intensificou-se e se aprofundou depois da saída. Mudou a organização e o funcionamento familiar e os significados que cada um(a) deu à nova realidade. Através dos vínculos familiares se construiu uma nova realidade, uma vivência transnacional.

A categoria família, portanto, é ponto de partida para abordar a vivência da transnacionalidade, para:

Estudiar las formas y significados que, a través de la acción estratégica de actores migrantes y nomigrantes, crean espacios sociales transnacionales que permiten imbricar los vínculos económicos con los de afecto y de cuidado, en un contexto de reciprocidad (PARELLA; CAVALCANTI, 2010, p. 93).

Os processos e as relações entre pessoas definidas como parentes constituem o início fundamental para o resto das relações sociais transnacionais. O processo dinâmico da construção dos vínculos familiares passou por reorganizações constantes na família original das mulheres (daquela na qual se criaram), de construção de famílias próprias com parceiros e filhos (as quais se encerraram antes de emigrar e deixaram novas constelações familiares), a decisão de migrar (geralmente fora da organização familiar) e chegou à construção de relações como famílias transnacionais. Nesta viagem de tempo e de espaço os vínculos familiares, identidades e papéis foram reelaborados e reacomodados.

O impacto e a configuração concreta deste processo dependem de múltiplos fatores que têm a ver com o contexto econômico, político e social, relações de gênero, classe e raça, a estigmatização de migrantes, a realidade familiar de cada migrante, a qualidade da rede social, as relações e a inserção na sociedade de destino. A disponibilidade de remessas, possibilidade de visitas e investimentos concretos também formam uma parte fundamental para a qualidade da configuração da família transnacional.

A gestão dos vínculos transnacionais não é unicamente o resultado de processos a nível micro:

Las sociedades de origen y de destino no están al margen de sus impactos. Desde la perspectiva de las sociedades receptoras, las

políticas migratorias, de ciudadanía, de regulación de los mercados laborales, así como los servicios sociales, juegan un papel clave. A modo de ejemplo, la situación administrativa irregular impide a los migrantes viajar a sus respectivos países de origen de forma periódica para visitar a sus familiares, si así lo desean, a sabiendas de que si salen del país les va a resultar muy complicado volver a entrar (PARELLA; CAVALCANTI, 2010, p. 99).

A relação entre migrantes e não migrantes – que permaneceram no lugar de origem - é fundamental. As migrantes precisam dos não-migrantes para cuidar de parentes que permanecem no lugar de origem, administram seus eventuais negócios e formam a ponte para organizar e estruturar a possibilidade de retorno. Os não-migrantes precisam reorganizar-se a partir da ausência da migrante e começam a viver e sonhar com as novas perspectivas (além do local) e com o benefício de eventuais remessas ou com a angústia de falta de informação.

Ao mesmo tempo em que a mulher migrante se territorializa no exterior, ela influencia nas condições de vida e nas relações sociais no lugar de origem. Os atores sociais envolvidos, principalmente os familiares, vivem, portanto, todos uma realidade transnacional, ancorada nos dois lugares, muito além da simples vivência em cada um dos espaços.

Un creciente número de recién llegados (newcomers) no se asimilarán completamente, ni permanecerán enteramente enfocados en su tierra natal, sino que confeccionarán alguna amalgama entre las dos vías. Cuanto más institucionalizadas están estas conexiones transnacionales —porque están enraizadas en dos sistemas legales, regulatorios, sanitarios o de pensiones— más probable es que perduren (LEVITT, 2010, p.21).

Quatro aspectos serão abordados para visualizar a transnacionalidade vivenciada pelas famílias a partir da migração pioneira de uma mulher da família: 1) A migração subsequente de outros familiares; 2) As visitas das migrantes a suas famílias 3) A comunicação virtual e por telefone e 4) as remessas. Toda esta vivência da transnacionalidade se remete à discussão sobre o retorno (SAYAD, 2000), ou seja, a comunicação e a relação entre o lugar de origem e de destino partem de ideias sobre um possível ou desejado retorno, com toda sua construção imaginária e fantasmática, a partir de lembranças, desejos, informações e sonhos.

Quando a vivência transnacional leva em algum momento a retornar ao lugar de origem para nele residir novamente, este lugar não é mais o mesmo, as pessoas mudaram e a própria migrante produziu uma nova identidade e avançou na sua

idade. Este “retorno concreto” é um quinto aspecto da transnacionalidade. O retorno de algumas mulheres (com ou sem seus parceiros) para o Brasil significou para algumas famílias o fim da vivência transnacional concreta e para outras uma nova configuração da família transnacional, onde havia ainda outros familiares no exterior ou quando receberam um europeu no seio da sua família. De qualquer forma, este retorno implicou em novas realidades para as famílias, que precisaram resignificar o lugar da mulher que voltou (e seu parceiro) na família.

As migrações de familiares que seguiram a mulher pioneira para se juntar com ela no exterior envolveram filhos, irmãs, primas e sobrinhas. Este fluxo parece uma estratégia familiar que ainda existe no contexto das crescentes restrições à migração na Europa, ou seja, a reunificação familiar, além dos casamentos com nativos, tornou-se uma das poucas opções disponíveis para entrar nos países. (HERRERA, 2008, p. 75). No Suriname, ao contrário, a migração subsequente envolve mais amigas, vizinhas e conhecidas do que familiares, dando continuidade à migração de mulheres pioneiras de outras famílias. Esta segunda fase da migração familiar é 83% feminina e 17% masculina.

Na metade das famílias só a mulher pioneira migrou e mais ninguém. Nas outras catorze famílias pelo menos mais uma pessoas também migrou, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 - Relação de familiares que migraram para europa ou suriname depois das mulheres migrantes pioneiras

	Únicas	Uma Irmã seguiu	Duas irmãs ou 1 irmã e 1 irmão seguiram	Duas irmãs e dois irmãos seguiram	Uma sobrinha seguiu	1 irmão, 1 irmã, 2 primas, 1 sobrinha seguiram	TOTAL
Mulheres pioneiras	13	6	2	1	4	1	27
Número total de familiares que seguiram	0	6	4	4	4	5	23

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

A migração de outras familiares ocorreu a partir da solidariedade da mulher migrante pioneira com familiares que ficaram atrás e a quem queria dar uma oportunidade de migrar. Também se procurou unir familiares para fortalecer sua posição dentro do novo relacionamento transnacional e na nova sociedade em que

estava se inserindo e na qual sempre se sentia imigrante e muitas vezes só. Esta segunda migração para Europa tem levado em quase todos os casos a novos casamentos transnacionais e a permanência das irmãs, sobrinhas e primas. O parentesco e as redes familiares ganharam a importância na segunda fase da migração e as irmãs, as sobrinhas e as primas são mulheres que vieram de condições parecidas com aquelas vivenciadas pelas mulheres migrantes pioneiras.

Além destas familiares, os filhos também começaram a ser inseridos nos fluxos migratórios e novas (re)organizações familiares apareceram. Os 50 migrantes tinham juntos, no momento da pesquisa, 76 filhos, dos quais uma parte (19 filhos) também migrou, outra parte ficou (38 filhos) e alguns nasceram no exterior, ficaram lá (quatro filhos) ou vieram para o Brasil (2 filhos), conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Número de filhos por migrante, sua trajetória migratória e o lugar atual de residência

Trajetória de migração do(a) filho(a) da migrante	Número de filhos (quantidade de migrantes com este número de filhos) ¹⁷					Total de filhos
	0 filhos: (8 migrantes)	1 filho: (17 migrantes)	2 filhos: (13 migrantes)	3 filhos: (7 migrantes)	Mais que 3 filhos (2 migrantes: 7 filhos & 5 filhos)	
Ficou no Brasil		7	11	12	8	38
Migrou voltou para o Brasil		3	1	1		5
Migrou e ficou no exterior		5	4	5		14
Nasceu e permaneceu no exterior		1	3			4
Nasceu no exterior e veio para o Brasil			1		1	2
Nasceram depois do retorno da mãe migrante ao Brasil			4	3	3	10
Sem informação		1	2			3
TOTAL	0	17	26	21	12	76

Fonte: elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas para esta dissertação (2010)

¹⁷Sobre quatro migrantes não têm informações referente a número de filhos

Uma vez tendo a vida estruturada no exterior, várias mulheres tentaram trazer seus filhos que ficaram no Brasil, mas os filhos nem sempre embarcam na aventura migratória da mãe:

Seu filho ficou aqui. Ele tem 15 anos e a mãe dele quer que ele vá embora com ela, mas ele não quer de jeito nenhum, porque ele gosta muito de nós, dos meus filhos, da minha mãe. Se ele for ele tem medo de não mais voltar (Irmã da Loeci).

Em outras situações a união familiar se concretizou logo depois da legalização, que geralmente demorou alguns anos para ser conseguida:

Logo que cheguei do Brasil, me casei e me legalizei e fui buscar meus filhos. Minha mãe trabalhava e não tinha muito tempo pra educá-los e minhas irmãs que hoje estão aqui estudavam. Eu achava que eu tinha condições de dar uma vida melhor pra eles aqui (Romana).

Quando foi em 2002 eu disse pra ele: 'olha, se esse ano que vem a gente não poder trazer os meninos pra cá eu não volto mais, eu vou ficar em Belém, porque não tem mais condição de eu deixar eles, porque eles estão na adolescência e em Belém tu sabe como é. É ruim, porque já é ruim com a mãe e com o pai, imagine sem pai nem mãe. Montamos um apartamento maior, mobiliamos, compramos móveis e levamos os três em 2003, tanto é que eu ainda tenho dois filhos lá (Safira).

Quem comprou a passagem foi meu namorado. Ele comprou a passagem porque eu chorava muito.. Eu falei 'se ela não vir eu vou me embora'. Então, pra eu não ter que vir ele resolveu comprar logo a passagem pra ela vir (Valda).

O fato de migrar depois com e para a mãe no exterior não significou, portanto, que os filhos quisessem permanecer lá. O fato de ter sido criada por outros familiares, a mudança de cultura, a ausência de uma rede social e de se tornar migrante pesaram quando os filhos expressaram não querer permanecer junto com a mãe (e novo padrasto estrangeiro) ou para que a mãe não quisesse que o filho permanecesse com ela:

Ele gostou lá, mas a minha mãe ficava meio estressada porque ele só queria fazer o que ele queria. A minha mãe não podia dar conselho pra ele que ele ficava aborrecido (Filho da Raquel).

O filho dela passou um ano com ela lá e voltou. Ele não se acostumou porque ele diz que lá não tem divertimento, não é como aqui. Ele nasceu e foi criado aqui. Em termos de alimentação ele

sentia muita dificuldade. Quando ele voltou, ela mandou buscar minha sobrinha (Irmã da Gabriela).

E nós levamos eles pra lá. Mas a minha filha já estava envolvida com um rapaz aqui e ela ficou lá até no meio do ano e não quis ficar mais. Ela veio embora e os dois ficaram lá consosco, porque eram mais novos e ficaram com a gente. Depois eu também voltei (Safira).

Nem todos queriam (ou podiam) buscar seus filhos e nem todos os filhos queriam ir morar no exterior. Este impedimento levou a decisões de voltar para o Brasil ou para viver com os filhos à distância, sob a responsabilidade de outras pessoas. Observam-se várias formas de reorganização da família transnacional no espaço transnacional.

O impacto da transnacionalização na convivência deve ser entendido além do que a mulher migrante experimenta, estendido principalmente para a vivência dos filhos:

Los hijos y las hijas de migrantes adquieren contactos y habilidades sociales que son útiles en ambos entornos. Dominan diversos repertorios culturales que pueden seleccionar en respuesta a las oportunidades y desafíos que confrontan. - Además, las normas que regulan la vida familiar y comunitaria son constantemente negociadas a través del espacio. Las fronteras entre el país de origen y de recepción, y entre la primera y la segunda generación se desdibujan, haciendo de ello una única experiencia social interconectada. Los hijos e hijas de inmigrantes son, cuanto menos, testigos, sino activos protagonistas de esta historia (LEVITT, 2010, p.17).

A reorganização familiar em uma vivência transnacional tem várias causas e consequências. Herrera (2008) argumenta que a organização da família, ou ainda mais, quem é considerado família, passa pela influência direta das políticas migratórias e de reunificação familiar na Europa, que definem quem tem e quem não tem o direito de conviver com sua família. As famílias transnacionais se tornaram arranjos forçados pela impossibilidade de se reagrupar. A reunificação, em alguns casos, deixa de ser uma meta e se tenta construir a melhor forma de convivência transnacional. Em outros casos a reunificação é alcançada de forma irregular e a partir deste novo fato tenta-se regulamentá-lo.

Mas, como já se viu na organização familiar antes de migrar, a configuração da família já não correspondia a uma família nuclear e convivendo num mesmo lar, menos ainda se apresentava a divisão tradicional de papéis na qual a mulher migrante estaria cuidando e seria a responsável principal por seus filhos. Esta

“outra” configuração familiar implica também em outras maneiras de se relacionar, perspectivas de organização das responsabilidades, papéis, comunicação e convivência, no sentido de reagrupamento ou reprodução da família à distância.

La variedad de configuraciones familiares anteriores o posteriores a la experiencia migratoria trae consigo diversas consecuencias en la forma cómo se mantienen las relaciones transnacionales y también en las estrategias que despliegan los migrantes ya sea para reagrupar o para reproducir su familia a la distancia. Por tanto, los efectos de las políticas van a provocar también resultados distintos (HERRERA, 2008, p.82).

As maternidades e as paternidades já se constituíram antes da experiência migratória em formas diversas e com a migração sofreram novas adaptações. Importante, porém, é, como alerta Herrera (2008, p. 83), não confundir a maternidade transnacional como uma opção deliberada, ou seja, uma decisão individual isolada, pois as decisões são tomadas no contexto das condições que estruturam as opções, que têm a ver com limitações estruturais do próprio projeto migratório.

Nas histórias das mulheres as seguintes configurações da vida familiar se apresentaram, a partir de condição da mulher migrante:

- I. A mulher migrante permaneceu no exterior:
 - a. A mulher migrante vive irregularmente no exterior e seus filhos (quando houver) ficaram com alguns familiares ou o pai biológico no Brasil ou ela organizou a reunificação com seus filhos também de forma irregular;
 - b. A mulher migrante vive legalmente no exterior (casada ou divorciada de um nativo) mas seus filhos continuam no Brasil com familiares ou o pai biológico ou reagrupou-se com (alguns dos) seus filhos;
 - c. A mulher migrante (regular ou irregular) reunifica-se (além dos filhos ou sem os filhos) com irmã(s), prima(s) ou sobrinha(s) ou continua sozinha (com ou sem filhos) no exterior.
- II. A mulher migrante e/ou seus filhos retornaram ao Brasil
 - a. A mulher migrante, com ou sem o seu parceiro, volta para o Brasil (com os filhos que estavam com ela ou para se juntar com seus filhos que ficaram no Brasil);

- b. O filho volta ao Brasil enquanto a mãe permanece no exterior, ou porque não queria ou porque não podia mais ficar no exterior. Em três situações, por exemplo, os filhos voltaram para o Brasil por alcançarem a maior idade e, portanto, tornaram-se imigrantes clandestinos, sem direitos de permanecer. Isto levou até a uma deportação de uma filha;
- c. A mulher migrante decide, sem marido, voltar, trazendo seu filho;
- d. A mulher migrante e seu marido vem morar no Brasil, mas o filho continua no exterior.

Não se esgotam nestas as configurações que se apresentaram (irmãs que voltaram, sobrinhas que ficaram enquanto a pioneira retornou etc.) nas famílias pesquisadas, nem são realidades estáticas. As configurações e as presenças mudam o tempo todo: outra hora algumas decidem voltar para o Brasil, buscar seus filhos, outras optam por migrar novamente. Esta divisão somente é para ilustrar a dinâmica da vivência familiar transnacional em relação aos vínculos e à movimentação pelo espaço transnacional.

A comunicação via internet e telefone entre os familiares separados por milhares de quilômetros, quase em tempo real, possibilitou conectar dois lugares e familiares através de suas falas e representações das realidades vivenciadas e das saudades e fantasias que permeiam a imaginação dos dois lados, como também foi observada por Piscitelli (2006, p. 36) com mulheres brasileiras na prostituição na Espanha:

Estas migrantes mantêm estreitos laços com o Brasil. A comunicação telefônica é intensa, as visitas ao Brasil, no caso das que têm “papéis”, também. E a circulação de parentes, irmãs, primas, criando verdadeiros grupos transnacionais, é freqüente.

As relações sociais se sustentaram e se reorganizaram parcialmente através da comunicação e como esta se organizou e estruturou no cotidiano. Separados pela distância, a convivência nos tempos modernos é possibilitada através de meios de comunicação que põem as pessoas em contato direto por escrito, bate papo e filmagens, através do telefone, rádio e internet. Esta convivência e comunicação diferenciam de família para família, desde estar ligado 24 horas por dia até uma única ligação por mês. É através desta comunicação que se constroem novas

dinâmicas familiares e identidades, nas quais o estar em dois ou mais lugares dá à família uma nova forma de negociar e intervir em sua realidade.

Piscitelli observou esta realidade também com migrantes brasileiras na Itália:

Las entrevistadas viajan al Brasil solamente una vez al año o cada dos años. No obstante, su interferencia en la vida cotidiana en Fortaleza es regular. Acompañan la cotidianidad familiar y toman decisiones relativas a la vida de parientes y allegados, basadas en la fuerza adquirida mediante sus matrimonios con los ex turistas italianos (PISCITELLI, 2008, p.194).

Um dos primeiros investimentos das mulheres que fixaram residência na Europa foi a compra de um computador e garantir uma conexão de internet na sua casa na Europa e na casa de um familiar no Brasil. Esta conectividade se inseriu na rápida mudança que se concretizou nas periferias das metrópoles, onde um precário sistema de telefones públicos (“orelhões”) foi substituído pela presença generalizada de telefones celulares, inúmeros cybercafés e, para quem pode, conexão de internet em casa, ou seja, uma nova organização social através da rede virtual e telefônica.

Tem a casa de um primo aqui e a casa da minha madrinha que a gente vai para se comunicar com ela, mas a é mais a filha dela que vai pra comunicar pela internet. A gente é mais pelo telefone (irmã da Rafaela).

Também descobriram rapidamente as formas mais baratas para ligar do Suriname ou da Europa com celular, telefone fixo ou via rádio, para o qual existem várias ofertas voltadas para migrantes.

Eu ligava o tempo todo. Era mais na cabine. Foi aí que eu descobri um chip que a gente ligava pro Brasil do celular da gente. Era direto mesmo, dava certo, como se tivesse em Belém, no Shopping como se tivesse na mesma cidade (Valda).

A comunicação entre os familiares e as migrantes que estão na Europa tem uma frequência regular e passa pelo telefone e pela internet. Além de sites de bate papo, como o MSN, as famílias usam muito a rede de relacionamento Orkut. Acompanhando as comunicações de algumas das famílias pesquisadas como amigo no Orkut, observou-se que várias famílias mantinham contato diário e que a internet estava horas e horas por dia conectada.

Outras organizaram verdadeiras operações para garantir o contato no Brasil e no exterior, principalmente quem morava na área dos garimpos no Suriname

Meu avô que mora aqui. Eu ligava pra minha tia: 'tia diz pra mamãe que eu vou entrar na internet tal dia'. Até na casa das minhas patroas eu dizia: 'minha mãe vai chegar hoje na casa do meu avô, ela vai lá no computador'. Elas falavam: 'pode ligar. Vai lá falar com tua mãe' (Saionara).

Normalmente eu ligava toda semana, todo dia se fosse possível. Quando tinha possibilidade eu ligava. Quando passava um mês sem ligar era porque eu estava dentro do garimpo na Guiana francesa. De lá fica difícil porque tem lugares que não tem como ligar. Você tem que andar até cinco horas para conseguir um rádio para você tentar fazer sua ligação (Gisele).

Eu ligava todo sábado porque é longe onde a gente ficava. O garimpo era só um barraco. Eu andava muito, quatro horas a pé. Não tinha moto. Eu pagava um trabalhador pra ele fazer a comida pros outros. Eu ia de manhã e chegava oito horas da noite no barranco (Loeci.)

As mulheres enfatizaram a frequência do contato e justificaram quando não podiam garantir um contato regular, como nos depoimentos acima, quando o contato diário não era possível. Parecia haver uma obrigação moral de manter este contato, conforme Sayad (2000) explica, pois se precisa explicar e justificar a ausência com uma tentativa de estar presente de todas as formas, ainda mais do que quando morava em Belém: *Desde o inicio, desde o dia que eu cheguei lá até no dia que eu vim, eu sempre ligava pra minha mãe (Nádia). Eu tinha contato, todo dia. Todo dia eu nunca deixei de ligar. Também na boate (Adalgisa).*

A comunicação à distância e o fato de estar longe um do outro, sem a vivência da realidade concreta, às vezes sugere ou cria uma relação mais harmoniosa, mais compreensiva, de mais conversa e escuta, inclusive superando conflitos que permeavam as relações antes da migração. A volta para a convivência real nem sempre sustenta esta nova relação.

Enquanto eu tava longe e ligava por telefone era só beijinho todo tempo, declarações de amor, tanto da minha parte quanto da dela, mas cheguei em casa e se passaram de quinze dias a convivência já não dava mais certo (Gisele).

A vivência transnacional não se restringe somente aos meios de comunicação, mas incluiu também visitas recíprocas, de familiares de Belém ao país onde reside a mulher migrante ou da mulher migrante, às vezes com seu cônjuge europeu, ao Brasil.

Estas visitas interferem na noção de tempo e pertencimento, pois permitem pensar a possibilidade concreta de considerar os dois lugares como parte de seu território, vivenciado através de um transitar permanente.

Novamente a diferença entre a Europa e o Suriname se apresentou em vários aspectos. A distância entre Belém e o Suriname é mínima, quando comparada com aquela que separa Belém da Europa e o preço de passagem é analogamente mais barato. Para muitas brasileiras na Europa, isto significa uma barreira para visitar regularmente sua família:

[...] porque tem menina lá que não tem condições de vim todo ano pra cá porque elas não trabalham. Só quem trabalha é o marido. Como eu trabalhava e meu marido também, a gente ia pagando a passagem e todo ano eu vinha pra cá, nós três (Safira).

Ela ainda não veio nenhuma vez passar as férias aqui, devido ao trabalho dela e os gastos, porque ela manda todo mês dinheiro pra filha dela. Ela passa às vezes por uma dificuldades e ainda tem toda essa burocracia, então ela não veio devido isso (irmã da Rafaela).

Estar no Suriname, mesmo sendo irregular, não traz graves consequências em termos de impedimento de permanecer ou poder voltar ao país, diferente da Europa onde as mulheres precisam calcular o risco de ter problemas para voltar quando decidem visitar o Brasil, enquanto sua situação não for legalizada.

Ela veio aqui umas quatro ou cinco vezes e ela está com vontade de vim agora mês de junho. Ela já veio duas vezes com o marido dela. A última vez ela veio só. Ela passou dez dias e daí ela foi embora de novo (Irmã da Gabriela).

Pra morar não, pra morar não. Elas vêm frequentemente, todo ano elas vêm pra visitar e a gente (Prima da Cacilda e Madalena).

Diferente é a situação para quem vivia endividada no Suriname ou desamparada e sem dinheiro na rua. Nestas horas o Brasil ficava longe, como testemunharam Aci, Palmira e Dena.

A comunicação e as visitas, combinadas com a vivência da realidade muitas vezes menos idílica (isolamento social, discriminação, separada da família, possibilidades limitadas de trabalho etc.) tanto na Europa quanto no Suriname, criaram, para várias mulheres, o desejo concreto de querer voltar para o Brasil. Não como ela tinha o deixado, mas em outras condições e às vezes num outro lugar. Para as mulheres migrantes que estavam no Suriname, as visitas a Belém e a volta

aos garimpos provocaram sempre sensações ambivalentes, pelo contraste entre a vida no mato e a vida na cidade, a vida longe da família e a vida junto com ela (percebendo os problemas e as necessidades familiares, sentindo as cobranças e sabendo que não pode levar ninguém da família para o garimpo).

As visitas a Belém das mulheres que moravam na Europa cumpriam também um papel importante nesta construção da ideia de voltar, principalmente quando o marido europeu acompanhava as visitas.

Ela está lá, mas ela tem vontade de vir embora pra ficar de vez. Durante o tempo que ela está lá ela já veio duas vezes aqui (tia da Dagmar).

O marido dela já veio duas vezes. A ultima vez que ele veio eles ficaram aqui em casa depois eles alugaram uma kit net aí mas eles vinham almoçar aqui, passavam a maior parte do tempo aqui. Ele foi uma pessoa que fez amizade com todo mundo aqui. No final de semana ele ficava aqui na frente com os meninos tomando cerveja e conversando (mãe da Gabriela).

Quando o marido não quis acompanhá-las e nunca foi ao Brasil, ele criou uma imagem do Brasil através da mídia (violento, desigual, pobre) e através da vivência com a sua esposa brasileira a qual ele acredita ter tirado da miséria. Nestes casos, a perspectiva de voltar foi apresentada como muito remota.

Tenho vontade de ir embora pro Brasil, mas ele não quer ir. Ele acha o Brasil muito movimentado e ele é meio antiquado. Eu já estou cansada daqui e quero ficar perto dos meus filhos (Romana).

As visitas e a comunicação foram acompanhadas de um outro fenômeno social e econômico. Entre as migrantes e suas famílias no Brasil houve um fluxo de remessas de dinheiro e presentes. Recentemente o debate sobre remessas tem trazido novas interpretações sobre a migração internacional, valorizando a importância das mesmas para muitas economias de emigrantes. Os migrantes

[...] trazem contribuições fundamentais não apenas para o desenvolvimento das economias e comunidades dos países que os acolhem, mas também para o desenvolvimento econômico de seus países de origem, em particular, por meio das transferências de remessas. (BUENO; BAENINGER, 2008, p.315)

Em torno das remessas se criou toda uma dinâmica econômica, com agências financeiras, incentivos governamentais e políticas públicas de apoio a migrantes. As remessas das migrantes estão “sendo direcionadas principalmente para despesas

do dia-a-dia, para complementar o orçamento familiar” (MARTES; SOARES, 2006, p. 41). Observou-se que ter ou não ter filhos no Brasil era a variável que mais interfere na decisão sobre o envio de remessas e que não havia diferença no envio de remessas entre migrantes legalizados e irregulares. Segundo Martes e Soares (2006) 49% das remessas são destinadas a ajuda familiar, 25% para compra de imóveis, 16% são aplicadas, 6% para pagar dívidas e 4% para ajudar entidades. Ou seja, não são utilizadas em investimentos produtivos.

As mulheres migrantes nesta pesquisa não fogem do perfil apresentado nos estudos mencionados. As remessas em dinheiro fluíram das familiares no exterior para as famílias na periferia de Belém que as aplicaram no local na moradia, estudo, computadores, viagens.

Ela ajuda o filho dela e tem a casa dela e ajuda a gente. O computador daqui de casa e minha televisão foi ela que me ajudou a comprar (mãe da Gabriela).

Ela dá uma vida melhor pra filha dela. Para tudo que a filha dela quer ela manda o dinheiro (prima da Madalena).

Foram adquiridas 15 casas, prédios ou lojas nas 26 famílias pesquisadas, quase todas nos bairros donde saíram. Além destas residências, duas mulheres investiram em bens em Natal, cidade sobre a qual elas sonharam para poder morar quando voltam ao Brasil. A casa simboliza um lar, um lugar para onde podem voltar. É uma territorialização à distância e uma justificativa para a comunidade da razão de ter saído (SAYAD, 2000).

Quando eu fui pra lá eu disse que eu iria voltar. A minha intenção era comprar uma outra casa, num bairro melhor e ter condições (Valda).

Seus pais moravam no Guamá e agora eles tão morando em Ananindeua, ela comprou uma casa pra eles lá. Eles moravam numa casinha quase caindo na cabeça dela e quando chovia enchia a casa. Compraram uma casa bonita lá em Ananindeua, perto da pista, toda de alvenaria com um quintal imenso, mudou bastante (prima da Cacilda).

A gente uniu o que a gente tinha. Eu tinha a minha casa, não era grande. A gente começou a construir. Ele, como tem as duas filhas, tinha também que deixar algo pras duas filhas. Então, a gente dividiu muito tranquilo pra todos pra que todos estivessem satisfeitos; o Guamá foi nossa opção de casa, o nosso trabalho aí na frente (Dafne).

Investe-se na ideia do retorno e dar retorno de sua migração através de compra de casas para sua família, para eventualmente ou concretamente morar e para alugar, como fonte de renda (quando voltar, aposentadoria, sustentação da família que ficou no Brasil). O investimento se ampliou e se tornou um projeto de reterritorialização quando a migrante voltava para morar em Belém, isto quando ela voltava com apoio de seu marido europeu, pois aquelas que voltaram das migrações dos garimpos, da prostituição ou deportadas não tiveram recursos e possibilidades de fazer do retorno um novo projeto de territorialização, nem financeiramente nem socialmente. Voltar sem ter tido sucesso, na leitura da comunidade e família de origem, implicou em produção de identidades negativas, vinculadas à prostituição, à incapacidade de fazer dinheiro e em resignificação da experiência de migração como tempo perdido.

O retorno concreto implicou na necessidade de emprego, trabalho e renda no Brasil. Para algumas esta renda foi garantida pelos maridos europeus através de sua aposentadoria na Europa, trabalhos que ainda faziam lá e uma poupança acumulada, acrescidos com o aluguel de casas e apartamentos no Brasil (muitas vezes na própria periferia de Belém) e de pequenos negócios que abriram com capital inicial oriundo da Europa, como bares, lojas, revendas etc.

Voltamos sem meus filhos porque eu adoeci. Eu tive que fazer uma cirurgia e não podia trabalhar muito. Eu vim e passei aqui cinco meses e meu marido veio com os meninos passar as férias. Voltamos e quando foi em 2008 eu montei esta loja. Ele entrou em pensão e o dinheiro que ele ganha não dava pra gente viver lá, não tão bem como a gente tá vivendo aqui pelo menos. Também não tinha ninguém pra tomar conta disso aqui (Safira).

Sete mulheres migrantes voltaram para o Brasil casadas ou amigadas para se reterritorializar, ou no próprio bairro donde saíram ou em outro bairro ou cidade. Este retorno é curioso, uma vez que ele é acompanhado de uma avaliação comparativa entre os dois lugares (Europa – Brasil) que pesou em favor do Brasil. Não voltaram (só) pela necessidade financeira ou por dificuldade de se legalizar no exterior, mas pela escolha de viver mais perto de sua família, vivenciar a cultura brasileira (que é comparada com a cultura europeia como mais alegre, barulhenta, desorganizada, calorosa etc.), sentir-se melhor como brasileira entre os brasileiros e fugir da sensação de depressão. Elas conseguiram um certo prestígio que as habilitou ocupar um novo lugar nas comunidades:

La percepción que tienen de sus matrimonios está vinculada sobre todo al lugar conquistado en Brasil, mediado por el poder económico, y envueltas por el prestigio conferido a su vivir en Europa y estar casadas con Italianos. La adquisición de propiedades, utilizarlas en las vacaciones y con el eventual propósito de crear micro-empresas en Brasil... la ayuda que brindan a sus familias o que a veces se la niegan, no sin cierto sentimiento de venganza (PISCITELLI, 2010, p.195).

O retorno sem este suporte financeiro e sem um marido europeu significou em muitos casos um retorno para o mundo de desemprego e sub-emprego, agravado pelo avançar da idade e as realidades familiares com quem precisam conviver novamente. Quem deixou a família para trás, vivendo no exterior com a promessa de trazer benefícios para a família, não encontrou facilmente um novo lugar na casa, na família e na comunidade quando este retorno era sem marido (saíram solteiras) e sem dinheiro (saíram se endividando). Foram avaliadas pelos familiares pelo que traziam e como investiram.

Para quem não conseguiu territorializar, novas tentativas de migração foram encaradas como opção, para outras sobrou uma luta muito sozinha e isolada no Brasil para (re)conquistar algum espaço na família, na comunidade e no próprio país. A volta para a casa da mãe deixou aquelas que tiveram que viver esta realidade numa situação difícil. Saíram do país, quase sem consultar a família, viveram sua vida de migrante praticamente sozinhas, encarando e superando todos os desafios que a migração internacional as trouxe, em busca de mais independência, “glória”, novas experiências, dinheiro para comprar sua casa e no retorno precisaram se hospedar e adequar as regras na casa da mãe. Parece mesmo uma derrota que estabeleceu uma nova relação de dependência e de submissão vivenciada por pelo menos seis mulheres migrantes nesta pesquisa.

O processo de voltar que as levou a estas condições teve sua origem no exterior em deportações que interromperam o projeto migratório, doenças cujos tratamentos consumiram todo dinheiro juntado no exterior, exploração extrema no trabalho (doméstico e sexual) que deixou mulheres migrantes praticamente vivendo na rua ou em semi-escravidão ou relações afetivas no exterior que acabaram e que formavam a base da organização de trabalho em conjunto da mulher migrante com seu parceiro.

Algumas delas conseguiram fazer uma nova leitura de seu retorno como uma nova oportunidade:

Como eu disse pra uma amiga minha, que essa viagem foi ótima pra mim, eu amadureci um pouco, já vejo as coisas de uma outra maneira. Não é mais como era antes. Eu estava num país estranho eu não podia estudar, eu não podia fazer muitas coisas. Aqui no meu país eu posso fazer o que eu quiser, eu posso estudar. É só meter a cara; vontade eu tenho (Saionara).

Quando eu cheguei nós começamos a namorar de novo. Eu falei pra ele: 'se tu quiser ficar comigo mesmo eu quero casar, porque essa vida de prostituição eu não quero mais na minha vida'. Casamos e estamos juntos graças a Deus até hoje (Nádia).

A transnacionalidade só é vivida quando há certo grau de territorialização no país de destino para a qual o casamento transnacional se mostrou um elemento extremamente importante, ou seja uma multiterritorialidade vivenciada de fato. O segundo fluxo de migração de familiares, a comunicação, as remessas e as visitas entre os familiares nos dois extremos do trajeto migratório fortaleceram os vínculos entre os familiares e possibilitaram uma tímida apropriação e dominação dos projetos de vida das famílias. Porém, a estruturação desta experiência dependeu muito dos casamentos transnacionais e algumas formas de retorno (aquelas sem parceiro e sem recursos suficientes para investir) parecem encerrar a vivência transnacional.

6 CONCLUSÕES

Depois de ter acompanhado, comentado e analisado as trajetórias de migração de mulheres migrantes oriundas de bairros periféricos de Belém, retorna-se às perguntas iniciais: Como esta migração contribui na produção de identidades das mulheres nas periferias de Belém? Como ela impacta nos processos de des-reterritorialização das mulheres migrantes e suas famílias? E como esta migração específica se configura? Neste capítulo de conclusões há algumas tentativas de respostas em diálogo com as teorias e categorias escolhidas.

6.1 IDENTIDADES E TERRITORIALIDADE

Eu acho assim, Deus disse 'tu vai passar esses cinco anos de luta e depois sim tu vai ver o que é uma nova vida'. Então, hoje eu posso dizer que eu sou uma nova mulher e tenho uma nova vida totalmente diferente (Dafne).

Abordar a migração internacional de mulheres de periferias de Belém, a partir de suas vivências e suas representações, levou à possibilidade de se aproximar da realidade migratória através do processo de produção de suas identidades e, ao mesmo tempo, analisar como a experiência migratória específica, localizada no tempo e no espaço, impacta na produção destas identidades.

Entende-se, como Hall (2009b), Castells (1999) e Tadeu Silva (2009), que a identidade não existe como conceito essencialista, mas que a identidade se refere a um processo permanente de construção e produção, num campo tenso entre o processo estratégico individual de se tornar e ser sujeito e a imposição de papéis hegemônicos nas sociedades. Segundo Hall (2009b, p. 108), o conceito de identidade é um conceito estratégico e posicional, que:

[...] aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos.

A concepção da identidade como fragmentada, nunca completa e sempre em construção, a posiciona no meio de campos políticos e de poder, onde cada indivíduo precisa e é chamado para assumir esta construção permanente, com a

certeza de nunca poder encontrar “a identidade”. É um processo que parte do princípio que o ser humano é um ser social que se constitui na e pela relação com o outro:

A identidade surge não tanto na plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2000, p. 39).

Concorda-se com Castells quando escreve sobre como o sujeito internaliza de forma particular a influência das instituições dominantes, não como processo linear, mas como construção e possibilidade de resistência:

Identities constitute sources of meaning for the proper actors, for they originate, and are constructed through a process of individualization. Although identities can also be formed from dominant institutions, they only assume these conditions when and as the social actors internalize them, constructing their meaning on the basis of this internalization (CASTELLS, 1999, p. 23).

Silva (2009, p. 81) localiza este processo no contexto das lutas sociais, das desigualdades e das relações de poder, sendo :

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

A partir das contribuições de Hall (2009b), Castells (1999) e Silva (2009) se entende que a produção de identidades das mulheres migrantes e seus familiares se sustenta em vários fatores, sempre lembrando que ela ocorre dentro uma dada realidade e correlação de forças sociais e políticas.

O contexto migratório tem, pelas lógicas inerentes à produção de identidades, um forte impacto nesta produção, uma vez que quem se torne migrante se torna automaticamente o outro no novo contexto no qual ingressa.

As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é! [...] As identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em objeto (HALL, 2009b, p. 110).

E é também neste mesmo contexto, esta busca e disposição da mulher migrante de se tornar “o outro”, de colocar em cheque identidades até então produzidas, que a condição de sujeito é reforçada, pois, segundo Castells (1999, p.24): “a produção de sujeitos é aquela na qual atores sociais constroem novas identidades capazes de redefinir sua posição na sociedade”, entendendo como sujeito indivíduo:

O desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo conjunto de experiências da vida individual[...] A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra a comunidade, e a dos indivíduos contra o mercado (ALAIN TOURAINE, apud CASTELLS, 1999 p. 26).

A migração ocupou um lugar de destaque na história de vida das mulheres migrantes, uma vez que afirmou seu protagonismo na produção de sua identidade quando elas, consciente ou inconscientemente, tomaram a decisão de romper com o contexto no qual elas produziam sua identidade até então e partiram para um lugar onde se tornaram explicitamente “a outra” e onde a nova realidade e as novas relações sociais entraram em choque com as experiências e contextos anteriores. Uma nova fase de produção de identidade, como também observa Truzzi: “A própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes” (TRUZZI, 2008, p.212).

Esta “busca”, porém, não pode ser interpretada simplesmente como uma opção livre, num momento de uma “crise de identidade”, pois tanto a própria crise quanto a saída encontrada se inseriram em realidades de desigualdades de classe, gênero e raça, em contextos internacionais que influenciaram no próprio fenômeno migratório e nas relações de poder que permearam todas as relações envolvidas na trajetória das mulheres migrantes.

Ao mesmo tempo não se pode negar que a busca de possibilidades de negociar e produzir identidades fez parte dos projetos migratórios, além dos vetores macro-econômicos, políticos e sociais.

A migração contemporânea das mulheres do Brasil se enquadra neste debate, num contexto que se caracteriza pela predominância de mulheres sozinhas de classes populares num fluxo migratório de novas dimensões:

A migração, sempre parte integrante da formação de culturas e identidades, atualmente mudou de dimensão. Não se trata mais de encontros de indivíduos com culturas isoladas, mas de milhões de pessoas com culturas conectadas (CANCLINI, 2007, p. 44).

No meio do mundo globalizado, precarizando as relações e condições de trabalho, avanços tecnológicos acelerados, políticas nacionais e globais repressivas e o estímulo frenético ao consumo, produzir identidades é uma tarefa arriscada e difícil.

Cada vez menos temos esperança de que, juntando forças e ficando de braços dados podemos forçar uma mudança nas regras do jogo; talvez os riscos que nos fazem temer e as catástrofes que nos fazem sofrer tenham origens sociais, coletivas – mas elas parecem cair sobre cada um de nós de forma aleatória, como problemas individuais, do tipo que só podem ser enfrentados individualmente, e reparados, se possível, apenas por esforços individuais (BAUMAN, 2008, p. 189).

Assim encontraram-se as mulheres migrantes quando saíram das periferias de Belém, sozinhas em busca de resolver seus problemas e desafios. O projeto migratório as inseriu no mercado internacional de trabalho, numa rede familiar transnacional e numa convivência com uma comunidade brasileira migrante, que poderiam sinalizar para elas a possibilidade e necessidade de uma atuação mais coletiva. Não foi o que se observou, porém, pois cada sucesso ou derrota na trajetória de migração foi festejado ou lamentado como (des)mérito de cada uma.

Tentar trabalhar a produção das identidades como um processo único é impossível e não responderia à diversidade de trajetórias, histórias e identidades concretas produzidas, porém, vários elementos no contexto e nas histórias se assemelharam e formaram necessariamente um conjunto com o qual cada mulher migrante nesta pesquisa precisou trabalhar e sobre o qual seus posicionamentos e narrativas fazem parte da produção de suas identidades singulares.

O primeiro momento nesta produção da identidade no contexto migratório é quando se situou a mulher migrante antes de seu projeto migratório, na periferia de Belém, com características de pobre, mãe (solteira), nascida na periferia, ex-esposa, trabalhadora temporária em serviços precários e filha e irmã de família numerosa, oriunda do interior do estado do Pará.

Antes de iniciar o projeto migratório as mulheres faziam parte de famílias que trouxeram para o contexto periférico urbano uma identidade interiorana paraense, de

extensas famílias nas quais os cuidados dos filhos eram divididos entre os membros familiares. Para os pais das mulheres, a mudança para a cidade significou um contexto novo para rever e produzir suas identidades, inclusive ancoradas em suas memórias e costumes do interior com o qual mantiveram o vínculo do passado e de familiares que ali permaneceram.

Para estas filhas e estes filhos a memória do interior era ausente ou muito distante, não fazendo parte de seu processo concreto de produção de identidade, uma vez que eles precisaram e procuraram produzir uma identidade urbana, a partir da periferia onde cresceram e às vezes nasceram. A mudança que foi vivida pelos pais com a chegada à periferia se apresentou como uma realidade posta para seus filhos que iniciam sua produção de identidade na e a partir da periferia. Não se consideraram oriundos, em geral, do interior, mas da periferia, porém, sem referências claras e coletivas de o que era ser periferia no contexto metropolitano e (pós)moderno:

As identidades coletivas encontram cada vez menos na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo. Quase toda sociabilidade e a reflexão sobre ela concentra-se em intercâmbios íntimos, com a informação chegando pela mídia (CANCLINI, 1997, p. 289).

Há jovens que encontraram na violência urbana uma possibilidade de produção de suas identidades periféricas, de afirmação de existência e de apropriação do território, mas para as mulheres jovens este processo parecia ser mais complicado e carregado de outras influências. Em primeiro lugar, elas são mulheres e sobre elas recaíram expectativas e normas referente ao papel de mulher que deveriam assumir, tanto a partir da cultura interiorana trazida com a família quanto a partir das normas machistas que dominam a vida na periferia. São papéis que se referem a cuidados com filhos, assumir o lugar de uma dona de lar, esposa e trabalhadora no âmbito doméstico.

São estes os papéis aos quais as mulheres se referem como sua responsabilidade quando justificaram sua migração, numa tentativa ambígua de assumir identidades impostas e de quebrar com as mesmas ao mesmo tempo.

O segundo momento no processo migratório é quando a mulher decidiu migrar e saiu da realidade periférica para “o mundo”. De uma mulher membro de uma rede familiar, afetiva e comunitária numa periferia de Belém, ela se posicionou

e se encontrou como uma mulher pobre, brasileira, migrante e sozinha num contexto migratório. Três elementos parecem fundamentais neste momento e que tendem a convergir para um novo processo de identificação e de posicionar. Desta vez a pressão societária não tende a reforçar a necessidade de assumir o papel de mulher de família, mas se enquadrar na nova realidade em função do mercado do trabalho. Trata-se de se tornar uma “brasileira”, “imigrante”, e “prostituta”. Estes processos de estigmatização se mostraram presentes na vida de todas as mulheres migrantes.

Apesar de não ter tido noção clara do que era ser brasileira, a experiência migratória a obrigou a construir uma identidade brasileira que correspondeu à imagem existente sobre o Brasil (e as brasileiras) nos outros países. Esta imagem se pauta no samba, Rio de Janeiro, mulatas, sensualidade, festas com caipirinha, capoeira e futebol. Ser brasileira no exterior, portanto, significa se enquadrar e ser enquadrada nestas “características”, mesmo se elas passam longe de fazer parte de sua auto-imagem até então.

Ser imigrante obrigou cada mulher o tempo todo a se justificar porque ela saiu do país e porque ela está naquele país. Assim se reforçaram discursos que enfatizaram a pobreza, a falta de oportunidades e a violência no Brasil em comparação com a riqueza, as oportunidades de trabalho e a tranquilidade no exterior, do Suriname até a Europa.

Ser imigrante também implicou em procurar se adaptar à nova sociedade na qual se inseriu, tentar ser menos brasileira, assimilar a cultura local, não incomodar, expressando sua “brasilidade” somente em espaços para tal criados, como festas brasileiras ou encontros com amigos e amigas brasileiros.

Ser imigrante significou ainda o reconhecimento de que elas não tinham os mesmos direitos de que têm os nativos em termos de acesso a serviços públicos de saúde, educação e assistência, além de saber que seu lugar no mercado de trabalho era restrito ao que é considerado não adequado para nativos, lugares que sobram e se organizam para a mão-de-obra migrante, com maiores graus de exploração.

O rótulo de prostituta é o que mais pesou na produção de identidade das mulheres. Mesmo podendo ter sido “funcional” para algumas em algum momento da trajetória de migração para garantir espaço no mercado de sexo e para acessar algumas redes sociais no início da imigração, ele se torna um estigma do qual dificilmente se livra e que tem consequências práticas de discriminação em qualquer

lugar. Em todas as sociedades em debate, desde o Brasil, o Suriname até os países europeus, a prostituição é um mercado marginalizado, discriminado e estigmatizado. Ser vinculada a este mercado implica em ser considerada “a outra” uma vítima que precisa de resgate ou uma mulher caída, que precisa ser excluída. Há, portanto, a necessidade de produção de contra-identidades, aquelas que desmontarão a concepção de prostituta como identidade. Trata-se de um fator que não depende do fato concreto de ter estado ou não na prostituição. A organização do mercado de sexo precisa e procura mulheres migrantes de classes populares de diversos países do mundo para a prostituição, assim se vincular a (muitas vezes única) possibilidade de migração e renda. Nem todas as mulheres pobres migraram através deste mercado, mas a imposição desta imagem é funcional para o mercado. Esta imagem vulnerabiliza mulheres migrantes, pois as coloca à margem das sociedades e, portanto, mais manipuláveis, além de criar a ideia de naturalização de precisar passar por prostituição quando se pensa em migração. A rotulação de mulheres migrantes como prostitutas também reforça a possibilidade das Nações de poder controlar os fluxos migratórios das mulheres alegando estar protegendo as mulheres migrantes contra a exploração na prostituição ou a sociedade contra a desmoralização. Neste contexto a prostituição se tornou um elemento universalizado na produção das identidades de mulheres migrantes de classes populares.

A lógica migratória que oferece a mulheres migrantes pobres e pioneiras a prostituição como uma das poucas possibilidades de concretizar seu projeto migratório - pela negação de acesso a outras formas de migrar e trabalho - articulada com a organização do mercado de sexo que se beneficia com a irregularidade e ilegalidade, cria uma lógica de migração insegura. Além disso, este processo força muitas mulheres migrantes, de fato, a entrar no mercado de sexo e as impõe a ‘identidade de prostituta’. As mulheres não optaram e nem se identificaram com o “ser prostituta” ou “ser imigrante”, mas optaram por migrar e, às vezes, através da prostituição, entrar no outro país, sem imaginar as consequências para as suas novas identidades. Assim, toda mulher migrante do Brasil de classe popular começa a ser identificada como uma prostituta, atuando e se identificando como tal, ou não.

Lá se chegasse uma mulher morena no restaurante e eles não serviam a mulher, muito racista. A gente mesmo, que é a brasileira clara como eu, andava na rua e todo mundo dizia: ‘olha essa daí é

prostituta, as brasileira só vem pra Espanha pra se prostituir' (Adalgisa).

Por mais que tu não vais pra fazer ploc, mas eles sempre te acusam, tu és sempre puta lá (Barbie).

Por acharem que todas as brasileiras são putas. Falo por experiência própria. Em todos lugares que eu ia as pessoas olhavam com aquele olhar, tipo pensando que eu era mais uma da noite. Pelo meu físico,tava na cara que era brasileira e isso sempre me prejudicava. Na discoteca tinham sempre caras fazendo propostas, perguntando onde eu trabalhava até mesmo em entrevistas para emprego (filha da Romana).

A prostituição, portanto, impacta diretamente na produção de identidade das mulheres migrantes, tanto daquelas que passaram pela prostituição quanto as que nunca se envolveram com prostituição. Aquelas que nunca atuaram na prostituição antes de migrar dificilmente podiam imaginar o impacto que esta atividade traria para as possibilidades de negociação e produção de suas identidades.

Esta imagem produzida no contexto migratório, que ainda se pautou em histórias criadas para sustentá-la em prol do mercado sexual, como a exotização da imagem da mulher brasileira, o povo brasileiro como mais aberto ao sexo e conseqüente, mais “quente” e liberal que os demais (ADELMAN; SOUSA; SOUSA, 2009), também começou fazer parte do discurso das próprias mulheres migrantes entrevistadas que confirmaram que as brasileiras seriam mais quentes e melhores de cama do que as mulheres dos países para onde migraram.

O rótulo de prostituta confunde, por interesses diversos, o exercício de uma atividade, em algum momento e sob certas condições, com um elemento constitutivo e essencial de uma identidade; uma divisão das mulheres em “prostitutas imigrantes” versus “mulheres honestas nacionais”, e “prostitutas emigrantes” versus “mulheres honestas que ficaram nas suas famílias”.

O estigma se estende ainda para os filhos, que, quando podem, procuram desvincular a imagem da prostituição da imagem da mãe migrante:

Eu não me lembro quem foi que ajudou na viagem. Uma amiga dela chegou e conversou com ela que pra lá ela podia melhorar, que tinha trabalho pra lá. Ela pegou e perguntou logo se não era prostituição e ela disse não. Não é só prostituição que existe pra lá, também pode arrumar um marido, casar. Só que dessas duas vezes não deu certo na terceira que deu certo (Filho da Raquel).

Ou seja, os filhos, a mãe e os irmãos também são afetados em suas possibilidades de negociação de sua identidade devido à “migração na família”. Os filhos escutam dizer que suas mães são “putas” e começam a ser rotulados, excluídos, sofrem *bullying* e entram em dois processos possíveis: 1) Negação de ser filho daquela mulher que migrou: “ela não é minha mãe”. Neste caso escolhem e afirmam que a pessoa que os cria (avô, tia) é sua mãe. Um processo muito doloroso, para ambas as partes, pois é uma negação por força da discriminação de gênero; 2) Identificação com a mãe (mais fácil em caso de filhas), argumentando que sua mãe é uma supermãe, arriscando e suportando tudo que as pessoas poderiam imaginar para batalhar para o bem estar de seus filhos.

Estas duas posições refletem curiosamente os discursos dominantes sobre a migração das mulheres: elas não prestam, são putas ou elas foram forçadas pelas circunstâncias de sobrevivência de toda família, especialmente dos filhos.

Um terceiro momento se apresenta na Europa quando relações afetivas e amorosas transnacionais se inserem na história de migração. A mudança de uma mulher brasileira solteira, numa situação migratória irregular, numa mulher brasileira casada com europeu e, portanto, regularizando sua permanência no país para onde migrou tem um impacto grande na identidade. Legalmente ela assume duas novas posições, a de mulher casada e a de migrante legalizada, ainda com uma residência certa. A legislação na Europa para migrantes como as mulheres da periferia de Belém só possibilita sua permanência legal a partir de um casamento, uma vez que o mercado de trabalho que elas podem acessar geralmente dificilmente possibilita uma permissão de permanência. É mais uma imposição frente a qual as mulheres precisam se posicionar e que impacta na produção de suas identidades. Depois da expectativa posta em torno da identidade de mulher de periferia, a construção hegemônica da identidade da mulher migrante brasileira, o casamento transnacional parece mais um contexto construído como hegemônico para encaminhar a um projeto de mulher, como se fosse um ciclo se fechando.

Estas relações são

[...] marcadas pela desigualdade, pelos diferenciais econômicos e de poder entre países e encontram-se subjacentes a tais contratos. São uma forma de contrato cultural e encontram-se revestidas de representações de si e do outro em que as noções de masculinidade e feminilidade se articulam com nacionalidade (PINTO, 2006, p. 272).

Porém, além destas lógicas, as mulheres se posicionaram e negociaram neste contexto suas identidades, no qual o seu percurso migratório as empoderou, muitas vezes, para inverter e transformar as relações de poder.

No matrimônio transnacional encontraram-se muitas mulheres migrantes tomando conta e decidindo sobre os rumos da nova família constituída junto com o marido europeu numa relação de poder muito diferente daquela que a mulher migrante tinha vivenciado antes de migrar.

Esta posição nova, na qual a mulher migrante parece menos preocupada com a possibilidade do fim daquele relacionamento do que o marido evidencia a nova posição assumida de uma mulher migrante que percorreu um caminho para dar uma volta por cima, em termos de condições de vida e de relações interpessoais.

Porém, estas relações também se pautam parcialmente na imagem produzida em torno da mulher brasileira, como exótica e sensual, como diferente daquela das mulheres nativas, ou seja, o homem europeu realiza nesta relação a fantasia ou sonho de um casamento diferente simplesmente pelo fato da mulher ser brasileira. Esta diferenciação entre mulheres brasileiras e mulheres nativas, que fortemente pautou o processo de produção de identidades na primeira fase da migração, continua sendo um elemento constitutivo. Tanto que as mulheres brasileiras migrantes nesta pesquisa contaram que estabeleceram poucos contatos com mulheres nativas, as quais demonstravam ciúme e inveja das brasileiras.

As minhas filhas falam que acham que as mulheres lá tratam as mulheres brasileiras com muita diferença. Elas acham que as brasileiras vão pra lá pra tomar os maridos delas. Acham que elas são muito prepotentes com as brasileiras, arrogantes te olham com cara feia (Mãe da Daiane).

Os contatos e a inserção na nova sociedade ocorreram com homens europeus, surinameses ou brasileiros (estes últimos já há mais tempo no outro país) e não com mulheres europeias ou surinamesas. As relações de gênero são extremamente determinantes para o processo de territorialização e ser uma “mulher brasileira” se torna um requisito importante de negociação. A identidade das mulheres migrantes, portanto, é produzida também na perspectiva de ser alvo de interesse de homens estrangeiros.

Nesta fase, o homem europeu ganha também ares de um “outro homem”, diferente daquele de que as mulheres deixaram atrás no Brasil. Quando o homem

européu com quem se relacionaram não correspondeu a este homem idealizado, ele foi deixado e trocado por um outro.

Eu acho que os homens de fora respeitam mais as mulheres. Ela me diz: 'eu acho que eu não dou para casar com brasileiro' (Daiane, mãe).

Hoje em dia que elas tem uma outra vida com outra pessoas, não com os brasileiros, que, segundo elas, são grossos, não são que nem os homens estrangeiros, que são mais carinhoso, mais compreensível (Daiane, irmã).

Eu acho que as mulheres brasileiras pra ir pra fora elas são mais valorizadas do que aqui. Aqui os homens só querem fazer a mulher descartável, só querem usar, além de encher a mulher de filho. Lá parece que eles sabem dar valor nas mulheres tanto é que eles procuram casar, procuram comprar casa, investir nelas (Nádia).

Os homens brasileiros, segundo alguns pais das mulheres migrantes, não devem mesmo ser valorizados e eles elevam as qualidades das suas filhas como mulheres brasileiras com coragem de deixar uma vida sem perspectiva com um brasileiro para assumir um desafio migratório:

Eu tiro assim pela minha família. Na minha família eu acho que os homens são muito acomodados. A maioria das mulheres procuraram a cidade enquanto os homens ficaram no interior. Eu acho, na minha família, os homens muito quietos. Meu filho ele é assim, ele é muito quieto. As mulheres não, elas gostam de aventura (Mãe da Daiane e Daiana).

O fato dos homens europeus terem assumido um casamento com a mulher brasileira evidencia para as mulheres entrevistadas que se trata de outro tipo de homem. Ele não se importa com o fato ela poder ter filhos de outros relacionamentos, assume legalmente a responsabilidade de cuidados, não liga para preconceito de ela ser mulher pobre e migrante, rotulada de prostituta, ou seja, um homem que mostra querer assumir um compromisso sério.

A identidade de mulher casada ganha também outra conotação, pois sempre precisa ser defendida contra a acusação de ser interesseira (legalização e dinheiro) e ocorre numa outra fase de vida e contexto com um homem de outra cultura e que também assume o risco de ser rotulado por sua família e comunidade.

Percebe-se nos casais uma negociação mais aberta e explícita da relação, o que sem dúvida aponta para uma identidade mais independente, madura e consciente.

A nova posição de mulher casada com europeu também possibilitou uma revisão da imagem e rótulos da mulher migrante em sua família, comunidade de origem e no país de destino. Sendo mulher casada, ter “sucesso” no exterior e ter uma certa estabilidade, significa ser uma “mulher vencedora”. Ao mesmo tempo, para quem não consegue este feito o preconceito e marginalização são reforçados.

Com a estabilidade do casamento, o papel e a importância da mulher migrante cresceu na família que ficou em Belém, com quem começa a negociar um novo espaço e uma nova identidade. As histórias de prostituição que podem ter sido parte da migração são silenciadas e superadas com a nova situação que parece justificar no final a decisão de migrar.

É neste momento que se vivência um quarto momento, a realidade transnacional. Começam-se a territorializar em vários lugares ao mesmo tempo, tanto em termos físicos (residências, investimentos) e legais, quanto em termos sociais (fazendo parte de duas redes familiares diferentes). As perguntas “onde ela pertence de fato, onde ela quer estar, o que é ser brasileira e ser europeia e como viver os diversos lugares ao mesmo tempo ou de forma alterada”, começam a fazer parte da produção de identidade, mais do que na fase anterior, quando a preocupação se focava na possibilidade de poder fazer parte de um novo espaço.

Reconocer que las personas construyen identidades en referencia a la familia, los amigos, y “otros” que viven a lo largo y ancho de los campos sociales en los que habitan (y no sólo en relación a la sociedad en la cual viven físicamente) (LEVITT, 2010, p. 21).

Neste novo momento e condição, elas começaram a comparar os dois lugares nos quais viveram na memória e na prática. Apesar da valorização do exterior como espaço mais seguro, com uma vida econômica melhor, as mulheres não se perceberam ou avaliaram o Brasil como inferior.

O que me faz lembrar do Brasil é o calor, as pessoas são mais hospitaleiras e mais atenciosas, eu acho. É muita diferença entre uma nacionalidade e a outra, não é todo mundo que é como o brasileiro. O brasileiro passa mais confiança, o brasileiro do Brasil mesmo, sem ser o brasileiro que mora na Bélgica (Valda).

O exterior é considerado como um espaço seguro, bonito, rico etc., mas difícil de viver e se permitem críticas ao eldorado que procuraram e a realidade que encontraram, ou seja, tornaram-se sujeitos naquele espaço e afirmam suas identidades de brasileira comparando e produzindo identidades de europeus. Os europeus são rotulados de conservadores, organizados, frios e vivendo uma realidade onde reinam a solidão e a depressão, às vezes explicadas pelo clima no qual vivem:

A solidão na Europa é muito grande. Não é como aqui no Brasil. Primeiro que é um país quente, tu podes sair a hora que você quer, se sente sozinho se quiser. Na Europa não, é tudo muito esquematizado, muito organizado (Safira).

Esta visão sobre a Europa e a identidade europeia não significam para todas que não querem fazer parte dela. Algumas procuram se adaptar, evitar de ser identificadas como brasileiras ou se misturar com a comunidade brasileira.

Ela dizia que não era bom se meter com brasileiros. Pra elas os brasileiros que moram aqui na Bélgica nenhum presta (Selma).

Eu penso nos meus brincos enormes que eu adorava usar em Belém e que agora dificilmente sai da caixa e das minhas roupas coloridas também. Eu não sinto vontade de ser visto como "algo exótico" que chama a atenção de todos (Jaci).

No Suriname, como não há identificação com os surinameses, a comunidade brasileira é, ao contrário, referendada:

É melhor viver no garimpo porque tu sabes que em garimpo é só brasileiro, é uma comunidade brasileira, tu te entendes mais. Em Paramaribo além de não ter uma coisa para trabalhar, praticamente tu estás fora, porque ali só tem o pessoal da cidade. No garimpo só tem brasileiro, um brasileiro se entende com outro brasileiro (Nádia).

Como quinto momento pode-se falar da produção de identidade das mulheres que retornaram. São novas mudanças, pautadas no reencontro e na narrativa da sua experiência migratória e da relação que se estabeleceu com o lugar para onde viajou.

Voltar do Suriname é uma outra “história” do que voltar da Europa. Voltar casada (pelo menos no papel) é outra realidade do que voltar solteira. Todas voltam com duas dúvidas: 1) Qual história pode contar? 2) O que justificou minha ausência?

Voltar rico, efetivamente ou somente em aparência – pois aqui a aparência conte talvez mais que a realidade – consista, de certa

forma, em querer fazer sua revanche social, mas também tornar claro para si e para os outros o sentido de sua emigração e de sua ausência (SAYAD, 2000, p. 16).

Algumas mulheres migrantes retornaram à periferia, investindo em pequenos negócios, assumindo o papel de micro-empresário, produtora ativa do espaço e ocupando uma posição de destaque na hierarquia social. Elas saíram sem nada, tinham negado a sua existência como sujeito, foram discriminadas pela escolha pela migração e voltaram a produzir e transformar o espaço deixado. Este retorno ainda ganha outras conotações quando é acompanhado pelo marido europeu, sinalizando à comunidade que sua migração a levou à condição de esposa e não à marginalizada condição de prostituta. Ela traz o marido como “prova”, uma vez que ele se dispõe a morar na periferia de Belém, onde ele depende por vários motivos dela, ao contrário com a situação na Europa onde ela dependia dele.

Outras mulheres retornaram sem o “sucesso financeiro” ou “conjugal”, o que as deixou numa condição de dupla desterritorialidade. Trouxeram na sua bagagem somente uma experiência que não é valorizada como capital, uma vez que carrega a imagem da mulher degenerada e derrotada, muitas vezes rotulada de “puta”. O lugar que deixaram não existe mais como tal e sua volta pede uma nova organização do espaço e das relações para poder “inserir-las” de alguma moda, algo que nem toda família está disposta a fazer.

Aquelas mulheres que não voltaram (ainda), casadas com algum europeu, garantindo sua territorialização através do matrimônio, procuraram às vezes levar familiares para sair da periferia ou mandaram dinheiro para comprar casa e computador para ela. Esta última se tornou um instrumento permanente de contato entre a periferia de Belém e as casas na Europa. Esta comunicação direta, ao vivo, reorganizou o dia-a-dia das famílias e das migrantes que estão fisicamente em um lugar e virtualmente no outro. As visitas das mulheres migrantes, às vezes acompanhadas por seus maridos, trazem para a periferia momentos de re-encontros e para algumas mulheres a confirmação de não querer voltar, assustadas com a violência. Umás ficaram num hotel com seu marido, reforçando o fato de estar de visita no espaço que antes era sua residência. Estas visitas ainda possibilitaram encontros físicos entre os moradores da periferia com quem mora na Europa, abrindo uma janela de perspectivas e sonhos, uma rede migratória se constituindo e ampliando.

O projeto de migração se configurou, então, também como um projeto (inconsciente) de busca e produção de uma identidade num mundo globalizado que situou as mulheres pesquisadas, inicialmente, com uma identidade periférica, porém, com uma compreensão do global.

Migrar significou de fato a possibilidade de colocar em cheque identidades produzidas num certo contexto, neste caso as periferias de Belém, através de confronto com novos contextos e sujeitos. A insatisfação com a identidade de uma mulher segregada numa periferia de Belém podia ser alterada, por exemplo, em novas realidades sociais que pediram novos posicionamentos, possibilitando novas leituras de ser mulher e ser brasileira. Ser brasileira no exterior tem outro significado do que ser brasileira numa periferia de Belém, às vezes com maiores possibilidades de negociação e mobilidade social e espacial. Ao mesmo tempo migrar significou carregar um novo olhar e preconceito que recai sobre as mulheres de classes populares quando saem dos papéis femininos tradicionais, de mãe e esposas, de donas de casa e dependentes financeiras de seus maridos.

Quando ellas no cumplen con sus roles, son consideradas como malas madres, malas esposas, infieles, tal como lo presentan los diferentes estereotipos. El mismo ocurre con la otra afirmación, según la cual mujeres que trabajan fuera de casa se prostituyen (WAGNER, 2008, p. 335).

Ser mulher brasileira no exterior e viver relacionamentos transnacionais abriu perspectivas de “agência”. Na periferia elas pareciam ser condenadas a viver e ser uma mulher com acesso precário a emprego, trabalho e moradia, empenhar-se no papel de mãe, parte de uma família que na periferia encontrou sua estação final, no meio da violência urbana, com estratégias precárias de sobrevivência e a pressão social de ser uma boa mãe, filha e irmã.

Sair para outro espaço e se inserir em outras redes sociais se mostrou uma estratégia que na periferia se apresentou a partir de contatos com outras pessoas que já viajaram e através das redes virtuais de relacionamentos. Esta mudança significou não “ser uma mulher da periferia”, mas se tornar “uma mulher do mundo” e procurar transformar com esta nova identidade a história de sua família.

Segundo Castells (1999), construir e produzir identidades se dá no contato com o e a outra e depois das primeiras redes sociais onde este processo ocorreu (na família e com parceiros brasileiros) a possibilidade de confrontar-se com novas

redes, de brasileiros no exterior e de estrangeiros de todas as classes sociais, foi uma forte possibilidade. Elas negociaram, desde o primeiro momento, a identidade de ser mulher, questionando o papel da mãe e esposa, de mulher da periferia:

Las madres cambian y mejoran sus vidas y, con esto, rompen lógicas patriarcales y establecen nuevas normalidades de ser familia, de maternidad y de roles de género; entre éstos, el hecho de ser co-provedora de una familia y de poder salir por medios propios, independientemente de presencia de un marido y/o de la familia (WAGNER, 2008, p. 337).

A produção da identidade das mulheres no contexto migratório passa pela permanente renegociação do papel da mulher nas sociedades donde saíram e para onde migraram. Já o simples fato de ser imigrante, originada de um país considerado de terceiro mundo, cria uma nova percepção de si e um tratamento pelos outros.

A predominância de mulheres na migração internacional tem uma ligação direta com a imagem coletiva criada e assumida pelas mulheres, que se entendem como mulheres desejadas pelos homens estrangeiros e, portanto, encontram uma porta de entrada para casamento e prostituição. Mais que um mercado de trabalho ou políticas institucionais de promoção de migração (ao contrário!), as relações “amorosas” entre homens europeus e mulheres brasileiras parecem configurar um pano de fundo para as “possibilidades” da migração feminina.

Oriundas de classes populares não vivenciaram um processo de territorialização no lugar de origem e, portanto, não sentiram uma identificação suficiente para não querer partir. Elas negaram ou fugiram (desterritorialização) da comunidade de origem, com a qual não se identificam e consideram como espaço desordenado. Haesbaert (2004a, p. 245) argumenta que se trata de uma busca de territorialização através da migração:

[...] migração em sentido estrito, onde a mobilidade é mais um meio do que um fim, uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade (em sentido amplo), certamente não poderá ser vista simplesmente como um processo de ‘desterritorialização’.

Acostumadas em não ter acesso a seus direitos e viver na periferia da sociedade, adaptaram-se facilmente às condições encontradas no exterior, sem questionar muito e seguindo os caminhos que imaginavam possíveis e que se apresentaram.

Não parece se produzir uma identidade de resistência ao processo de individualização e atomização que acompanha a globalização. Castells (1999, p. 79) apresenta a hipótese de que:

[...] para que as pessoas resistam ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum e ávida é compartilhada e um novo significado pode ser produzido.

Não se identificou a participação em movimentos urbanos que contribuem na produção de novos significados. Em vez de resistência à individualização as mulheres parecem ter procurado a possibilidade desta própria individualização, de ser protagonista de sua própria história, negociando e renegociando papéis e identidades.

Suas experiências não desencadearam num movimento reivindicatório por melhores condições na periferia ou por mais direitos como cidadã. Para tal, a migração feminina é carregada demais com valores e preconceitos que mais isolam as famílias na comunidade. Ao mesmo tempo, as famílias deixam de viver o bairro como seu (único) território, uma vez que inserida no território-rede a partir da migração de uma ou mais mulheres da família começa a viver uma identidade (precária) transnacional.

Ser migrante é uma identidade não escolhida, mas obrigatoriamente assumida e imposta, mesmo sendo negociada no cotidiano, pela divisão internacional do mundo em nações, e, portanto, em territórios com populações consideradas nacionais e as populações de outras nações como estrangeiros. Quando elas emigram para outra nação eles se tornam, além de estrangeiro, imigrantes, ou seja, estrangeiros que estão dentro de uma nação que não é a sua. São nacionais de outros países, neste caso do Brasil, que são os outros presentes no seio de uma nação, onde podem se relacionar com nacionais nativos, trabalhar e conviver, mas sempre como imigrante, portanto, não-nacional e sem a plena cidadania dos nacionais, sem direitos políticos plenos.

Ser migrante pobre com todo preconceito que isto carrega leva a identidades defensivas, que incorporam justificativas socialmente aceitáveis e desejadas e fogem da possibilidade real e veladamente expressa de querer migrar, pois além de se configurar como ato “revolucionário” contra a exclusão, também envolve

motivações de poder conhecer outros cantos, encontrar outras pessoas com quem podem se relacionar, experimentar a prostituição longe do controle da família ou aventurar-se. Estas motivações parecem “proibidas” para mulheres pobres das periferias. Ser uma mulher independente, desbravadora e aventureira não é uma identidade permitida e a luta contra papéis tradicionais de gênero e de pobre na comunidade de origem, que as levaram de certa forma a investir num projeto migratório, encontra neste novo campo novas expectativas, normas e pressões para forçá-las novamente a assumir o papel a elas destinado (boas mães, esposas), condená-las como sem vergonhas ou tentar salvá-las da opressão machista. Uma contradição que é difícil desmistificar, pois:

Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são irrevogavelmente o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e ao mesmo tempo a várias casas (HALL, 2000, p. 62).

Logicamente as mulheres mudaram. Ser mulher migrante mudou sua identidade e sua ideia do mundo, do bairro e das relações sociais. Tornar-se de certa forma independente, longe do controle da família e da comunidade (mesmo se ela encontrou no exterior imensos problemas e sofreu vários tipos de violações) provocou reações na comunidade do bairro (considerando-a uma prostituta pelo fato que migrou sozinha) e parece empoderá-la em suas relações com homens, tanto lá fora quanto no lugar de origem.

6.2 CONFIGURAÇÕES DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES DE PERIFERIAS DE BELÉM

A migração das mulheres das periferias de Belém para a Europa e os países vizinhos se insere numa tendência mundial de feminização da migração, com destaque para mulheres oriundas de classes populares. Não se observou nenhuma diferença nas histórias de migração entre as duas periferias estudadas de onde elas migraram, mas as duas periferias se evidenciaram como territórios de migração, tanto como origem e destino de retornos (acompanhados), quanto como territórios ligados através das mulheres migrantes e suas famílias com outros territórios.

As famílias (das mulheres migrantes) que migraram nos anos 1980 e 1990 do campo e de cidades menores para as periferias das metrópoles, como Belém, encontraram relações e condições de trabalho e moradia precárias, além de relações sociais conflituosas e a necessidade de produção de identidades urbanas sem ter referências para tal.

Ao mesmo tempo o mercado de trabalho mundial mudou para uma lógica globalizada com cada vez menos direitos para os trabalhadores e mais flexibilidade e precariedade em termos de relações de trabalho. Para este mercado cresceu a demanda por trabalhadores flexíveis e com pouca possibilidade de organização e reivindicação, o que pode explicar, de alguma forma, o avanço de políticas que reprimem direitos de migrantes criando as condições para este tipo de mercado funcionar.

Observaram-se fluxos de migrantes das periferias de Belém para países onde há demanda por mulheres trabalhadoras em certos ramos do mercado (prostituição, garimpo, limpeza, trabalho doméstico), conforme explicam as teorias macro-econômicas que tratam da migração.

A migração internacional de mulheres também se relaciona com as transformações culturais e de identidades no mundo globalizado, no qual estar conectado e se relacionar com outras culturas (inclusive via migrações) se tornou parte de vidas (pos-)modernas, inclusive para moradores das periferias urbanas.

Esta vivência globalizada se traduziu em possibilidades imaginadas de relacionamentos afetivos e amorosos transnacionais, tanto por parte das mulheres migrantes quanto por parte dos homens e mulheres europeias, inserindo o componente de relacionamentos e matrimônios interculturais no contexto migratório.

Em relação aos fluxos de migrantes para a Europa observou-se a alta incidência de mulheres da América Latina e o número expressivo de casamentos delas com homens europeus, vinculada a construção da imagem da mulher latina como desejável e sensual. Outra tendência que pode ser observada é de homens africanos que se casam com mulheres europeias, pautada na erotização do homem africano. Em ambas as situações o pano de fundo da imagem que sustenta o fluxo migratório tem suas bases nas histórias coloniais e a construção de identidades de dominantes e de dominados que permeiam esta herança.

As mulheres brasileiras estudadas migraram como solteiras, viúvas ou separadas, saindo às vezes de relacionamentos não satisfatórios, traumáticos ou frustrantes, buscando fugir de destinos desenhados para mulheres pobres na periferia, os quais viam materializados na vida de suas mães, somando com as poucas oportunidades de trabalho que as deixaram sem perspectivas de poder investir em seus sonhos, como casa própria, estudo, viajar etc.

O casamento com um estrangeiro ou o amigamento com brasileiros fez parte da expectativa, estratégias e possibilidades que elas vislumbraram e encontraram no exterior, algo que não se percebeu entre homens brasileiros que pensam em migrar ou migraram.

A porta de entrada para mulheres migrantes da periferia de Belém se apresentou através de três modalidades:

1. Através de casamento com um homem do país de destino antes de migrar, com quem teve contato via internet, um encontro em Belém ou durante uma visita à Europa;
2. Através de trabalho na prostituição ou como doméstico articulado pela pessoa que facilitou a saída do Brasil e entrada no outro país;
3. Através de familiares (geralmente mulheres) que migraram e já conseguiram se estabelecer no país de destino

A prostituição, às vezes através de esquemas de tráfico de pessoas, foi uma das principais formas de entrada para as mulheres migrantes pioneiras. Com o passar do tempo, a estabilização de mulheres migrantes pioneiras, em geral através de casamento, eliminou tanto a pessoa facilitadora, quanto a necessidade de iniciar a migração através da prostituição para outras mulheres da família. Casas (2008, p. 226) observou esta dinâmica estudando especificamente a prostituição de migrantes na Espanha:

Los datos del trabajo de campo revelan que en los inicios de inmigración latinoamericana hubo mayor presencia de tráfico organizado de mujeres, de redes más estructuradas e incluso de situaciones de engaño. No obstante, con el paso de los años y con la instalación de muchas mujeres en España, fueron las propias redes migratorias las que alimentaron los flujos de entrada.

O tráfico de mulheres, foco de muitos programas e debates, parece perder, na prática, sua importância e dominação na migração de mulheres das periferias de Belém depois da territorialização de mulheres migrantes pioneiras na Europa e no

Suriname e a formação de redes de apoio a familiares que as seguiram. O tráfico das mulheres nesta pesquisa também não tem conseguido encarcerar e dominar por muito tempo as mulheres que captou em suas redes. Isto não significa que o tráfico de mulheres não faz mais parte do mundo migratório feminino em Belém, pois sempre há procura de mulheres por oportunidades de migrar que não têm uma rede familiar e segura estabelecida e há mercados nos quais parece haver “necessidade” e alta lucratividade com a inserção de mulheres traficadas. Ainda mais, algumas mulheres migrantes territorializadas podem se inserir na dinâmica do tráfico de pessoas como agenciadoras e pessoas de referência no exterior.

A ampliação das redes familiares transnacionais mudou a correlação de forças no contexto migratório estudado em favor de mais autonomia para as mulheres que hoje procuram migrar. O avanço das políticas restritivas à migração, principalmente na Europa, pode, porém, dificultar o funcionamento das redes familiares, impedir a unificação familiar e até a entrada nos países europeus (mesmo como turista) e assim mudar este cenário novamente a favor do tráfico de pessoas como forma mais viável para migração de mulheres das periferias.

Quase todas as mulheres migrantes nesta pesquisa que foram para a Europa se casaram com um europeu, o que apresenta a necessidade de aprofundar este processo de relacionamentos nas migrações contemporâneas, principalmente quando se observa que nenhuma das mulheres que migrou para o Suriname se casou com um surinamês mas que elas se relacionaram geralmente com brasileiros migrantes naquele país e poucas vezes com um nacional, nunca oficializando estas relações.

Esta diferença remete à importância de abordar migrações em suas configurações específicas, históricas, geográficas, culturais e socioeconômicas. As políticas migratórias pesaram na forma como a migração se organizou. Na Europa a necessidade de legalizar a permanência para poder trabalhar, ganhar dinheiro, andar na rua e acessar serviços, tornou-se cada vez mais importante e as formas de conseguir a legalização ficaram cada vez mais restritas. O casamento é quase a única forma para mulheres migrantes de classes populares. No Suriname há várias formas de permanecer com vistos temporários de trabalho, além de não haver uma política de perseguição e deportação de brasileiros naquele país. Ou seja, o casamento não se apresentou como necessidade para o projeto migratório. Porém,

sem o casamento a possibilidade de acumulação de bens e acesso a direitos ficaram muito mais limitados nas migrações para o Suriname do que aquelas com destino a Europa.

A migração pioneira configurou-se como uma realidade muito diferente daquela que as pessoas que migraram em seguida encontraram. Na migração pioneira a família, geralmente, não foi diretamente envolvida na organização e decisão de migrar, pois as mulheres recorreram a outras pessoas nas suas comunidades com quem tiveram pouco contato ou envolvimento até aquele momento. Através destas pessoas elas se arriscaram num projeto migratório no qual a exploração de sua mão-de-obra se constituía como elemento fundamental.

Os familiares seguidores já contaram com a referência da mulher migrante pioneira com certa estabilidade e com informações mais concretas e vivenciais para funcionar como porta de entrada. Esta estabilidade se construiu através de casamentos e de laços com outros brasileiros no país de destino. Neste caso, a família era muito mais envolvida e a migração se tornou realmente um projeto familiar.

Neste segundo fluxo migratório nas famílias para a Europa a possibilidade ou expectativa de casamento com um europeu também foi inserida no projeto migratório da família, a exemplo do sucesso da mulher migrante pioneira. No Suriname o segundo fluxo de migrantes das famílias não passou, geralmente, pela prostituição, mas se inseria logo no mercado de trabalho no garimpo, fazendo parte imediatamente da comunidade garimpeira.

A família toda é afetada pela migração, além das próprias mulheres pioneiras e de suas irmãs, sobrinhas ou primas que migraram. Entender este processo só é possível abordando a família como uma rede de relacionamentos transnacionais, uma vez que todas as famílias pesquisadas continuaram a se relacionar à distância e se reorganizar permanentemente em sua forma de viver, tomar decisões e se estruturar.

Os filhos das mulheres que migraram eram muitas vezes mencionados como motivos de decisões no processo migratório, mas sua condição de sujeitos ficou pouco clara a partir das entrevistas com as migrantes, suas mães, irmãs, primas e tias. Somente dois filhos de migrantes foram entrevistados e através deles se percebeu como eles tentaram dar lugar à história de migração de sua mãe em sua

vida, justificando-a e organizando sua vida com a ausência dela, a possibilidade de migração e a vida transnacional.

A segunda geração desta modalidade específica de migração estudada juntou, no momento da pesquisa, 76 filhos, que vivia uma realidade migratória transnacional posta pela migração de suas mães e que a posiciona num campo de possibilidades e impedimentos específicos o qual ela precisa significar e enfrentar. Talvez através de acompanhamento da atuação e posicionamento dos filhos se possa captar o impacto da mudança social da migração das suas mães, ou seja, como é viver num mundo globalizado dentro de uma realidade transnacional que se apresentou como ponto de partida da produção de suas identidades e não como mera perspectiva?

Viver na Europa ou no Suriname nem se tornou fetiche nem opção definitiva para as mulheres e muitas vezes somente uma situação transitória, na prática ou no discurso e imaginação. O Brasil e sua família ganharam para elas uma importância saudosa, o que começou a se configurar como discursos e memórias que justificaram sua presença e todos seus atos e sofrimentos naqueles países. A idealização se tornou um projeto de seu “retorno”, que nem sempre estava presente no ato de emigrar. Este retorno é, em alguns casos, concretizado, como solteira ou casada, com ou sem marido que às vezes continua trabalhando na Europa.

A teoria sobre migração e as observações do sociólogo algeriano Sayad (1998; 2000) contribuíram muito para abordar e entender a migração feminina a partir de um olhar referente à emigração e imigração como dois processos paradoxalmente entrelaçados. A discussão de Sayad sobre a condição de imigrante e emigrante e sua relação com os dois espaços (origem e destino) foi enriquecida nesta dissertação com o debate sobre des-re-territorialização, multiterritorialidade e identidade, da área de geografia crítica do Haesbaert (2004; 2005) e estudos culturais com referências como Hall (1993; 2000; 2009) e Canclini (1997; 2007). A importância de Sayad para estudar migração estimula um “debate” com este autor específico sobre a migração de mulheres de periferias de Belém na contemporaneidade.

A importância da organização política internacional que divide o mundo em nações (“soberanas”), com conseqüentes implicações para as identidades e os direitos de nacionais e não-nacionais, de nativos e estrangeiros, é, por exemplo, uma

ferramenta importante que Sayad e Hall oferecem para se aproximar do “problema da migração” e os problemas que vivem os migrantes. A globalização - e a migração internacional como elemento deste processo – tem renovado o debate sobre a soberania das nações. Apesar da circulação de capital, bens e pessoas e o deslocamento dos centros de decisão e poder parecer ter anunciado o fim dos Estados nações, estes continuam com muito poder, são reguladores de mercados de trabalho e financeiros, territórios de moradia e participação/resistências e produtores de cidadania, que só existe dentro da lógica do Estado nação (SANTOS, 2000, p. 113).

Uma vez que Sayad pautou seus estudos numa realidade particular, da migração algeriana para a França, com muitas especificidades históricas, culturais e políticas, algumas questões que a migração internacional contemporânea de mulheres do Brasil apresentou não podiam ser facilmente entendidas somente através de suas matrizes.

Em primeiro lugar, a migração feminina está menos restrita à identidade de trabalhadora do que dos homens algerianos nos quais Sayad baseia suas afirmações. A migração de mulheres envolve um componente de relações afetivas interculturais ou transnacionais importante.

Em segundo lugar, as mulheres brasileiras de classes pobres não migraram especificamente entre o país de origem para o país que o colonizou, mas migraram para destinos onde redes de trabalho, de conhecidos e de familiares possibilitaram uma primeira chegada, baseada em informações e contatos inseguros e pouco claros.

Em terceiro lugar, a migração feminina contemporânea das periferias de Belém assumiu uma dinâmica transnacional muito mais expressiva do que Sayad conseguiu observar em seus estudos, com o avanço da tecnologia de comunicação, mas também através de novas vivências experimentadas por mulheres que transitaram entre o país de origem e de destino, não como o passado e o futuro, nem como visitas familiares, mas se apropriando de seu espaço de origem como origem e destino, e o país de destino como espaço de passagem permanente.

Em quarto lugar, observou-se a importância da migração internacional entre o Brasil e o Suriname, que em nada se configura como uma migração do sul para o norte, de países ex-colônias para os países ex-colonizadores, analisada por Sayad.

É uma migração que não pode ser compreendida a partir das mesmas premissas, pois é uma migração entre um país ex-colônia e atualmente uma potência econômica (Brasil) e um país ex-colônia e economicamente e politicamente marginal, com uma diversidade étnica e racial, em princípio, não dominada pela 'branquitude' e 'etnocentrismo' (Suriname).

É uma migração entre países do sul com fortes movimentos circulares, mas com, no caso da migração das mulheres de Belém para o Suriname, menos características de transnacionalidade e em termos de quantidade e movimentação pelo menos tão significativo quanto a migração para Europa. Outras abordagens teóricas parecem necessárias para a compreensão de sua dinâmica, complexidade e impactos no âmbito de identidades e no contexto geopolítico. O que implica e significa, por exemplo, a diferença populacional em relação à migração internacional? Como estados com governos frágeis respondem ao "problema migratório"? Qual é o significado de territorialização em países onde o destino são principalmente áreas de fronteira, selva e mata? Qual é a dinâmica migratória entre as nações do hemisfério sul?

Para abordar alguns aspectos que acompanharam a migração feminina estudada, as teorias de transnacionalidade e de famílias transnacionais, por exemplo, mostraram-se importantes por buscarem compreender o processo circular, simultâneo e contraditório da migração internacional que envolve familiares, vivências e estadias transitórias em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo, como muitas mulheres migrantes nesta dissertação vivenciaram.

A transnacionalidade abala a organização e afirmação dos Estados nações, como a migração estudada por Sayad já apontou. A legitimidade do Estado e a cidadania reconhecida somente para nacionais perdem hegemonia e força frente a realidade transnacional. Como é possível ter cidadania em vários países, sendo originário de uma nação só? O que os casamentos transnacionais e as famílias envolvidas trazem para a disputa de poder que se baseia na diferença entre nacional e não-nacional?

A mesmo tempo que a transnacionalidade vivenciada pelas famílias e mulheres migrantes questiona a cidadania baseada na nacionalidade, ela apresenta o risco de nenhuma cidadania.

A migração feminina estudada questiona também um dos outros pilares ideológicos da visão hegemônica sobre migração, denunciada por Sayad, que define que o migrante só tem existência e razão de ser enquanto trabalhador. As mulheres, apesar de muitas se inserirem no mercado de trabalho, afirmam com suas formas de territorialização que elas não estão no país onde imigraram em primeiro lugar como trabalhadoras, mas como pessoas em busca de cidadania e de vivência de outras realidades, não vestindo somente a etiqueta de migrante trabalhador.

O quanto a migração tem contribuído para a territorialização das mulheres migrantes e suas famílias é difícil de dizer. Quase todas saíram de uma situação de territorialização precária ou uma desterritorialização em andamento, no campo de moradia e trabalho, na participação política e domínio sobre a produção de seu espaço. Como no Brasil a plena cidadania não era garantida em nível nacional e nem nas unidades menores (estados, municípios), onde deveriam estar localizados os “territórios de direitos”, apresentaram-se três opções para as mulheres: 1) de permanecer e lutar pelos direitos (o que pressupõe uma cultura de organização e mobilização que cada vez menos se evidencia nas periferias); 2) ficar e viver a subcidadania ou 3) sair em busca de inclusão numa cidadania mais ampla. Esta saída, segundo Haesbaert (2004), não é, portanto, um processo de desterritorialização, mas um processo (incerto) de nova territorialização.

As opções de entrada num projeto migratório e de conseguir um status legal como migrante continuaram individualizar o processo de territorialização que se tornou no país de imigração uma territorialização dependente (pela necessidade de casamento), oferecendo instrumentos para investir na territorialização no lugar de origem, novamente como projeto individual. Quando esta territorialização no país de imigração não tem ocorrido, como muitas vezes se evidenciou na migração para o Suriname e em alguns casos na Europa (quando envolveram até a deportação), no lugar de origem elas se encontraram ainda mais desterritorializadas do que antes da migração.

Várias mulheres migrantes compraram casa(s) para preparar seu retorno ou garantir moradia própria para seus familiares. Há casos onde esta casa é construída no bairro donde saiu, construindo marcas simbólicas no lugar onde estava desterritorializado. “Frequentemente a casa construída no país de origem não tem outra função que esta: recordar a presença desaparecida e negar este

desaparecimento” (SAYAD, 2000, p. 18). Outros constroem e compram justamente fora do bairro de origem numa clara referência à ascensão social. O olhar das migrantes e de suas famílias não se voltou para a possibilidade de melhorar o bairro, ampliar as lutas, territorializar no espaço periférico, mas para as possibilidade de participar do território-rede, poder fazer parte do mundo em movimento:

É importante lembrar [...] que o simples fato de o pobre ‘desterritorializado’ ter a opção de mobilidade, ou, em outras palavras, de migrar, pode lhe garantir uma espécie de “capital espacial” frente àquele que permanece lá onde foi desterritorializado, tamanho o valor dado pela sociedade contemporânea ao movimento, à fluidez, à ideia ou perspectiva de mudança e, mais do que isto, à possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios (HAESBAERT, 2004, p. 251).

As remessas e os investimentos das mulheres que estão em outros países ou voltaram de lá para o Brasil mudaram, a conta gotas, a paisagem da periferia, com novas casas construídas, pequenos prédios com apartamentos (quitinetes) para alugar e lojas e bares. Não se trata de nenhuma revolução em termos de moradia, nem em quantidade nem em qualidade – ou seja, são poucas casas e não se identifica nenhuma influência direta na arquitetura ou forma de construção. Os investimentos significaram, porém, uma mudança na qualidade de vida dos familiares e nas perspectivas de trabalho, o que se reflete nos sonhos de outros moradores, principalmente nas mulheres que observaram o exemplo de sucesso de algumas mulheres em sua vizinhança como possibilidade de mudança. Isto explica também porque as mulheres procuram conhecidas ou vizinhas para iniciar seu projeto migratório, encantadas com o exemplo de ganhos e identificando uma pessoa que conhece o caminho. As migrantes de sucesso se tornaram um elo entre as redes familiares e locais das mulheres em busca de oportunidades e outras redes, as migratórias.

A casa simboliza o sucesso, expressa o desejo de territorialização, de materializar o seu lugar e justifica de melhor forma a decisão de emigrar. A impossibilidade de conseguir uma moradia própria através das oportunidades locais de trabalho ou de acesso a crédito direciona as mulheres na periferia de Belém para o caminho que trouxe concretamente já sucesso para algumas.

Outras mudanças se manifestaram com a presença de europeus, a ausência de filhas, mães e irmãs e o novo olhar sobre o bairro onde elas vivem ou viveram.

A “individualização” dos projetos migratórios tem impedido uma consciência de classe e de consciência coletiva por parte das mulheres migrantes e suas famílias. As políticas restritivas à migração, a exploração no mercado de trabalho para migrantes, a via de legalização através de casamentos e a rotulação de mulheres migrantes como prostitutas têm estruturado a migração feminina de periferias urbanas brasileiras como uma “opção e estratégia individual ou familiar”, que não ameaça o *status quo* que estrutura a periferização da vida nas cidades, pois não levou à organização política das famílias de migrantes e nem a transformações significativas na produção do espaço. Ao mesmo tempo este processo tem facilitado o controle sobre as mulheres migrantes e as possibilidades de exploração no mercado de trabalho nos países de origem.

Individualmente, porém, as mulheres migrantes e suas famílias têm encontrado formas de resignificar sua identidade como mulher (brasileira da periferia), sua migração e sua relação com os espaços de vivência (transnacional), o que as levou a se tornar sujeitos com uma consciência socioeconômica maior e mais preparados para se movimentar no espaço globalizado. As migrações de mais membros de uma família depois da experiência das primeiras mulheres que migraram e principalmente as novas trajetórias dos filhos das famílias transnacionais vão poder aprofundar e ampliar os questionamentos, paradoxos e provocações que a migração pioneira das mães tem pautado nos espaços por elas conectados.

REFERÊNCIAS

ACB KENNISCENTRUM. **Surinamers in Nederland**. Amsterdam: ABC kenniscentrum voor emancipatie en participatie, 2010. Disponível em: <<http://www.acbkenniscentrum.nl/public/Publicatie/44/download1/Surinamers%20in%20Nederland.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

ADELMAN, M.; SOUZA, M.C.de; SOUZA, J. F. O pessoal é global: identidades pós-modernas e a feminilização dos circuitos migratórios transnacionais. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR 2009, **anais...** 2009, Curitiba. Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2009. v. 01. p. 1-17.

ANDREAZZA, M. L. O impacto da imigração no sistema familiar: o caso dos ucranianos de Antonio Olinto. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 28-39, 2007.

AROUCK, R. Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração? In: CASTRO, M. G. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília/DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001, p. 327-343.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n.3, set./dez., p. 745-772, 2007.

BAENINGER, R. O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. In: CGEE. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília/DF: 2008, p. 248-265.

BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 2-37.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, 192 p.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008, 321 p.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, 172 p.

_____. Desfazendo mitos: Amazônia uma selva urbanizada. In: ARAGON, L. E. (Org.) **Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos**. Belém: UNAMAZ, 1992, v. 2, p. 523-562.

BLANCHETTE, T. G. Is it a real marriage: imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos. In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. **Cruzando fronteiras**

disciplinares. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: NIEM; Revan, 2005, p. 133-151.

BUENO, M.; BAENINGER, R. Migrações internacionais e remessas: O caso brasileiro; In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Populações e políticas públicas sociais no Brasil:** os desafios de transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008, p. 315-331.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 235 p.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas.** São Paulo: Edusp, 1997, 416 p.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2007,

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 530 p.

CIA. **The world factbook.** Suriname. Central Intelligence agency. 2011. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ns.html>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

CITYBRAZIL. **Pará:** Microrregiões. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/pa/microregiao>>. Acesso em: 30 nov.2010.

COUTO, A. C. O. **A geografia do crime na metrópole:** da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. 2008. 110 f. Monografia (especialização em desenvolvimento de áreas amazônicas), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CUGINO, P.. Identidade, afetividade e as mudanças relacionais na modernidade líquida na teoria de Zygmunt Bauman. **Diálogos possíveis**, jan./jun 2008. Disponível em: <www.fsba.edu.br/dialogospossiveis>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

DAVIDA. Prostitutas, “traficadas e pânico morais uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos. Campinas: **Cadernos Pagu**, v. 25, p.153-184, jul./dez.2005.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs:** Capitalismo e Esquizofrenia, v. 5. Editora 34 Ltda. (edição brasileira), 1997, 207 p.

DIAS JUNIOR J. E. S. **Cultura popular no Guamá:** Um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em História social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia**: Pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008, 285p.

FAZENDO GÊNERO. **Simpósio Migrações do passado e do presente**: uma análise cruzando gênero, etnicidade e preconceitos. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_55.html>. Acesso em 28 de novembro de 2009.

FUSCO, P. Redes familiares na emigração valadarensense para os Estados Unidos. **Travessia, Revista do Migrante**, ano 14, n. 40, p. 11-16, maio/ago., 2001.

FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações Internacionais**: Contribuições para Políticas, Brasil 2000. Brasília/DF: CNPD, 2001, p. 427-445.

GIRARDI, E. P.. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2008.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L; SZANTON-BLANC, C. **Towards transnational perspective on migration**: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered. New York: New York Academy of Science, 1998, 276p.

_____; _____. From immigrant to transmigrant: theorizing. **Anthropological Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

GLICK-SCHILLER, N. Teorização feminista sobre nação e estado. **Caderno CRH**. Salvador: n. 33, p. 113-142, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br>. Acesso em: 10 nov. 2010.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties a network theory revisited. **Sociological Theory**, v.1, p. 201-233, 1983.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à “multiterritorialidade”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a, 400p.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004b. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010, 20p.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade: In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774 a 6792.

HALL, S. **Cultural Identity and Diaspora**. p. 222-237, 1993, Mimeo.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 102 p.

_____. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: _____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009a, p. 25-49.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009b, p. 103-133.

HAZEU, M.; SILVA, L. (Org.). **Tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname**. Belém, Sodireitos, 2008, 200 p.

HERRERA, G.; RAMIREZ, J. (Org.). **América Latina migrante: Estado, famílias, identidades**. Ecuador, Flasco, 2008, 465 p.

HITA, M. G. Família e pobreza: Modelo único hegemônico? Población y cambio social. **Revista Latinoamericana de población**. 1997, v. 1, n. 1. Disponível em <<http://www.prolap.unam.mx/hita4.html>>. Acesso em: 10 out. 2010.

HITA, M. G.; DUCCINI, M.. **Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas**. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/ziccardi/10hita.pdf>> 32p.> Acesso em: 05 abr. 2010.

INSTRAW. **Feminization of migration**. United Nations Instraw. Working paper Santo Domingo, 2007, 7 p.

IVO, A. B. L. A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 9-15, Jan./Abr. 2010.

LEAL, M.; LEAL, F. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil**. Brasília/DF: Cecria, 2002. 280p.

LEÃO, S. **O igarapé de Tucunduba: Uma história de rejeição**. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/sobre/NOTICIAS/2010/19_05_2010a.html>. Acesso em: 10 ago.2010.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H.(Coord.) **Migração Interna: Textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 89-114.

LEVITT, P. Los desafíos de la vida familiar transnacional. In: GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGADOR@S MIGRANTES. **Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes rompiendo estereotipos**. Madrid: Lepala Editorial, 2010, p. 17-33.

LOPES JUNIOR, E. Aportes Para Uma Sociologia dos deslocamentos e das culturas móveis. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002

MACHADO, I. R. Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** (revista), 2007. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index5889.html>>. Acesso em: 10 jun.2010, 10 p.

MARQUES, E. (Coord.) **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília/DF: Centro de estudos da metrópole; CEBRAP; secretaria nacional de habitação ;ministério das cidades, 2007, 393 p.

MARTES, A. C. B.; SOARES. W. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 41-54, 2006.

MITSCHEIN, T. A. **Crescimento, pobreza e violência em Belém**. Belém: NUMA; UFPa; POEMA, 2006, 102 p.

MODARDO, M. L. **Raízes na Migração Des-Re-Territorialização e Redes Sociais**. Universidade Federal da Grande Douradas. 2009. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mondardo-raizes.pdf>>. Acesso em: 28 nov.2010, 7 p.

MORALES, O. W. La migración de las mujeres: ¿un proyecto individual o familiar? **Feminização das Migrações**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano 15, n. 29, p. 23–45, 2007.

MURRINUCI, R. **Brasileiros e brasileiras no exterior**: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores. Brasília/DF: CSEM, 2008. Disponível em <www.csem.org.br>. Acesso em: 20 de julho de 2010

CASAS, L. O. Mujeres latinoamericanas en España y trabajo sexual. In. HERRERA, G. RAMIREZ, J. **América Latina migrante**: estado, famílias, identidades. Quito, Ecuador: Flasco, 2008, p. 223-243.

PAGU. Mercado de sexo. **Caderno Pagu**. Campinas, v. 25, 2005

PAGU. Trânsitos. **Caderno Pagu**. Campinas, v. 31, 2008.

PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. Dinámicas familiares transnacionales y migración femenina: una exploración del contexto migratorio boliviano en España. In. GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGADOR@S MIGRANTES. **Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes rompiendo estereotipos**. Madrid: Iepala editorial, 2010, p. 93-107.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS Working Papers, n.11, 2004, 36 p.

PELLEGRINO, A. **Migration from Latin America to Europe**: Trends and Policy Challenges. IOM, 2004, 76p. (Migration research series, n 16).

PESSAR, P; MAHLER, S. **Gender and transnational migration**. In: CONFERENCE ON TRANSNATIONAL MIGRATION: COMPARATIVE PERSPECTIVES. 2001, New Jersey: Princeton University. 2001, 20 p. (Paper)

PESSAR, P, **Women, gender, and international migration across and beyond the americas inequalities and limited empowerment**. In: Expert group meeting on international migration and development in Latin America and the Caribbean Population. Mexico City: United Nations Secretariat, 2005. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/meetings/IttMigLAC/P08_PPessar.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

PINTO, L. P. Mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa. In. MACHADO, I. J. R. (Org.). **Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal**. São Carlos: Edufscar, 2006.

PISCITELLI, A. **“Papéis”, interesse e afeto, relacionamentos amorosos/sexuais e migração**. Campinas, 2010, 22 p. (no prelo)

_____. Industria del sexo y mercado matrimonial: La migración brasileña hacia Italia en el marco del ‘turismo sexual’ internacional. In. HERRERA, G.; RAMIREZ, J. (Org.). In: **América Latina migrante: Estado, familias, identidades**. Ecuador, Flasco, 2008, p. 179-201.

_____. Sexo tropical em um país europeu migração de brasileiras para a Italia no marco do turismo sexual internacional. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 717-744, set./dez. 2007.

_____. Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **História e Perspectivas**. Uberlândia v. 35, p. 13-55, Jul./Dez., 2006.

PIZARRO, J. M. **América Latina y el Caribe migración internacional, derechos humanos y desarrollo: síntese y conclusiones**. Santiago de Chile: CEPAL, 2008. 24 p.

_____. La migración femenina y la migración calificada. In: _____ **América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo**, 2006. p. 257-302.

_____. **El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género**; Santiago (Chile): CEPAL, 2003. (Serie población y desarrollo, 95 p.)

RAPOSO, P.; TOGNI, P. **Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiros e portugueses: gênero e imigração**. Lisboa: Observatório da Imigração, dez.2009, 193 p.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Gênero e migrações contemporâneas, seção temática. **Revista estudos feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 527-841, 2007.

RIPOLL, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 151-165, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, E. B. O. **Aventura urbana: Urbanização, Trabalho e Meio-ambiente em Belém**. Belém: NAEA, 1996. 281 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 176 p.

_____. **O espaço dividido**. São Paulo, Edusp, 2004. 400 p.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12. 2000, Caixambu, **Anais...** Caixambu, ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010, 19 p.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do migrante**. São Paulo, ano 13, 2000. (número especial jan. 2000, 34 p.)

SEYFERTH, G. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, M.G. **Migrações internacionais: contribuindo para políticas**. Brasília: CNPD, 2001, p. 137-150.

SILVA, M. **Mulheres na Amazônia: A intimidade exposta**. Acre: 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/marinasi/detalha_artigo.asp?data=11/12/2008&codigo=1508>. Acesso em: 28 Nov. 2010.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 73-102.

SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: Sonhos e frustrações no retorno**. 2006. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. Emigrantes da microrregião de governador valadares nos EUA: projeto de retorno e investimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Desafios e oportunidades do crescimento zero. **Anais...** Caixambu, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_353.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2010.

SOARES, W. **A metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2003. 344 f. Tese (Doutorado em Demografia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. Ser Valadarense: a conquista de nova posição social no espaço social e a '(re)territorialização' na origem. **Travessia, revista do migrante**, ano. 8, n. 21, jan./abr., p. 23-27, 1995.

SORENSEN, N. N.. La familia transnacional de latinoamericanos/as en Europa. In: HERRERA, G.; RAMIREZ, J. (Org.). **América Latina migrante**: Estado, familias, identidades. Ecuador, Flasco, 2008, p. 259-280.

STEINBRENER, R. A. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos "fantasmas" da Amazônia). In: ARAGON, L.; OLIVEIRA, J. (Org.) **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 19-40.

SUTCLIFFE, B. Atravessando fronteiras no novo imperialismo. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 7-33, dez. 2004.

TRINDADE JUNIOR, S. C. **Produção do espaço e uso do solo urbanos em Belém**. Belém, UFPANA/NAEA, 1997, 180 p.

_____. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamento em Belém e reestruturação metropolitana. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

TRINDADE JUNIOR, S. C. et al. (Org.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: Fase; UFPa, 2009, 359 p.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, p. 199 – 218, 2008.

VELOSO, M. J. **No rumo dos migrantes**. um estudo sobre redes de relações sociais na migração e no estabelecimento de pescadores em Icoaraci. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. Rasgos sociodemográficos y económicos de la migración internacional en América Latina y el Caribe. **Revista Capítulos de Sela**. Caracas, n. 65, maio./ago. p. 26-67, 2002.

WAGNER, H. Maternidade transnacional: discursos, estereótipos, práticas. HERRERA, G.; RAMIREZ, J.(Org.). **América Latina migrante**: Estado, familias, identidades. Ecuador, Flasco, 2008, p. 325-342

APÊNDICES

Apêndice 1 - Tabela 10 - Informações de mulheres que buscaram passaporte na polícia federal no período de 08 de março a 21 de junho de 2010

IDADE	ESTADO CIVIL	OCUPAÇÃO	BAIRRO	DESTINO
17	SOLTEIRA	ESTUDANTE	TAPANÃ	PORTUGAL
18	SOLTEIRA	ESTUDANTE	CABANAGEM	SURINAME
18	SOLTEIRA	ESTUDANTE	JURUNAS	FRANÇA
18	SOLTEIRA	ESTUDANTE	SACRAMENTA	SURINAME
19	SOLTEIRA	ESTUDANTE	CABANAGEM	HOLANDA
19	SOLTEIRA	ESTUDANTE	CASTANHEIRA	JAPÃO
19	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	FRANÇA
19	SOLTEIRA	ESTUDANTE	MARAMBAIA	ALEMANHA
19	SOLTEIRA	VENDEDORA	SACRAMENTA	SUIÇA
19	SOLTEIRA	ESTUDANTE	UMARIZAL	EUROPA
20	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	FRANÇA
20	SOLTEIRA	ESTUDANTE	CREMAÇÃO	SUIÇA
20	SOLTEIRA	ESTUDANTE	MARCO	JAPÃO
20	SOLTEIRA	CORRETORA	TAPANÃ	EUROPA
21	SOLTEIRA	AUTÔNOMA	BRASILIA	ESPANHA
21	SOLTEIRA	ESTUDANTE	CANUDOS	ESPANHA
21	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	SURINAME
21	SOLTEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO	JURUNAS	ESPANHA
21	SOLTEIRA	PROMOTORA DE VENDAS	MARCO	SUIÇA
21	SOLTEIRA	ESTUDANTE	MOSQUEIRO	FRANÇA
21	SOLTEIRA	VENDEDORA	TENONÉ	SURINAME
22	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	SURINAME
22	SOLTEIRA	AUTÔNOMA	ICOARACI	SURINAME
22	SOLTEIRA	ESTUDANTE	JURUNAS	ESPANHA
22	SOLTEIRA	ESTUDANTE	NOVA MARAMBAIA	ITÁLIA
22	SOLTEIRA	AUTÔNOMA	TAPANÃ	ALEMANHA
22	SOLTEIRA	ESTUDANTE	UMARIZAL	ITÁLIA
23	SOLTEIRA	ESTUDANTE	ÁGUAS NEGRAS	BÉLGICA
23	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	ESPANHA
23	SOLTEIRA	ESTUDANTE	MARCO	VENEZUELA
23	SOLTEIRA	ESTUDANTE	PRATINHA	GUIANA FRANCESA
23	SOLTEIRA	ESTUDANTE	UMARIZAL	FRANÇA
24	SOLTEIRA	SECRETÁRIA	CENTRO	SUIÇA
24	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	SURINAME
24	SOLTEIRA	ATENDENTE	MOSQUEIRO	ALEMANHA
25	SOLTEIRA	JORNALISTA	BATISTA CAMPOS	PORTUGAL

25	UNIÃO ESTAVEL	EMBALADORA	MARAMBAIA	SURINAME
25	SOLTEIRA	AUTÔNOMA	PARQUE VERDE	ESPANHA
25	SOLTEIRA	RECEPCIONISTA	SÃO BRAS	ESPANHA
25	SOLTEIRA	CABELEIREIRA	TAPANÁ	SURINAME
26	SOLTEIRA	CONTADORA	BATISTA CAMPOS	ITÁLIA
26	SOLTEIRA	ESTUDANTE	CREMAÇÃO	FRANÇA
26	SOLTEIRA	AUTÔNOMA	GUAMÁ	MARGARITA
26	SOLTEIRA	ESTETICISTA	MARCO	ESPANHA
26	SOLTEIRA	CONSULTORA	UMARIZAL	ESPANHA
27	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	CONDOR	SURINAME
27	SOLTEIRA	ENGENHEIRA SANITARISTA	COQUEIRO	FRANÇA
27	SOLTEIRA	PEDAGOGA	COQUEIRO	ITÁLIA
27	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	GUAMÁ	SEM INFORMAÇÃO
27	CASADA	CABELEIREIRA	TAPANÁ	FRANÇA
27	SOLTEIRA	ESTUDANTE	TENONÉ	PORTUGAL
27	SOLTEIRA	CAMAREIRA	TENONÉ	FRANÇA
27	SOLTEIRA	PROFESSORA	UMARIZAL	ALEMANHA
28	SOLTEIRA	FARMACEUTICA	COQUEIRO	ESPANHA
28	CASADA	GARÇONETE	COQUEIRO	ESPANHA
28	SOLTEIRA	ESTUDANTE	COQUEIRO	EUROPA
28	SOLTEIRA	RECEPCIONISTA	CREMAÇÃO	PORTUGAL
28	SOLTEIRA	INSTRUTORA AUTO ESCOLA	GUAMÁ	SURINAME
28	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	SACRAMENTA	FRANÇA
28	SOLTEIRA	DO LAR	SACRAMENTA	SURINAME
29	SOLTEIRA	ASSESSORA	COQUEIRO	ITÁLIA
29	UNIÃO ESTAVEL	MANICURE	MANGUEIRÃO	FRANÇA
29	SOLTEIRA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	PEDREIRA	PORTUGAL
29	SOLTEIRA	MEDICO	VAL-DE-CÃES	EUROPA
30	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	COQUEIRO	EUROPA
30	SOLTEIRA	ESTUDANTE	GUAMÁ	ESPANHA
30	CASADA	PEDAGOGA	MARAMBAIA	EUROPA
30	CASADA	BABA	PEDREIRA	AUSTRIA
30	SOLTEIRA	PSICOLOGA	PEDREIRA	FRANÇA
31	CASADA	VENDEDORA	FATIMA	FRANÇA

31	SOLTEIRA	AUXILIAR DE COZINHA	GUAJARA	SURINAME
31	CASADA	DESIGNER	MONTESE	ITÁLIA
31	SOLTEIRA	ATENDENTE	TELÉGRAFO	SUIÇA
31	SOLTEIRA	ESTETICISTA	TERRA FIRMA	HOLANDA
31	SOLTEIRA	ESTUDANTE	VAL-DE-CAES	SUIÇA
32	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	SÃO BRAZ	SURINAME
32	SOLTEIRA	CABELEREIRA	VAL-DE-CAES	GUIANA FRANCESA
34	DIVORCIADA	COZINHEIRA	CASTANHEIRA	FRANÇA
34	SOLTEIRA	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	CURUÇAMBÁ	ESPANHA
35	SOLTEIRA	JORNALISTA	SÃO BRAS	HOLANDA
36	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	ICOARACI	HOLANDA
36	SOLTEIRA	DO LAR	JURUNAS	PORTUGAL
36	SOLTEIRA	MANICURE	SACRAMENTA	ESPANHA
37	SOLTEIRA	VENDEDORA	COQUEIRO	NÃO SABE
37	CASADA	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	COQUEIRO	PORTUGAL
37	SOLTEIRA	ESTUDANTE	ICOARACI	NÃO SABE
37	SOLTEIRA	AUTÔNOMO	JURUNAS	FRANÇA
38	SOLTEIRA	CAMPEIRO	MARAMBAIA	SURINAME
39	SOLTEIRA	SUPERVISORA DE CAIXA	SACRAMENTA	FRANÇA
40	SOLTEIRA	ECONOMISTA	CASTANHEIRA	ESPANHA
40	UNIÃO ESTAVEL	CORRETORA	JURUNAS	SURINAME
41	DIVORCIADA	ECONOMISTA	TELÉGRAFO	FRANÇA
43	SOLTEIRA	CABELEREIRA	MARAMBAIA	SURINAME
45	DIVORCIADA	PSICOLOGA	BATISTA CAMPOS	FRANÇA
50	SOLTEIRA	MASSAGISTA	MARAMBAIA	SUIÇA

Fonte: elaborado pelo autor baseado nas fichas de pedidos de passaporte da Polícia Federal entre 08 de março e 21 de junho de 2010 (2010)

Apêndice 2: Tabela 11 - LISTAGEM DAS MULHERES MIGRANTES AGRUPADAS POR GRUPOS FAMILIARES QUE MIGRARAM

	Nome fictício	Cod. Família	bairro	destino	quem da família migrou	quem criou a migrante na sua família	irmãos/irmãs	matrimônio	onde conheceu marido	filhos no brasil	com quem os filhos ficaram/estão no Brasil	filhos no exterior	com quem estão os filhos no exterior	onde mora	imobiliário no Brasil	trabalho no Brasil	trabalho no exterior
1	Rafaela	IX	guamá	portugal	única na família	pai e mãe	4 irmãs e sobrinho criado desde 15 dias de idade	casada com português	Internet - Belém	01 filho no Brasil	com os pais da Regiane	01 filho em Portugal	com a mãe e o pai português	Portugal		seguradora de automóveis	balconista num hotel, restuarante, balconista de farmácia
2	Valda	VI	guamá	belgica	03 irmãos	tia até 16 anos, depois a mãe	7 irmãos e 4 irmãs	casada com belga (01 ano) casou na Bélgica	Bélgica	02 filhas ficaram nos primeiros 3 anos no Brasil	com a sogra e o pai das filhas	02 filhas (15 e 17 anos) na Bélgica	com a mãe e marido belga	Bélgica	vendeu sua casa para migrar	doméstica, lavanderia, loja de DVD. Crochê	diarista, massagem estética
3		VI	guamá	belgica	03 irmãos	mãe	7 irmãos e 4 irmãs	casado com belga (01 ano) casou na Bélgica	Belgica	xx		xx		Bélgica	construindo casa na panorama 21	salão cabelereiro	salão cabelereiro
4		VI	guamá	belgica	03 irmãos	mãe	7 irmãos e 4 irmãs	separado de uma francesa (casou em Belém)	Belém (vizinha)	xx		02 filhos na Bélgica	moram com a mãe (ex-esposa)	Bélgica			construção civil
5	Cacilda	XI	guamá	portugal	02 irmãs	mãe	3 irmãs e 1 irmão	casada com espanhol (casou na Espanha?)	Espanha	01 filha ficou no Brasil por 7 anos	com vó (mãe da migrante)	01 filha (14 anos) na Espanha	com mãe e marido espanhol	Espanha	casa para os pais em ananindeua		prostituição, salão de beleza
6	Madealena	XI	guamá	portugal	02 irmãs	mãe	3 irmãs e 1 irmão	casada com espanhol	Espanha	01 filha (10 anos) no Brasil	com a vó (mãe da migrante)	xx		Espanha			Restaurante
7	Safira	XII	guamá	suiça	03 irmãs	mãe	7 irmãs e 2 irmãos	casada com suíço (13 anos)	Suissa	01 filha no Brasil (inicialmente 0s 3 filhos ficavam com a mãe da migrante ou sua ex-sogra)	a filha mofra com avó paterna	02 filhos na suíça (o mais velho com 22 anos)		Brasil	Casa e Petshop no Guamá		ajudar montar cabos de computadores, supermercado, MacDonalds

8	Lacia	XII	guamá	suiça	03 irmãs	mãe	7 irmãs e 2 irmãos	casada com suíço (9 anos) casou em belém	suiça	01 filho no Brasil (já morou alguns anos na Suíça), agora mora com a mãe	com a vó (mãe da migrante) quando ela ainda só visitava suíça	xx		Brasil	Prédio de kitnets no guamá e sítio benevides	venda de roupas e sapatos	camareira de hotel, bufet, restaurante e supermercado
9	Sabrina	XII	guamá	holanda	03 irmãs	mãe	7 irmãs e 2 irmãos	casada com holandês	??	01 filho no Brasil	com mãe	xx		Brasil	casa no guamá		
10	Jaci	XIII	guamá	suiça	única na família	mãe	01 irmã e 02 irmãos	casada com francês que conheceu na suíça, casaram-se em belém	suiça	xx		xx		Suíça			
11	Dafne	VII	guamá	holanda	mãe também já migrou	mãe	02 irmãs 01 irmão (parte da mãe) + 5 irmãs e 2 irmãos (parte do pai)	casada com holandês (ainda não oficial - ele está irregular no Brasil)	holanda	01 filho no Brasil	com pai biológico e finais de semana com debora	xx		Brasil	casa e bar no guamá	balconista farmácia, administrativa no hospital Santa Casa	limpeza no bar do marido holandês, cabelereiro
13	Gabriela	X	guamá	alemanha	e sobrinha	mãe (morreu em 2003)	06 irmãs e 02 irmãos	casada com alemão	alemanha	01 filho no Brasil	com avôs	xx		Alemanha		camareira no Hilton, vendedora de calcinhas	prostituição, trabalha num hospital
14	Dagmar	X	guamá	alemanha	e tia	tia	02 irmãs	separada de um português com quem tem um filho e junto com italiano	alemanha	xx		01 filho (4anos?) na alemanha do casamento na alemanha		Alemanha			dançando numa boate
15	Raquel	IV	guamá	holanda	única na família	mãe	4 irmão e 1 irmã	casada com holandês	holanda	03 filhos no Brasil, 02 moraram primeiro com ex-marido	adultos	xx		Holanda	casa alguda para filho no guamá	Ciixa no supermercado Lider, vendendo roupas na feira	trabalho num bar, reparando senhoras/senhores

16	Abigail	V	guamá	holanda	única na família	pai e mãe	8 irmãs e irmãos	amigada com brasileira	brasil	02 filhos adotivos no Brasil depois de estar de volta no Brasil há 15 anos)	com angela	xx		Brasil	Casa (que virou boate) no guamá	dona de bar/boate gay no guamá	prostituição
17	Jacira	XVI	guamá	holanda	e sobrinha		5 irmãs e 01 irmão	casada com alemão	holanda	xx		xx		Holanda			prostituição, babá, fábrica de reciclagem
18	Saionara	XVI	guamá	holanda	e tia	tia	2 irmãs e 01 irmã	solteira		01 filho no Brasil	com vó e vô (pais da Shirlene)	xx		Brasil		fábrica de açai, babá, banca de venda de dvd/cds	
19	Daiane	II	guamá	holanda	02 irmãs	pai e mãe	03 irmãs e 02 irmãos	Separada de português, viúva de alemão e casada com holandês	senhor mais velho, aposentado e fragil de saúde, ex-chefe de compras de uma grande loja na holanda	01 filha no Brasil (chegaram em setembro 2010 de volta no Brasil)	com mãe	xx		Brasil	Casa para mãe e pai no Guamá e apartamento em Natal		
20	Daiara	II	guamá	holanda	02 irmãs	pai e mãe	03 irmãs e 02 irmãos	separada de um holandês e noiva de outro holandês com quem mora junto e vai casar		xx		xx		Holanda			
21	Nádia	III	guamá	suriname	única na família	avó	pai teve 12 filhos com diferentes mulheres, mas ela considera 2 tios e 1 tia criada com ela pela vó como seus irmãos	casada com brasileiro (que era namorado antes de casar com o homem que a engravidou)		02 filhos no Brasil	com neuza (ficaram com a mãe da neuza)	xx		Brasil		babá, venda de lanches, diarista (antes) cobradora de ônibus, venda de planos de funerário (depois)	prostituição, cozinheira no garimpo

22	Regia	VIII	guamá	suriname	única na família (via uma prima que já viajava para o Suriname)		02 irmãs e 02 irmãos	casada com brasileiro		03 filhos no Brasil	com rita	xx		Brasil	Casa e loja no guamá	venda de ouro (antes) roupas e importados (depois)	venda de roupas
23	Aci	I	guamá	suriname	02 irmãs	mãe	04 irmãs e 01 irmão	Casada com Surinamês		01 filho no Brasil	com pai brasileiro	01 filha no Suriname		Suriname		carro de lanche na presidente vargas	boate prostituição
24	Barbara	I	guamá	suriname	02 irmãs	mãe	04 irmãs e 01 irmão	Separada de brasileiro		03 filhos no Brasil	com tia	xx		Brasil			
25	Ecléia	XV	guamá	suiça	02 irmãs	mãe	4 irmãs e 3 irmãos	casada com suíço		01 filha no Brasil	Com pai	xx		Suíça	Casa para filha e sobrinhas no guamá		prostituição, limpeza
26	Ada	XV	guamá	suiça	02 irmãs	mãe	4 irmãs e 3 irmãos	solteira		01 filho no Brasil	com mãe ou com mulheres pagas quando vai	xx		Brasil	Casa no guamá		prostituição
27	Maeva	XIV	guamá	Guiana Francesa	02 irmãs		6 irmãs e 6 irmãos	casada com francês		xx		3 filhos na Guiana Francesa		Guiana Francesa			dona de casa
28		XIV	guamá	Guiana Francesa	02 irmãs		6 irmãs e 6 irmãos	casada com francês		04 filhos no Brasil	??	03 filhos na Guiana Francesa		Guiana Francesa			dona de casa
29	Palmira	IIIa	icoaraci	suriname	única na família	mãe	02 irmãs	solteira		xx		xx		Brasil		babá, salão, venda de roupas	babá
30	Adalgisa	Xa	icoaraci	espanha	única na família	mãe (pai morreu)	02 irmãs e 01 irmão (pai: mais 21 irmãos?)	casada com brasileiro		02 filhos no Brasil	com adriana (filho ficou com mãe da adriana)	xx		Brasil	Casa Icoaraci (vendeu para comprar casa em ananindeua)	stripper	prostituição

31	Barbie	IVa	icoaraci	suriname	e sobrinha	mãe	03 irmãs e 01 irmão	solteira		02 filhos no Brasil	com Betania (01 nasceu no Suriname, outro ficou já com a vó paterna na Marajó)	xx		Brasil		fábrica de compensada, garçanete, chapista, casa de família	prostituição, cozinheira
32		IVa	icoaraci	suriname	e tia	mãe	01 irmã e 01 irmão	separada de brasileiro no Suriname		??				Suriname			prostituição, garimpo
33	Daisa	II-a	tenoné	holanda	única na família	avó (tia da mãe)	4 irmãs e 01 irmão	casada com holandês		01 filha (23 anos) no Brasil	morando em Natal	01 filho (14 anos) na Holanda		Holanda	Casa para mãe em Tenoné	garçanete em restaurante japonês	floricultura
34	Romana	VI-a	??	portugal	05 irmãos	mãe	4 irmãs e 5 irmãos	separada de português		01 filha no Brasil (25 anos)	morou com avô, agora com primo	01 filho no Portugal		Portugal			prostituição, vendas e promoções
35		VI-a		portugal	05 irmãos		4 irmãs e 5 irmãos	casada									restaurante, loja
36		VI-a		portugal	05 irmãos		4 irmãs e 5 irmãos										
37		VI-a		portugal	05 irmãos		4 irmãs e 5 irmãos										
38		VI-a		portugal	05 irmãos		4 irmãs e 5 irmãos										
39	Gisele	Va	icoaraci	suriname	única na família	mãe	5 irmãs e 01 irmão	solteira		02 filhos no Brasil	uma (15 anos) ficou com pai biológico outro (17 anos) com mãe da Gisele	xx		Suriname	casa para mãe no interior	manicure, vendas, fábrica de peixe	prostituição, cozinheira garimpo, vendas, máquina de garimpagem
40	Selma	XI-a	icoaraci	belgica	e tia e prima	pai e mãe	4 irmãs e 1 (ou mais) irmão	casada com brasileiro com nacionalidade belga		xx		xx		bélgica			concursos de beleza

41		XI-a	icoaraci	belgica	sobrinha		?	casada com belga				01 filha na Bélgica		Bélgica				
42		não entrou na pesquisa por estar fora dos bairros pesquisados																
43	Dena	VIII-a	icoaraci	suriname	única na família	mãe	03 irmãs e 02 irmãos	solteira		05 filhos no Brasil	4 pais diferentes, último surinamês, 3 moram com ela	xx		Brasil			prostituta	
44	Lena	IX-a	icoaraci	França	irmãs, primas, sobrinhas, tias		03 irmãs e 02 irmãos	casada com francês						França				
45	Tânia	IX-a	icoaraci	França	irmãs, primas, sobrinhas, tias	pai e mãe	05 irmãs e 04 irmãos	casada com francês	motorista de caminhão			01 filho na França		França			cuidar de idosos	
46		IX-a	icoaraci	França	irmãs, primas, sobrinhas, tias	pai e mãe	05 irmãs e 04 irmãos	casada com francês		02 filhos no Brasil				França		artesã	fábrica de costura de ortopédicos	
47		IX-a	icoaraci	França	irmãs, primas, sobrinhas, tias		?	casada com francês						França			só estuda	
48		IX-a	icoaraci	França	irmãs, primas, sobrinhas, tias		?	???						França				
49		IX-a	icoaraci	França	irmãs, primas, sobrinhas, tias		03 irmãs e 02 irmãos	solteira?						França				
50	Loeci	I-a	icoaraci	suriname	02 irmãs	mãe (pai morreu)	05 irmãs e 03 irmãos	solteira		03 filhos (15, 17, 19) no Brasil	ficaram com avó materna e agora moram juntos com mãe e avó	xx		Brasil			cozinheira	

51	Viviane	I-a	icoaraci	suriname	02 irmãs	mãe (pai morreu)	05 irmãs e 03 irmãos	casado com brasileiro	maranhense, garimpeiro	01 filho (15 anos) no Brasil	avó materna cria	xx		Suriname			prostituta, cozinheira, dona de maquina de garimpagem
52	Dolores	VII-a	icoaraci	suriname	única na família	pais adotivos		solteira		03 filhos no Brasil	01 mora com mãe do ex-marido, 01 mora com sua irmã e 01 mora com Danielle e seus pais	xx		Brasil	casa para os pais e para ela		prostituição, cozinheira, garimpo